

Relatório Anual de Informações **2016**



Funpresp

O FUTURO SEGURO É UM DIREITO SEU.

Relatório Anual de Informações **2016**

Brasília DF - Abril de 2017

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA
COMPLEMENTAR DO
SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
DO PODER EXECUTIVO



Expediente

CONSELHO DELIBERATIVO

REPRESENTANTES DOS PATROCINADORES

Marcelo de Siqueira Freitas

Presidente

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG

Suplente: Erasmo Veríssimo de Castro Sampaio

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG

Manuel Augusto Alves Silva

Presidente Substituto

Tesouro Nacional/MF

Suplente: Patrícia Vieira da Costa

Casa Civil

Augusto Akira Chiba

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG

Suplente: José Henrique de Oliveira Varanda

Senado Federal

REPRESENTANTES DOS PARTICIPANTES

André Nunes

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG

Suplente: Jairo Alfredo Genz Bolter

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Thiago Feran Freitas Araújo

Agência Nacional de Aviação Civil - Anac

Suplente: Joaquim Ignacio Alves de Vasconcellos e Lima

Banco Central do Brasil/MF

Daniel Pulino

Advocacia-Geral da União - AGU

Suplente: Geraldo Pereira da Silva Filho

Ministério da Transparência, Fiscalização e CGU

CONSELHO FISCAL

REPRESENTANTES DOS PATROCINADORES

Carlos Roberto Caixeta

Tribunal de Contas da União - TCU

Gustavo Alves Tillmann

Ministério da Fazenda - MF

REPRESENTANTES DOS PARTICIPANTES

Marcelo Levy Perrucci

Presidente

Ministério da Transparência, Fiscalização e CGU

Suplente: Leonardo Formiga Larossa

Ministério da Transparência, Fiscalização e CGU

José Márcio Ribeiro Da Costa

Presidente Substituto

Câmara dos Deputados

Suplente: Eduardo Toledo da Silva

Ministério da Fazenda - MF

COMITÊ EXECPREV

REPRESENTANTES DOS PARTICIPANTES

Bolivar Godinho de Oliveira Filho

Presidente

Universidade Federal de São Paulo - Unifesp

Suplente: Felipe Albino Rodrigues

Ministério da Fazenda - MF

Leandro de Oliveira Vicente

Presidente Substituto

Ministério da Fazenda - MF

Suplente: Victor Pessanha Gonçalves

Banco Central do Brasil/MF

Elias Carneiro Júnior

Ministério da Fazenda - MF

Suplente: Mário Pereira de Pinho Filho

Ministério da Fazenda - MF

REPRESENTANTES DOS PATROCINADORES

José Edson da Cunha Júnior

Ministério da Fazenda - MF

Suplente: Nilton Antônio dos Santos

Ministério da Fazenda - MF

Manoel Joaquim de Carvalho Filho

Ministério da Fazenda - MF

Renata Vila Nova de Moura Holanda

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG

COMITÊ LEGISPREV

REPRESENTANTES DOS PARTICIPANTES

Rodrigo de Andrade Moreira

Presidente

Câmara dos Deputados

Suplente: Renon Pessoa Fonseca

Câmara dos Deputados

Paulo Wanderson Moreira Martins

Presidente Substituto

Tribunal de Contas da União - TCU

Suplente: João Marcelo Nogueira Tavares

Tribunal de Contas da União - TCU

Wagner Costa Guimarães

Senado Federal

Suplente: Pedro Fernando de Almeida Nery Ferreira

Senado Federal

REPRESENTANTES DOS PATROCINADORES

Diomar Corrêa da Costa Neto

Câmara dos Deputados

Suplente: Walter Oda

Câmara dos Deputados

Érica Paulucio Porfírio

Tribunal de Contas da União - TCU

Suplente: André Luiz de Albuquerque Farias

Tribunal de Contas da União - TCU

Paulo Springer de Freitas

Senado Federal

Suplente: Rafael Silveira e Silva

Senado Federal

DIRETORIA EXECUTIVA

Ricardo Pena Pinheiro

Diretor-Presidente

Tiago Nunes de Freitas Dahdah

Diretor de Investimentos

Marilene Ferrari Lucas Alves Filha

Diretora de Administração

José Pinheiro de Miranda

Diretor de Seguridade



Sumário

06	Mensagem do Conselho Deliberativo
08	Mensagem do Conselho Fiscal
10	Mensagem dos Comitês de Assessoramento Técnico
11	Mensagem da Diretoria Executiva
12	Governança
36	Investimentos
60	Comunicação
78	Seguridade
104	Administração
118	Anexos
120	Anexo I – Demonstrações Consolidadas
129	Anexo II – Notas Explicativas
153	Anexo III – Parecer Atuarial – ExecPrev
167	Anexo IV – Parecer Atuarial – LegisPrev
181	Anexo V – Premissas Atuariais
191	Anexo VI – Parecer da Auditoria Independente
194	Anexo VII – Políticas e Normas Internas
196	Anexo VIII - Legislação Aplicada - Regime de Previdência Complementar do Servidor Público Federal
198	Anexo IX – Parecer do Conselho Fiscal
199	Anexo X – Manifestação do Conselho Deliberativo
200	Anexo XI - Relação de Patrocinadores

Mensagem

CONSELHO DELIBERATIVO

Em 2016, a Funpresp consolidou o seu nome como sinônimo de proteção e de segurança para os servidores públicos federais. A Fundação teve mais de 15 mil novas adesões, atingimos 38 mil participantes. Um enorme salto para apenas quatro anos de existência. O Conselho Deliberativo, órgão máximo da governança da Entidade, tem trabalhado com zelo e transparência para garantir o aperfeiçoamento dos processos de trabalho. A perspectiva é fortalecer a Funpresp para que sempre atue com competência e compromisso para com os seus participantes, assistidos e patrocinadores.

Ao longo do último ano, o colegiado tratou de temas centrais para a Fundação, como a Política de Relacionamento, um marco para alcançar a excelência no atendimento aos participantes, aos assistidos e à sociedade em geral. O Conselho acompanhou sistematicamente todo o desempenho das carteiras da Funpresp, além de aprovar a Política de Investimentos dos planos ExecPrev e LegisPrev para o período 2017-2021. Vale ressaltar que, em 2016, a Entidade superou a sua meta de rentabilidade

dos investimentos, superando também a média das demais entidades de previdência privada, alcançando 17,12% de rentabilidade total.

No campo da gestão, tivemos importantes conquistas. A Funpresp realizou concurso público e começou a compor o quadro efetivo de pessoal da Fundação. Em movimento para ampliar ainda mais a transparência na Entidade, o Conselho Deliberativo aprovou a publicação das atas de suas reuniões no site da Fundação.

De enorme importância para a melhoria da cobertura previdenciária complementar dos servidores participantes (e assim da própria atratividade dos planos de benefícios administrados pela Funpresp-Exe), é fundamental destacar a aprovação, por votação unânime, da proposta que permitiu a alteração dos regulamentos dos planos para desvincular a complementação da pensão por morte da sistemática de pagamento desse benefício no regime público de previdência, no qual, diante de recente alteração legislativa, a pensão pública passou a só ser vitalícia quando o cônjuge sobrevivente tiver idade superior a 44 (quarenta e quatro) anos. No entanto, pela alteração regulamentar aprovada pelo Conselho Deliberativo (e, em consonância com a organização autônoma do regime complementar, estabelecida na Constituição), o valor devido a

título de pensão por morte pelo regime complementar (i. é, pela Funpresp) será sempre vitalício, independentemente da idade do cônjuge pensionista.

Nessa mesma aprovação da alteração dos regulamentos, outros importantes pontos dos planos de benefícios foram modificados em benefício dos servidores, como a redução na carência exigida para portabilidade e com o resgate de 25% da conta do participante.

Por fim, é importante ressaltar que, para se aposentar com um nível financeiro satisfatório para a manutenção da qualidade de vida, é essencial ter uma renda mensal complementar. Os planos de benefícios ofertados pela Funpresp permitem isso, pois proporcionam aos servidores públicos federais o direito à previdência complementar, desde o momento em que ingressam na carreira pública. Isso significa segurança e maior tranquilidade para o servidor e seus dependentes. Nesse sentido, reforçamos nosso compromisso de atuar para que esses pressupostos se fortaleçam cada vez mais, assegurando, no presente, o futuro dos participantes.



Mensagem

CONSELHO FISCAL

Em um ano decisivo para a Funpresp, com os efeitos da inscrição automática implementada por lei no final de 2015, que culminou em um crescimento significativo nas adesões aos planos de benefícios, o Conselho Fiscal foi diligente no acompanhamento das atividades da Fundação, zelando pelos interesses dos participantes, assistidos e patrocinadores. Ao longo de 2016, o colegiado contou com 12 reuniões ordinárias, que resultaram em 41 resoluções e 8 recomendações sobre temas essenciais para o crescimento da Entidade, em um esforço para conferir cada vez mais segurança e credibilidade aos planos de administrados pela Funpresp.

Como órgão de controle interno e fiscalização, o Conselho Fiscal debruçou-se atentamente sobre os investimentos da Fundação no último exercício, verificando a situação de liquidez das aplicações e o desempenho das carteiras da Entidade, bem como a execução da Política de Investimentos e a rentabilidade dos ativos. Também examinou e emitiu parecer sobre as demonstrações

contábeis, atuariais, financeiras e de benefícios da Fundação, além de verificar a adequação a normas e a adoção de boas práticas de gestão, assegurando que a Funpresp se alicerce sobre bases sempre sólidas.

Destaque-se que o ano de 2016 marcou ainda o encerramento do primeiro ciclo de gestão compartilhada entre os indicados pelos patrocinadores e os eleitos pelos participantes, iniciado dois anos antes com as primeiras eleições diretas para escolha dos representantes dos participantes no colegiado. Nesse período, os mecanismos de governança da Entidade e a atuação do próprio Conselho Fiscal ganharam robustez, de modo a garantir que participantes e assistidos sejam protagonistas na consolidação da sua previdência complementar.

A eleição para os conselhos e comitês da Fundação, realizada em março de 2017, é o encontro desse propósito, fortalecendo as instâncias deliberativas, fiscalizadoras e a representatividade dos participantes e assistidos. Assim como os demais colegiados da Funpresp, o Conselho Fiscal sai desse processo revigorado e com a expectativa de que os próximos anos sejam tão frutíferos quanto este que passou para assegurar a proteção previdenciária aos servidores públicos e suas famílias.



Mensagem

COMITÊS DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO

ExecPrev

Ao longo de 2016, o Comitê de Assessoramento Técnico do Plano ExecPrev, órgão paritário composto por representantes dos patrocinadores e dos participantes, cumpriu o seu papel institucional subsidiando o Conselho Deliberativo em importantes decisões.

Entre os temas tratados durante o ano, o órgão consultivo propôs novas ações para o Plano Anual de Comunicação da Entidade e analisou o projeto de implementação da carteira de empréstimos – temática de grande interesse dos participantes. A Política de Investimentos do Plano do Executivo Federal também foi apreciada e aprimorada pelo Comitê, num esforço contínuo para contribuir com a segurança, solidez e o retorno adequado aos participantes.

Nesse mesmo ano, o colegiado também acompanhou o desempenho da carteira de investimentos dos planos administrados pela Funpresp e a situação de liquidez das aplicações.

Assim como em 2016, o Comitê continuará em 2017 zelando pelas melhores práticas de governança.

LegisPrev

Para aperfeiçoar a gestão do Plano de Benefícios do Poder Legislativo e da própria Funpresp, o Comitê de Assessoramento Técnico do LegisPrev apresentou em 2016 uma série de análises e propostas ao Conselho Deliberativo. Observando os interesses dos servidores vinculados à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal e ao Tribunal de Contas da União, o órgão emitiu pareceres relativos à Política de Investimentos do plano e acompanhou o desempenho das carteiras própria e terceirizada.

A pauta do Comitê do LegisPrev também incluiu o projeto da carteira de operações com os participantes, um assunto que tem atraído a atenção dos servidores públicos e mesmo da imprensa, que já noticia a novidade. A preocupação dos membros do comitê – representantes dos patrocinadores e participantes do Legislativo Federal – é que a Fundação siga evoluindo com transparência, solidez e responsabilidade. E esse será o norte do trabalho também nos anos que virão.

Mensagem

DIRETORIA EXECUTIVA

Mais que números e percentuais, este Relatório Anual traz dados e informações que se traduzem numa clara demonstração da confiança dos servidores públicos federais na gestão da Fundação e, conseqüentemente, na concretização do Regime de Previdência Complementar no setor público como uma opção viável para garantir uma melhor aposentadoria.

A Entidade vem crescendo conectada com a nova realidade previdenciária do País, com seus participantes, assistidos e patrocinadores, consciente do seu pioneirismo, como na adesão automática, oferecendo segurança para quem está ao seu lado e construindo uma parceria para toda a vida. Durante o ano de 2016, diversas decisões foram fundamentais para marcar essa aliança, entre elas, a oferta de empréstimos consignados aos participantes, que se tornará realidade em 2017. Essa é uma das mais importantes medidas por atender uma demanda dos participantes.

Outro destaque são as mudanças nos regulamentos dos planos previdenciários, sobretudo a manutenção do pagamento do benefício de pensão por morte para o cônjuge, independentemente da sua idade; a redução na carência para portabilidade e o resgate de 25% da conta do participante.

A Funpresp segue determinada a cumprir sua missão com padrões de excelência. Mesmo sendo uma entidade jovem já se sente madura quando se trata de defender e trabalhar para alcançar os melhores resultados, sejam eles na área de Investimentos, como se comprova com a rentabilidade dos planos em 2016 na ordem de 17,12%, ou em suas áreas Administrativa, de Comunicação e de Seguridade – com a adesão de 93% dos ingressos no serviço público no ano passado – que atuam diariamente para construir uma relação com o participante e a sociedade pautada pela segurança e transparência. Nosso desejo é que essa trajetória se fortaleça por um longo e harmonioso período.

GOVERNANÇA

Baseado na transparência e eficiência, o modelo de gestão e trabalho da Funpresp agrega conhecimentos multidisciplinares na busca e obtenção dos melhores resultados.



Funpresp





O modelo de gestão e fiscalização da Funpresp é compartilhado com representação dos patrocinadores e dos participantes, sendo esses últimos eleitos por voto direto.

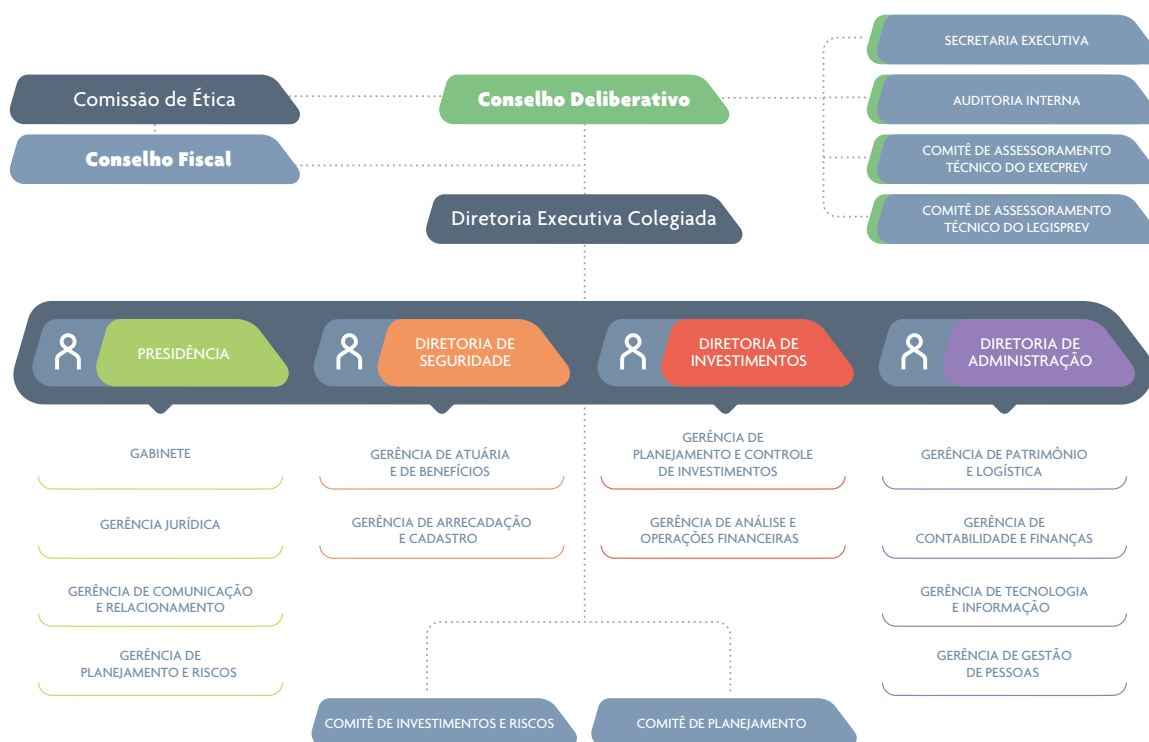
A gestão da Funpresp é realizada pela Diretoria Executiva e pelos conselhos Deliberativo e Fiscal, que são órgãos estatutários com competências distintas mas complementares. A Entidade ainda conta com os comitês de Assessoramento Técnico dos planos de benefícios, de caráter consultivo, que são vinculados ao Conselho Deliberativo e têm como finalidade principal a análise e o estudo de propostas para a melhoria de cada um dos planos de benefícios administrados pela Fundação.

O modelo de gestão e fiscalização da Funpresp é compartilhado com representação dos patrocinadores e dos participantes, sendo esses últimos eleitos pelo voto direto do conjunto de participantes, sendo um importante mecanismo de governança. Em 2016, a Funpresp iniciou o processo para a segunda eleição direta para os

membros dos conselhos e comitês de Assessoramento Técnico conforme preconizado pela Lei Complementar nº 108, de 2001, e o Estatuto da Fundação.

Ainda no aspecto do fortalecimento da gestão e da governança, a Fundação constituiu outras instâncias colegiadas permanentes, entre elas, o Comitê de Investimentos e Riscos, o Comitê de Implantação da Gestão Documental e o Subcomitê de Perfis de Investimentos. Também foram criadas instâncias temporárias como a Comissão de Negociação Coletiva do Acordo Coletivo de Trabalho e a Comissão de Adequação dos Regulamentos dos Planos de Benefícios.

Figura 01 – Organograma Funpresp



Fonte: Funpresp

Conselho Deliberativo

Órgão máximo da estrutura organizacional, responsável pela definição da política geral de administração da Funpresp e dos seus planos de benefícios.

Composição: seis membros titulares e seis suplentes, sendo três membros titulares e respectivos suplentes indicados pelos patrocinadores

e três membros titulares e seus suplentes eleitos diretamente pelos participantes, tendo como presidente um membro indicado pelos patrocinadores.

Mandato: quatro anos, permitida a recondução. Os mandatos dos membros são alternados, sendo que metade das vagas é renovada a cada dois anos.

Reuniões: 12 reuniões ordinárias em 2016.



Reunião do Conselho Deliberativo

Principais Resultados

- » *Aprovação das demonstrações contábeis, atuariais, financeiras e de benefícios relativas ao exercício de 2015;*
- » *Relatório Anual de Informações de 2015;*
- » *Plano de Custeio de 2016;*
- » *Revisão do Regulamento Eleitoral;*
- » *Atualização das Políticas de Investimentos dos planos ExecPrev, LegisPrev e PGA -2017-2021;*
- » *Política de Relacionamento com Participantes, Assistidos e Patrocinadores;*
- » *Orçamento de 2017;*
- » *Aprovação da publicidade de suas atas no site da Fundação; e*
- » *Acompanhamento da gestão atuarial do FCBE e do desempenho da Carteira de Investimentos.*

Conselho Fiscal

Exerce funções de relevância para o controle interno, fiscalização e monitoramento dos resultados e assegura o cumprimento do Código de Ética e de Conduta da Fundação.

Composição: quatro membros titulares e quatro suplentes, sendo dois membros titulares e seus respectivos suplentes eleitos pelos participantes e dois membros titulares e respectivos

suplentes indicados pelos patrocinadores, sendo o presidente escolhido entre os membros eleitos pelos participantes.

Mandato: quatro anos, sem possibilidade de recondução. Os mandatos dos membros são alternados, sendo que metade das vagas é renovada a cada dois anos.

Reuniões: 12 reuniões ordinárias em 2016.

Reunião do
Conselho
Fiscal



Principais Resultados

- » *Exame e parecer sobre as demonstrações contábeis, atuariais, financeiras e de benefícios relativos ao exercício de 2015;*
- » *Emissão de dois relatórios de controles internos relativos ao 2º semestre de 2015 e ao 1º semestre de 2016;*
- » *Exame das demonstrações contábeis mensais e da Situação de Liquidez dos Investimentos;*
- » *Acompanhamento do desempenho da Carteira de Investimentos e de Monitoramento de Risco; e*
- » *Aprovação da publicidade de suas atas no site da Fundação.*

Diretoria Executiva Colegiada

Órgão responsável pela administração e gestão da Funpresp. Executa as diretrizes e a política de administração estabelecidas pelo Conselho Deliberativo.

Composição: quatro membros, nomeados pelo Conselho Deliberativo: diretor-presidente, diretor de Administração, diretor de Investimentos e diretor de Segurança.

Reuniões: realizou 46 reuniões ordinárias e dez reuniões

extraordinárias em 2016, que trataram de assuntos administrativos e técnicos e de governança da Entidade.

Em 2016, a Diretoria Executiva inseriu na pauta de suas discussões o estudo de viabilidade de duas solicitações recorrentes dos participantes: a disponibilização do Perfil de Investimentos e do empréstimo consignado. Para auxiliar na análise destas possibilidades, criou dois subcomitês: de Perfis de Investimentos e de Operações com Participantes, vinculados ao Comitê de Investimentos e Riscos.



Reunião da Diretoria Executiva Colegiada

Principais Resultados

- » *Propostas de elaboração do Orçamento Anual de 2017 e das Políticas de Investimentos dos Planos ExecPrev, LegisPrev e de Gestão Administrativa para o período de 2017-2021;*
- » *Aprovação e publicação de 18 normas, contemplando diversas áreas da Fundação, com destaque para a Norma de Assessoria à Diretoria Executiva e para o Plano Diretor de Tecnologia de Informação (PDTI) de 2017;*
- » *Acompanhamento da situação de liquidez e do desempenho da Carteira de Investimentos;*
- » *Acompanhamento da execução orçamentária; e*
- » *Aprovação dos balancetes mensais a serem submetidos ao Conselho Fiscal e à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.*

Comitês de Assessoramento Técnico dos Planos de Benefícios ExecPrev e LegisPrev

São órgãos auxiliares de caráter consultivo vinculados ao Conselho Deliberativo.

dos patrocinadores e três membros titulares e três suplentes eleitos pelos participantes e assistidos.

Composição: paritária, sendo três membros titulares e três suplentes representantes

Reuniões: 20 reuniões ordinárias em 2016.

Reunião do Comitê de Assessoramento do Plano ExecPrev



Reunião do Comitê de Assessoramento do Plano LegisPrev



Principais Resultados

- » *Proposta de metodologias de avaliação do desempenho dos fundos de investimentos da carteira terceirizada;*
- » *Discussão de ações para aumentar a adesão de servidores públicos dos diversos órgãos;*
- » *Formulação e unificação de seus planos de trabalho;*
- » *Análise da proposta de Empréstimos aos Participantes e das Políticas de Investimentos - 2017-2021 da Entidade; e*
- » *Aprovação da publicidade de suas atas no site da Fundação.*

Comitê de Investimentos e Riscos

Órgão de caráter consultivo, vinculado à Diretoria Executiva, composto pelo: diretor-presidente, diretor de Investimentos e por dois gerentes da área

de Investimentos. Avalia as propostas de investimentos a serem realizadas pela Funpresp e seus respectivos riscos.

Reuniões: 12 reuniões ordinárias e uma extraordinária.

Principais Resultados

- » *Avaliação de propostas de investimentos em títulos e valores mobiliários (Certificado de Depósito Bancário – CDB, debêntures de empresas);*
- » *Análise de conjuntura mensal;*
- » *Acompanhamento da posição da Carteira de Investimentos e dos níveis de exposição a riscos; e*
- » *Análise de proposta de Metodologia de Desvio Dinâmico em relação à Alocação Objetivo das Carteiras.*



Subcomitê de Perfis de Investimentos

Órgão de caráter consultivo, vinculado ao Comitê de Investimentos e Riscos, criado para planejar a implementação de Perfis de Investimentos. O Subcomitê conduz os estudos para traçar as diretrizes e as regras do modelo de perfis de investimentos (ciclo de vida ou estilo de vida) a ser adotado pela Fundação, incluindo a elaboração do manual técnico previsto no Art.

19 dos regulamentos dos planos de benefícios ExecPrev e LegisPrev.

Composição: seis membros, sendo três titulares e três suplentes.

Reuniões: cinco reuniões ordinárias e uma extraordinária.

Principais Resultados

- » *“Seminário Perfis de Investimentos”, evento que reuniu especialistas, juristas e reguladores nacionais e internacionais sobre o tema;*
- » *Reunião com Diretoria de Planejamento do TSP/USA sobre os Perfis de Investimentos adotados pelo Plano CD dos servidores públicos federais norte-americanos; e*
- » *Lançamento da publicação “Panorama dos Perfis de Investimentos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar”, fruto de benchmarking realizado pela Fundação com 20 entidades fechadas de previdência.*



O Seminário Perfis de Investimentos contou com a participação da Renée Wilder Guerin, diretora do Thrift Savings Plan (TSP)

Subcomitê de Operações com Participantes

Órgão consultivo vinculado ao Comitê de Investimentos e Riscos, criado para planejar a implantação da carteira de operações com participantes.

Composição: seis membros, sendo três titulares e três suplentes.

Reuniões: 14 reuniões ordinárias e uma extraordinária durante o ano.

Principais Resultados

- » *Elaboração do regulamento de empréstimos aos participantes e assistidos dos planos de benefícios administrados pela Funpresp;*
- » *Desenvolvimento de modelo proprietário de taxa de juros competitiva em relação ao mercado, com taxas aderentes ao cenário atual de juros;*
- » *Implantação sistêmica de todos os parâmetros e regras em parceria com a Gerência de Tecnologia e Informação, já integrado ao novo sistema e às demais bases de dados da Funpresp; e*
- » *Arcabouço administrativo técnico, operacional e licitatório para abertura da Carteira de Empréstimos a partir de 1º de julho de 2017.*

Comissão de Ética

Instituída em maio de 2015, tem como objetivo principal orientar os integrantes da Fundação quanto ao cumprimento do Código de Ética e de Conduta, atuando de forma preventiva.

Composição: três empregados titulares de cargo efetivo e seus respectivos suplentes, indicados pela Diretoria Executiva e aprovados pelo Conselho Deliberativo.

Reuniões: três reuniões.

Principais Resultados

- » *Apuração de possíveis casos de conflito de interesses;*
- » *Análise e aprovação dos “Procedimentos da Comissão de Ética da Funpresp” que disciplina a organização, o funcionamento e as suas atribuições; e*
- » *Estabelecimento de mecanismos para ciência do Código de Ética e de Conduta por todos os integrantes da Fundação (empregados, cedidos, prestadores de serviço e membros de conselhos e comitês).*

Comitê de Planejamento

O Comitê é composto por um gerente de cada diretoria com a responsabilidade de monitorar o Plano de Ação de forma a medir o desempenho, ligando a visão estratégica à tática/operacional da Funpresp. O Comitê busca implantar a filosofia de planejar para obter bons resultados,

podendo propor revisão das ações, se for o caso, a cada semestre.

Função: monitorar as atividades e projetos previstos no Plano de Ação Anual.

Principais Resultados

- » *Relatórios trimestrais de atualização do Plano de Anual;*
- » *Relatório de revisão semestral; e*
- » *Relatório final de avaliação do exercício.*



Foco no planejamento e no monitoramento de riscos

A área de Planejamento e Riscos é responsável por gerir atividades de controle e pela elaboração e acompanhamento do Planejamento Estratégico da Funpresp, bem como por oferecer suporte a todas as áreas para elaboração dos planos de ação. É a área responsável pelo *compliance* da Fundação, auxiliando os demais setores da Entidade no cumprimento das normas legais e regulamentares, das políticas e das diretrizes estabelecidas, mitigando riscos ou possíveis inconformidades.

Em 2016, foi criado o **Plano Estratégico Institucional** – PEI, instrumento intertemporal (2016 a 2019) de governança e gestão, com a finalidade de orientar as atividades dos gestores alinhadas com a estratégia da Entidade.

O Mapa Estratégico da Funpresp evidencia os desafios que a Entidade terá que superar para concretizar sua missão e visão de futuro.

Figura 02 – Mapa Estratégico Institucional da Funpresp (2016-2019)



Fonte: Funpresp

Plano de Ação Anual - PAA

Resultado do processo de planejamento, o PAA contempla as ações, indicadores e metas, com detalhamento de cronograma, índice de execução e responsáveis por ação, organizados em torno dos objetivos estratégicos da Fundação.

No mês de outubro de 2016, foi realizado o seminário de elaboração e monitoramento do Planejamento Estratégico da Funpresp, com o objetivo de fazer um balanço do andamento do Plano de Ação de 2016 e elaborar o Plano de Ação de 2017.

Principais realizações da Fundação em 2016:

- » *Estruturação dos processos de Adesão Automática;*
- » *Realização de concurso público;*
- » *Ampliação da estrutura física;*
- » *Alcance da rentabilidade consolidada de 17,12% em 2016, atingindo 56,29% em rentabilidade acumulada desde fevereiro de 2013;*
- » *Alterações do regulamento do Plano ExecPrev;*
- » *Definição da Política de Relacionamento com Participantes, Assistidos e Patrocinadores;*
- » *Lançamento do portal de Educação Previdenciária;*
- » *Licitação de contratação da Central de Atendimento;*
- » *Estruturação das eleições para conselhos e comitês;*
- » *Publicação de 23 normas e 27 fluxos;*
- » *Certificação/habilitação dos membros estatutários; e*
- » *Contratação e adaptação do Sistema de Gestão Previdenciária/TI.*



Foi elaborado o Plano de Ação para 2017, com debate sobre os desafios que a Fundação terá para alcançar os seus **objetivos durante o ano:**

- » *Abertura da Carteira de Empréstimos;*
- » *Instalação da Mesa de Operações de Títulos e Valores Mobiliários (TVM);*
- » *Implantação da Política de Gestão de Riscos;*
- » *Elaboração da Política de Comunicação e Divulgação;*
- » *Contratação da central de atendimento própria (0800 e Unidade de Resposta Audível - URA)*
- » *Implantação do novo Sistema de Gestão Previdenciária/TI;*
- » *Alterações no regulamento do Plano LegisPrev;*
- » *Realização de eleições para comitês e conselhos;*
- » *Processamento de R\$ 320 milhões em arrecadação;*
- » *Alcance de 46 mil adesões; e*
- » *Busca do ponto de equilíbrio administrativo (receitas = despesas).*

Sinais vitais da Funpresp

A Funpresp, por meio da Diretoria Executiva Colegiada, estabeleceu o monitoramento mensal dos indicadores de gestão, estratégicos e de desempenho, além das respectivas

metas, das ações consideradas vitais para a Entidade. Esse acompanhamento garante a interação entre o planejamento e sua execução, a correção de desvios e o aprimoramento permanente do funcionamento da Funpresp.

Tabela 01 – Resultados Atingidos pela Funpresp em 2016

Indicador	Meta	Resultado
Rentabilidade	IPCA + 4% (10,55%)	17,12%
Solvência Atuarial	= ou > 1	EXEC 1,5827 / LEGIS 2,0217
Execução Orçamentária	85 – 90%	84,53% / 94,41% (ponderado)
Despesa Administrativa Per Capita – DPC	< R\$ 1.456,57	R\$ 802,99
Receita Administrativa Per Capita-DPC	R\$ 390,19	R\$ 386,21
Ticket Médio	Não se aplica	EXEC R\$285,85 / LEGIS R\$ 1.227,30
Taxa de adesão	55%	56%
Tempo Disponibilização Extrato - TDE	Até 60 dias	41 dias 94,1% de efetivação
Tempo Médio de Atendimento - TMA	Até 20 dias	3,25 dias
Ações Judiciais (1)	Não se aplica	42,59%
Compliance	80%	100%
NPS (2)	Não se aplica	28,9%

(1) Percentual de ações com resultados favoráveis à Funpresp.

(2) Net Promoter Score (NPS) é uma métrica criada para medir a satisfação e a lealdade dos clientes das empresas, independentemente da área de atuação. O cliente posiciona sua recomendação do atendimento do serviço utilizado a um amigo ou parente em uma escala de 0 a 10. O NPS é a diferença entre o percentual de notas promotoras e o percentual de notas detratoras.

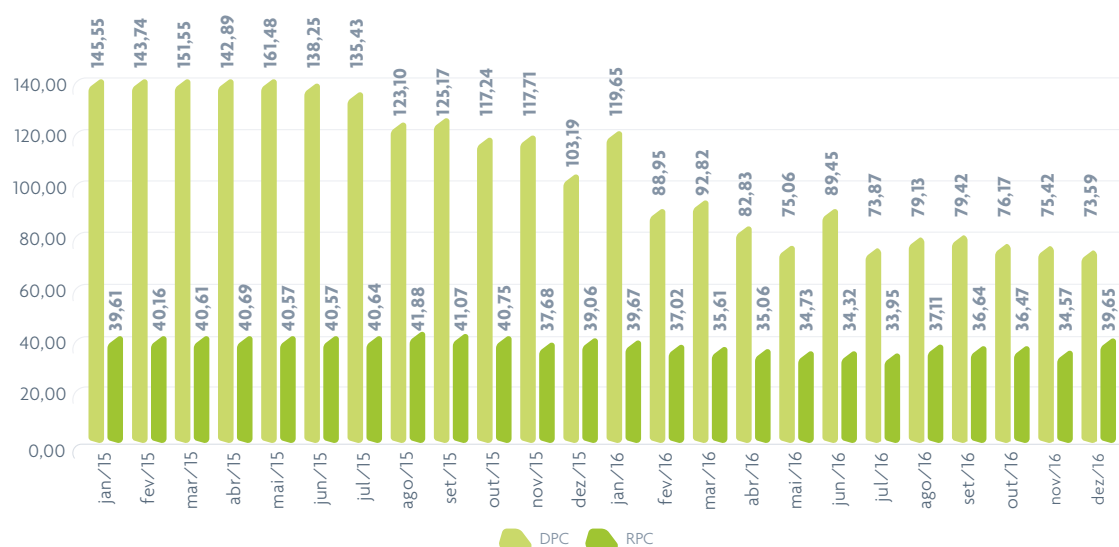
Fonte: Funpresp

Despesa e Receita *per Capita*

Os indicadores de Despesa e Receita *per Capita* mostram o valor relativo de despesas/receitas pelo número de participantes, apresentando um resultado individual.

Em relação ao resultado acumulado para o ano de 2016, apurou-se uma Despesa *per Capita* anual de R\$ 802,99 e uma Receita *per Capita* anual de R\$ 386,21. Abaixo os valores apurados mensalmente.

Gráfico 01 – Despesa e Receita *per Capita* da Funpresp

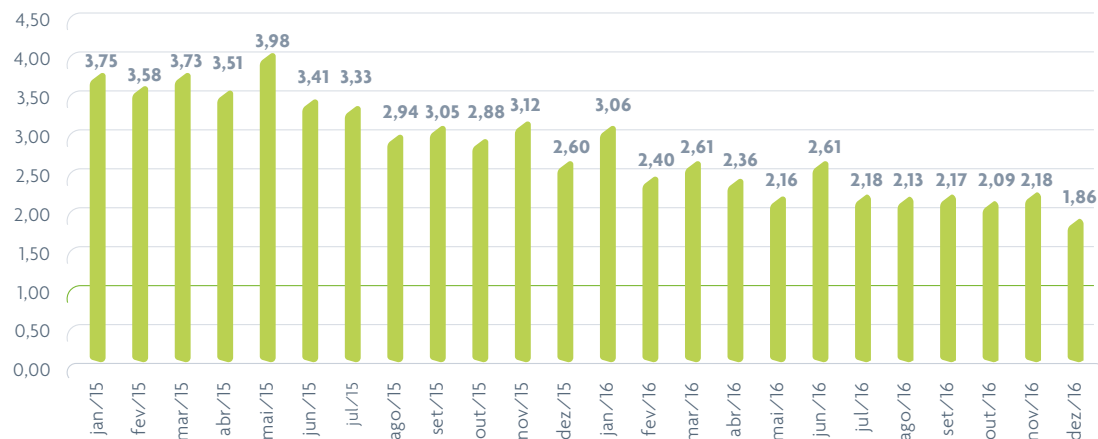


Fonte: Funpresp

Em dezembro de 2016, a relação de despesa sobre receita ficou em 1,86 – inferior ao parâmetro de dezembro de 2015 que foi de 2,60, indicando uma trajetória inequívoca em direção ao Ponto de Equilíbrio da Fundação (1,00). Quando isso ocorrer, será possível começar a devolução da antecipação de contribuições feita pelo patrocinador.

O Gráfico a seguir destaca mensalmente o decréscimo da correlação entre despesa/receita, o que sinaliza o caminho para o Ponto de Equilíbrio – PE (linha vermelha = 1,00), entendido como o período de tempo futuro (mês ou ano) em que os montantes das despesas corresponderão aos montantes das receitas administrativas.

Gráfico 02 – Relação entre Despesas e Receitas Administrativas da Funpresp de 2015 e 2016



Fonte: Funpresp

Arquitetura de processos

A Funpresp tem um conjunto de macroprocessos, processos e subprocessos desenvolvidos em cada área, agrupados nos temas Suporte, Governança e Negócio, constituindo uma cadeia lógica, que leva em conta o modelo de negócio, a estratégia e a organização lógica dos processos da Entidade.

Nessa linha, foi desenvolvido em 2016 o cronograma de mapeamento e normatização de processos, constituindo uma importante

ferramenta de organização, de estabelecimento de padrões e de avaliação de processos. Essas medidas estruturantes promoveram ganhos de eficiência operacional na execução das atividades, melhoria na tomada de decisões, maior confiabilidade de informações e um efetivo controle de riscos e conformidade às leis, regulamentos e políticas de gestão.

Figura 03 – Cadeia Lógica da Organização dos Processos da Funpresp



Fonte: Funpresp



Políticas e Normas

Os trabalhos de modelagem e normatização estão essencialmente ligados às atividades de controles internos e de gestão de riscos, sendo fundamental que a Fundação tenha os seus processos bem definidos, bem como alinhamento entre a arquitetura de processos, o mapeamento e a estrutura normativa.

Em 2016 foram publicadas 20 normas, três políticas/diretrizes, dentre as quais destacamos:

- » *Política de Relacionamento com Participantes, Assistidos e Patrocinadores;*
- » *Norma do Planejamento Estratégico; e*
- » *Norma de Controle de Investimentos e Riscos Financeiros.*

Gestão de riscos

A Funpresp está implementando uma cultura de controles internos e gestão de riscos em todos os níveis hierárquicos, visando a adoção das melhores práticas do segmento de previdência complementar. O Programa de Controles Internos é conduzido pela área de Planejamento e Riscos e envolve as diversas outras áreas gestoras da Fundação.

Em 2016, a Entidade criou o Programa de Controles Internos, com o objetivo de identificar, avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos e controles junto às áreas gestoras dos processos, bem como para propor ações corretivas e preventivas, oferecer alternativas de solução e propor melhorias nos procedimentos operacionais.

Patrocinadores acompanham a Gestão

O Relatório de Gestão do Exercício de 2016, disponível no portal da Funpresp, foi elaborado pela Fundação e encaminhado ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, nos termos do art. 20, da Lei nº 12.618, de 2012, e do art. 25, da Lei Complementar nº 108, de 2001, elaborada de acordo com as disposições da Instrução TCU nº 63/2010 e da Decisão Normativa TCU nº 154/2016. Ele tem a finalidade de prestar contas das atividades da Entidade aos órgão patrocinadores e reúne informações sobre valor das contribuições pagas, aplicação dos recursos, Política de Investimentos, resultado atuarial, auditoria, governança e relacionamento com a sociedade.



Para 2017, está prevista a implementação da Política de Gestão de Riscos e Controles Internos, tendo como objetivo estabelecer os princípios, as diretrizes, as responsabilidades e o processo de gestão de riscos e de controles internos da Funpresp, bem como para melhoria contínua dos processos organizacionais e incorporação da análise de riscos à tomada de decisão.

Jurídico em defesa dos participantes e assistidos

A área jurídica vem atuando para dar o suporte consultivo necessário ao regular funcionamento da Funpresp e na defesa dos interesses da Fundação e dos seus participantes e assistidos.

A Entidade acumula 168 ações, com tramitação em diversos estados do Brasil, sendo dois terços no DF.

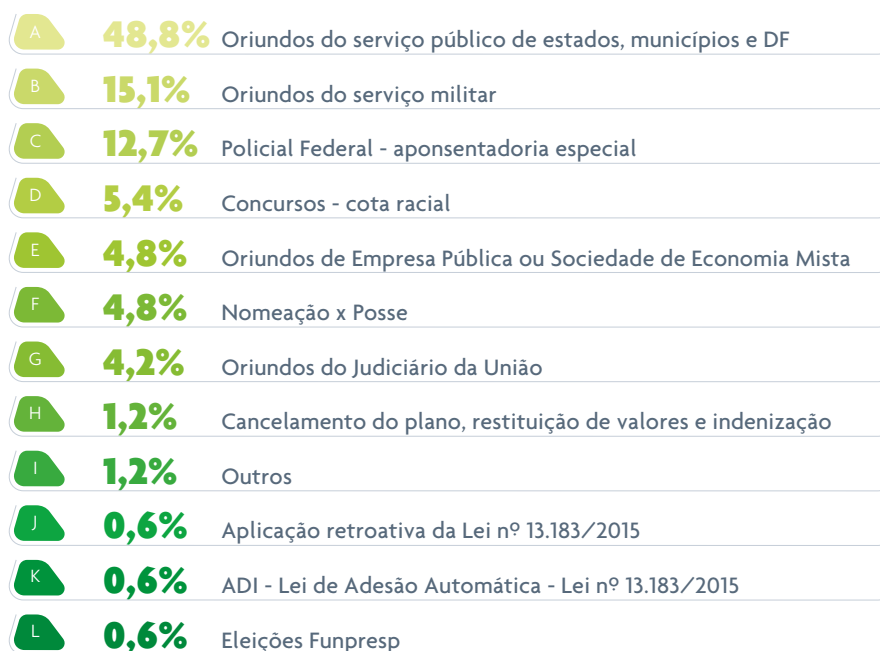
Figura 04 – *Ações Judiciais Ajuizadas Contra a Funpresp*



Fonte: Funpresp

As ações tratam, em sua maioria, de especificidades relacionadas ao enquadramento dos servidores públicos federais no Regime de Previdência Complementar. Dentre elas, destacamos a intervenção na ADI 5502 sobre adesão automática, em tramitação no Supremo Tribunal Federal.

Gráfico 03 – Ações Judiciais por Tema na Funpresp



Fonte: Funpresp

Atuação jurídica consultiva

A atribuição consultiva tem exigido o enfrentamento de temas complexos e inéditos pela característica da Entidade, tais como as contratações de Sistema Integrado de Gestão Previdenciária/TI, de solução integrada de banco de dados financeiros e de instituição financeira autorizada para administração de carteiras de valores mobiliários. Além disso, a área jurídica atuou na viabilização da implantação

de sistema de atendimento multicanal da Fundação, ferramenta essencial para aprimorar a comunicação com os participantes. O objetivo é assegurar a segurança jurídica e a legalidade das contratações, com orientações voltadas a garantir que as práticas da Funpresp em matéria de licitações e contratos administrativos estejam alinhadas à legislação pertinente, à jurisprudência do Tribunal de Contas da União e aos pronunciamentos da Advocacia-Geral da União.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna – AUDIN é órgão auxiliar vinculado ao Conselho Deliberativo da Funpresp e de assessoramento da administração, que tem como atribuição avaliar os atos, fatos, processos e controles internos, de forma a conferir segurança às decisões e credibilidade às informações da Entidade e dos planos de benefícios.

O produto dos trabalhos das auditorias e fiscalizações são recomendações para implementação de melhorias nos controles que resultam em planos de ação, adotados pelas áreas da Funpresp, cujo controle e acompanhamento é também realizado pela AUDIN.

No exercício de 2016 foram realizados os seguintes trabalhos de auditoria:

- » *Gestão da Carteira Terceirizada de Investimentos;*
- » *Gestão do Orçamento;*
- » *Gestão da Folha de Pagamento de Benefícios e Pensões;*
- » *Gestão da Arrecadação de Contribuições;*
- » *Gestão de Contrato de TI;*
- » *Gestão no Processo de Pagamento de Resgate;*
- » *Processo de Otimização do Fluxo de Caixa;*
- » *Avaliação da Diferença na Precificação de Títulos Públicos Federais sob Gestão Própria ocorrida quando da troca do agente custodiante;*
- » *Processo de Regularização do INSS Parte Patronal; e*
- » *Processo de Administração do Plano de Gestão Administrativa - PGA.*

INVESTI- MENTOS

Mesmo com o cenário econômico marcado por dificuldades e incertezas, os investimentos realizados pela Funpresp obtiveram, em 2016, resultados financeiros acima do esperado.



Funpresp





A Funpresp superou o índice de referência da carteira de investimentos consolidada em 2016 e alcançou 17,12% de rentabilidade no ano. O esperado era alcançar IPCA + 4 %.

Conjuntura econômica em 2016

O cenário macroeconômico doméstico e internacional foi marcado por incertezas durante o ano de 2016. O Brasil viveu o segundo ano consecutivo de recessão econômica, com reflexos na arrecadação tributária do governo federal e intensificação de crises fiscais em alguns entes da federação. No resto do mundo, o ano foi caracterizado pela continuidade

do desbalanceamento da recuperação econômica, especialmente entre os países desenvolvidos.

Nesse contexto, o ambiente de negócios no Brasil apresentou queda do nível de confiança dos empresários, investidores e consumidores. Isso resultou em postergações de novos projetos de investimentos e, conseqüentemente, em intensificação do processo de destruição de vagas de emprego.

Economia internacional: incertezas político-econômicas

O ano de 2016 foi marcado por eventos que foram antecipados como fontes de turbulências no curto prazo. Entretanto, verificou-se que tais eventos não tiveram os impactos negativos inicialmente esperados, trazendo apenas alguma volatilidade momentânea aos mercados internacionais. Mesmo assim, eles permanecem como fatores relevantes

de incertezas no médio prazo, pois indicam reversões de tendências políticas e econômicas nas maiores economias mundiais.

Dentre os eventos políticos, destacam-se a saída do Reino Unido da União Europeia, as divergências sobre a crise migratória na Europa e a vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais dos Estados Unidos.

Por sua vez, como eventos econômicos, destacam-se os ciclos divergentes de políticas monetárias e, conseqüentemente, de atividade econômica. Enquanto os Estados Unidos viveram a expectativa da retomada gradual de políticas monetárias restritivas (juros em níveis maiores), a Europa e o Japão ampliavam suas políticas de estímulo monetário (juros em níveis baixos), visando mitigar os riscos de deflação e de baixo crescimento econômico.

Nesse contexto de curto prazo, verificou-se certa recuperação nos preços das *commodities*, destaque para o petróleo, que começou o ano negociado a 28 dólares. Após muita especulação, os produtores anunciaram cortes de produção e o barril do petróleo fechou o ano negociado acima dos 50 dólares. Esse movimento e os efeitos climáticos em regiões produtoras de *commodities* agrícolas influenciaram os preços de outras *commodities* e beneficiaram a pauta exportadora brasileira.

Portanto, com relação às expectativas, o ano de 2016 foi mais benigno. Contudo, as incertezas político-econômicas verificadas em 2016 permanecem no médio prazo, não obstante, o otimismo moderado que caracteriza o início de 2017.

Economia brasileira

Em 2016, o Brasil registrou o segundo ano consecutivo com forte retração do PIB, com reflexos diretos nas contas públicas devido à queda das arrecadações tributárias nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal. Nesse contexto, verificou-se o início de uma nova fase de negociações de pacotes de auxílio financeiro pela União.

A inflação, por sua vez, finalizou o ano em uma trajetória de queda. O Banco Central do Brasil, após alterações na condução da política monetária e na forma de comunicação com os agentes econômicos, ancorou as expectativas quanto à inflação dos próximos anos, em especial a de 2017.

A convergência da inflação, iniciada ao final de 2016, permitiu o início do ciclo de cortes em outubro, quando baixou

a taxa referencial Selic em 0,25% para 14% a.a.. Na última reunião do ano, houve mais um corte de 0,25% e a taxa fechou 2016 em 13,75% a.a.

Essa trajetória de queda dos juros se mostra sustentável no médio e longo prazos devido, principalmente, às reformas fiscais e previdenciárias.

Houve, ainda em 2016, aprovação da Emenda Constitucional que estabelece um teto para os gastos públicos, que passam a ser vinculados à inflação do ano anterior por um prazo de 20 anos, sujeito à revisão após os primeiros 10 anos. Essa medida evita crescimentos reais dos gastos públicos e reduz a probabilidade de ocorrência de um aumento explosivo da dívida bruta federal brasileira.

Já a Reforma da Previdência (PEC nº 287, de 2016) é caracterizada por uma proposta enviada ao Congresso Nacional que aumenta a idade mínima

para a aposentadoria e o tempo mínimo de contribuição.

No mercado financeiro doméstico, o ano foi marcado por forte valorização tanto da renda variável, com alta de quase 40% do Ibovespa, quanto dos ativos de renda fixa, que se beneficiaram da queda das taxas de juros no período.

De maneira geral, 2016 pode ser considerado um ano de ajuste estrutural da economia brasileira, com queda nas expectativas de inflação e nas taxas de juros, redução abrupta do déficit em transações correntes e propostas de reformas estruturantes. Entretanto, o crescimento econômico, por sua vez, continua abaixo das expectativas e tudo indica que 2017 deve ser o ano do início de uma retomada lenta e gradual da atividade econômica.

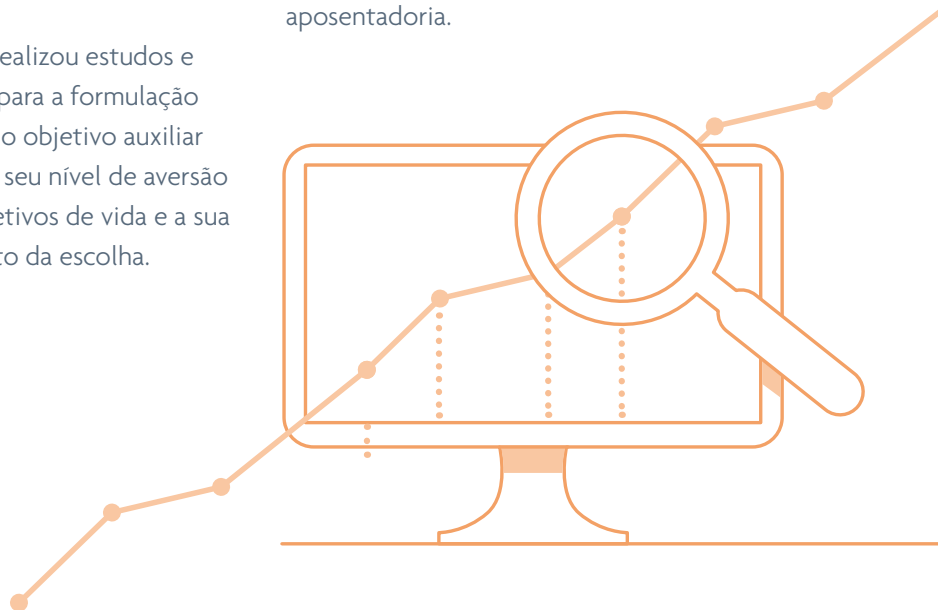
Novos produtos

Funpresp prepara modelo inovador de Perfis de Investimentos.

Embora a Funpresp esteja em seus primeiros anos de existência, apresenta taxa de crescimento bastante acelerada, tendo alcançado mais de 36 mil participantes em 2016. Diante desse ritmo e da diversidade de participantes dos planos, a Fundação, por meio do Subcomitê Técnico de Perfis de Investimentos e de pesquisas realizadas pela área de relacionamento com o participante, já detectou a demanda por produtos inovadores, tal como o “Perfil de Investimentos”.

Nesse contexto, o subcomitê realizou estudos e propôs critérios e parâmetros para a formulação de um produto que tenha como objetivo auxiliar os participantes a identificar o seu nível de aversão ao risco conforme os seus objetivos de vida e a sua situação financeira no momento da escolha.

Com esse produto, a Funpresp converge de forma dinâmica e tempestiva as características dos planos de benefícios que administra às expectativas dos participantes. Além disso, o participante terá maior liberdade de escolha, gerando engajamento e cobrança junto ao plano previdenciário e alinhamento das expectativas de retorno em horizontes temporais adequados ao prazo de aposentadoria.



Fundação vai oferecer empréstimo consignado aos participantes

A Funpresp, por meio do Subcomitê Técnico de Operações com Participantes, propôs, ao longo de 2016, parâmetros e diretrizes para efetivar a oferta de um novo produto já em 2017. Trata-se do empréstimo consignado aos participantes. Esse novo produto, gerido e administrado em conformidade com os princípios de governança e de economicidade, gera resultados financeiros aos planos de benefícios e aos participantes. Aos planos de benefícios, além de incentivar novas portabilidades e contribuições facultativas por parte dos participantes, representa um importante vetor de diversificação da Carteira de Investimentos. Aos participantes, além de permitir lastrear os empréstimos às reservas individuais (poupança) no curto prazo, será uma alternativa de linha de crédito barata para o consumo ou investimento que o participante planeja de imediato, sem comprometer o futuro da sua aposentadoria. O início das operações do projeto piloto tem previsão para o segundo semestre de 2017.

Aprimoramento da Estrutura de Investimentos

Fundo de Liquidez

Em dezembro, foi realizada a licitação para a contratação de um fundo de investimento referenciado não exclusivo para a gestão da liquidez dos planos administrados pela Funpresp, inclusive do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

Diferentemente dos fundos de investimentos multimercados exclusivos, esse fundo referenciado apresenta maior aderência ao PGA e às necessidades de liquidez de curto prazo dos planos de benefícios ExecPrev e LegisPrev.

Destaca-se que esse novo instrumento financeiro, que irá compor a gestão terceirizada em 2017, é importante para a gestão dos recursos necessários para o pagamento dos compromissos ou das obrigações de curto prazo dos referidos planos, sendo que a maior parcela será de natureza administrativa.

Isso ocorre pois a Funpresp está em formação e estruturação e, para tanto, necessita de elevados recursos no curto prazo.

Mesa de Operações

Com foco na gestão própria, em 2016, foi estabelecido o Plano Temporal para implantação da mesa de operações de renda fixa. O investimento contempla estrutura física e tecnológica, como sala monitorada, equipamentos de TI e plataformas de informação e negociação eletrônica.

O investimento permitirá realização das operações de compra e venda de ativos com maior dinâmica, controle e segurança. O foco é o aperfeiçoamento da gestão interna, que vem se adaptando rapidamente ao crescimento dos planos administrados pela Funpresp, e a possibilidade de maior diversificação do portfólio financeiro dos planos previdenciários.

Custódia dos investimentos em nova instituição

A Funpresp realizou pregão para contratação de prestador de serviço técnico especializado de custódia e controladoria ao final de 2015. O **Santander Securities Services DTVM S.A.** foi vencedor da concorrência pública e, desde fevereiro de 2016, realiza a precificação, o processamento e a controladoria das carteiras de investimentos.

A implantação resultou em melhorias nos serviços prestados, em especial no quesito qualidade e segurança das informações, além de permitir ganhos de experiências para a Funpresp no que tange ao seu papel de administradora de planos.

Equipe da Gerência de
Análise e Operações
Financeiras



Adequação normativa

Em 2016, encerrou-se o prazo para adequação do regulamento dos fundos de investimento regidos pela Instrução CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014. A Funpresp, em atendimento ao chamamento normativo, debateu com os administradores de seus cinco fundos exclusivos as alterações necessárias nos respectivos regulamentos, finalizando o processo de adequação em junho.

Calibragem no referencial de rentabilidade dos fundos exclusivos

No início de 2016, realizou-se ajuste no referencial de rentabilidade dos fundos exclusivos, também conhecido como *benchmark*¹. Em estudo interno, desenvolveu-se análise visando minimizar a volatilidade do referencial, no entanto, sem alterar a vocação de longo prazo da composição dos índices escolhidos.

O *benchmark* adotado entrou em vigor em abril. Os gestores dos fundos exclusivos têm como mandato superar o desempenho deste referencial.

Performance e alocação dos investimentos

A rentabilidade da Carteira de Investimentos do plano ExecPrev avançou 15,28% e do plano LegisPrev, 17,19%. Esse desempenho superou o referencial de rentabilidade dos planos, IPCA+4% a.a., que acumulou 10,56% no mesmo período.

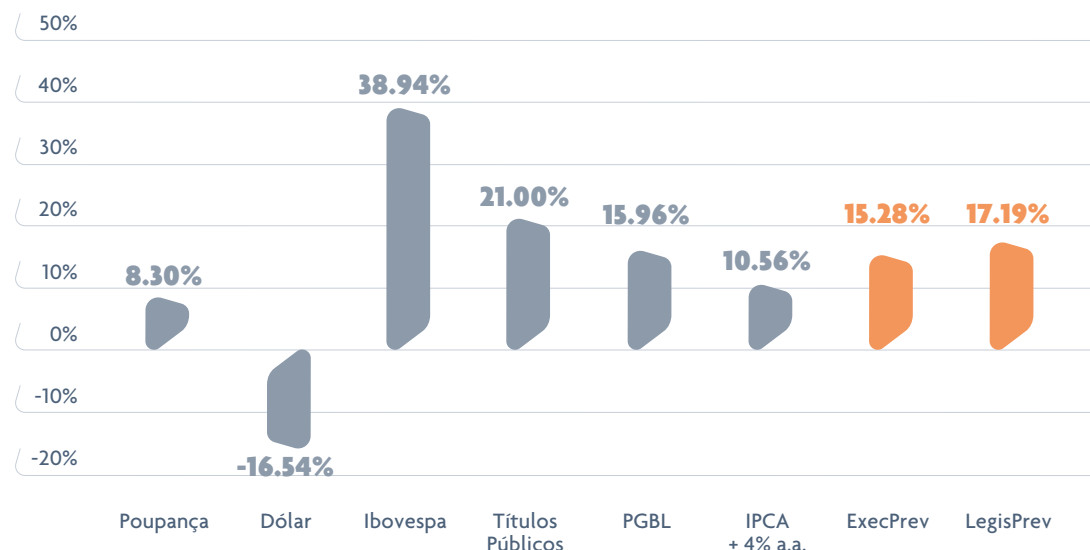
¹ O referencial de rentabilidade dos Fundos Exclusivos - *benchmark* é composto por: $\{30\% \cdot (\text{IRF-M1}) + 24\% \cdot (\text{IMA-B5}) + 36\% \cdot (\text{IMA-B5+}) + 10\% \cdot (\text{IBr-X})\} + 1\% \text{ a.a.}$, onde:

- IMA-B5: índice que resulta da variação de uma carteira teórica com os títulos públicos federais em mercado e indexados ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, cujo prazo de vencimento seja inferior a 5 anos.

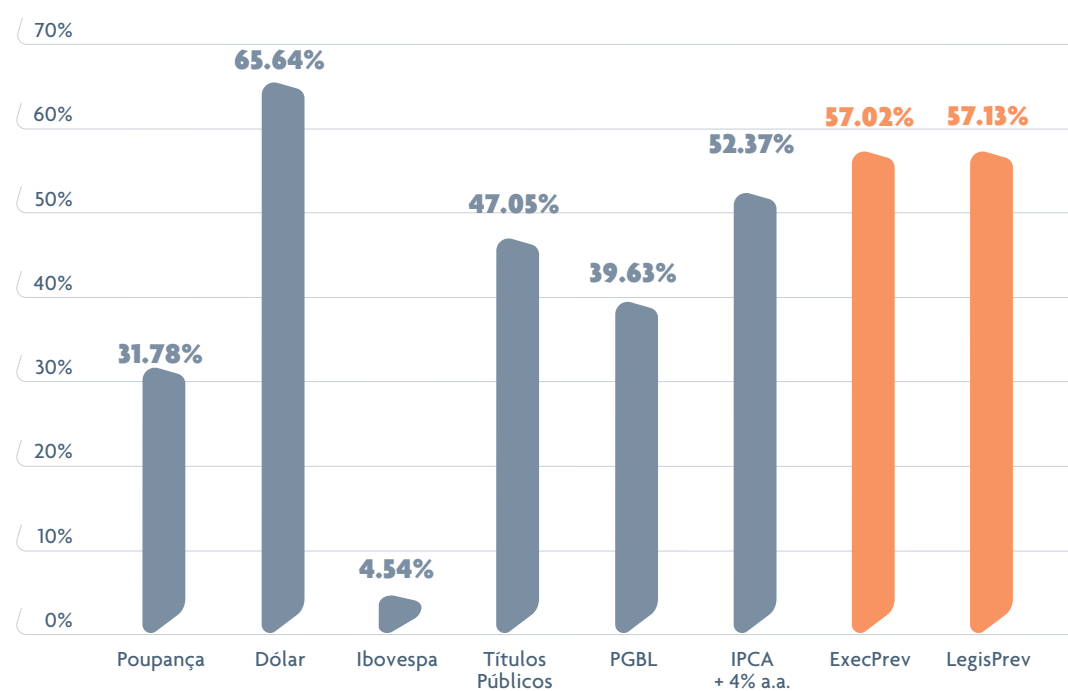
- IMA-B5+: índice que resulta da variação de uma carteira teórica com os títulos públicos federais em mercado e indexados ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, cujo prazo de vencimento seja igual ou superior a 5 anos.

- IRF-M1: índice que resulta da variação de uma carteira teórica que engloba os títulos públicos federais pré-fixados em mercado, cujo prazo de vencimento seja inferior a 1 ano.

- IBrX-100: índice de preços que mede o retorno de uma carteira teórica composta por 100 ações selecionadas entre as mais negociadas na BM&FBOVESPA.

Gráfico 04 – Comparativo de rentabilidade da Funpresp em 2016

Desde o início dos planos de benefícios, a rentabilidade foi de 57,02% para o ExecPrev e de 57,13% para o LegisPrev. Ambos superaram seu referencial, que acumulou 52,37% no mesmo período. Os Gráficos 04 e 05 apresentam a rentabilidade dos planos em comparativos com indicadores de mercado.

Gráfico 05 – Comparativos de rentabilidade da Funpresp (desde 2013)

Diversificação da gestão consegue bons resultados

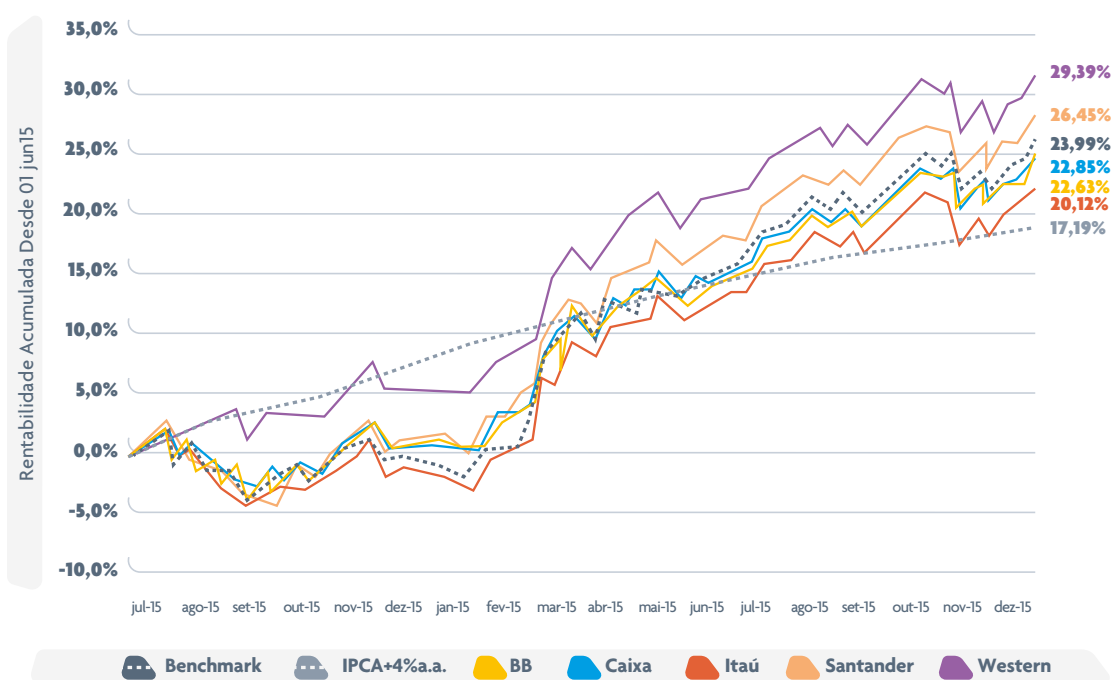
A despeito das incertezas, o ano de 2016 encerrou com a recuperação do mercado financeiro interno. Esse cenário, propício ao surgimento de boas oportunidades, refletiu-se, principalmente, no desempenho da gestão terceirizada.

Os gestores externos, por meio de seus mandatos, contam com a agilidade

necessária para posicionar as carteiras dos fundos exclusivos conforme as respectivas estratégias, sempre buscando capturar boas oportunidades de investimentos.

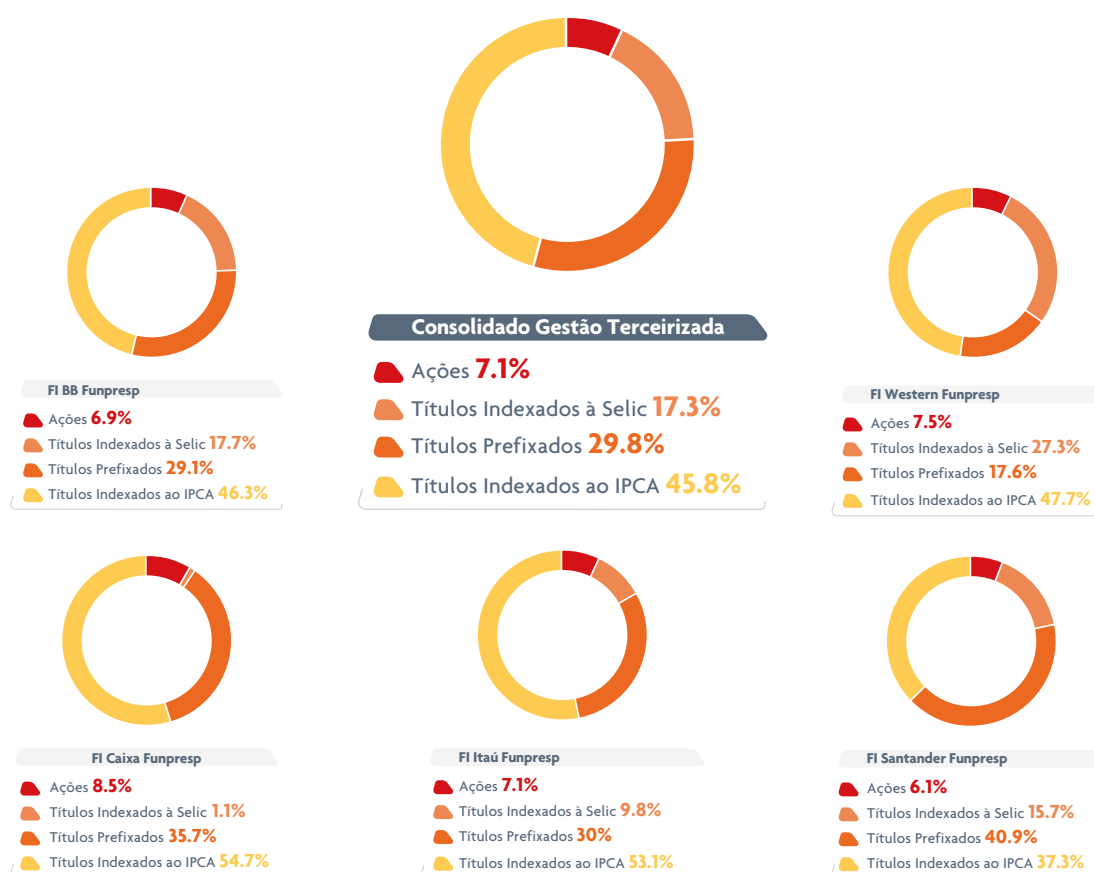
O desempenho dos fundos, desde julho de 2015, é visto no Gráfico 06. A alocação dos fundos exclusivos, no encerramento do ano, está demonstrada no Gráfico 07.

Gráfico 06 – Desempenho dos Fundos de Investimentos Exclusivos da Funpresp - de jul/2015 a dez/2016



Fonte: Funpresp

Como se observa no período iniciado em julho de 2015, os fundos exclusivos vem se diferenciando em termos de desempenho e o gestor com melhor resultado acumulou rentabilidade de 29,39%.

Gráfico 07 – Alocação dos Fundos Exclusivos em 31/12/2016

BB Funpresp Fundo de Investimento Multimercado (CNPJ: 17.945.571/0001-00); Fundo de Investimento Caixa Funpresp Multimercado (CNPJ: 08.070.830/0001-05); Itaú Funpresp Fundo de Investimento Multimercado (CNPJ: 21.454.757/0001-25); Santander Fundo de Investimento Funpresp Multimercado (CNPJ: 20.977.649/0001-74) e Western Asset Funpresp Fundo de Investimento Multimercado (CNPJ: 20.155.943/0001-09).

Fonte: Funpresp

A composição da carteira dos fundos exclusivos é apresentada no Gráfico 07. Os gestores, aderentes ao *benchmark*, diversificam as alocações entre títulos de renda fixa e de renda variável. O ativo financeiro de maior peso são os indexados à inflação, classe que vem contribuindo com a maior parcela do desempenho dos fundos.

Gestão própria com foco na segurança

Em 2016, a Carteira de Investimentos sob **gestão própria** dos planos administrados pela Funpresp apresentou alocações em títulos públicos federais, sendo as Notas do Tesouro Nacional Série B – NTN-B o ativo com maior participação, com 83% no encerramento do ano.

A concentração nessa série de título público é pertinente ao objetivo dos planos de benefícios, uma vez que se trata de título indexado ao IPCA. Outra característica importante é o fato de ser este o título com maior prazo de vencimento (2055) negociado no mercado doméstico, permitindo que sejam realizadas alocações com foco na geração de fluxos de caixa em horizontes de longo prazo, em linha com as obrigações atuariais dos planos previdenciários (ExecPrev e LegisPrev).

Destaca-se também o papel estabilizador da gestão própria. Os títulos públicos categorizados

contabilmente como “mantidos até o vencimento”² desempenham o importante papel de absorção de eventuais turbulências no mercado financeiro, uma vez que não apresentam flutuações de preço. Mesmo com o perfil mais conservador e de baixa volatilidade (Gráfico 06), a carteira própria agrega parcela importante do rendimento dos planos. Em 2016, a carteira sob gestão própria acumulou rentabilidade de 13,51%, também superando o índice de referência dos planos de benefícios administrados pela Funpresp. Cabe destacar que desde o início das operações sob gestão própria, julho de 2015, a rentabilidade por ela auferida foi de 21,51%. A rentabilidade dos investimentos por tipo de gestão, desde 2013, é apresentada na Tabela 02, a seguir.

Tabela 02 – Rentabilidade dos Investimentos da Funpresp de 2013 a 2016

Período	Referencial dos Planos	Carteira Consolidada
2013	8.2%	6.89%
2014	10.67%	11.41%
2015	15.1%	12.06%
2016	10.56%	17.12%

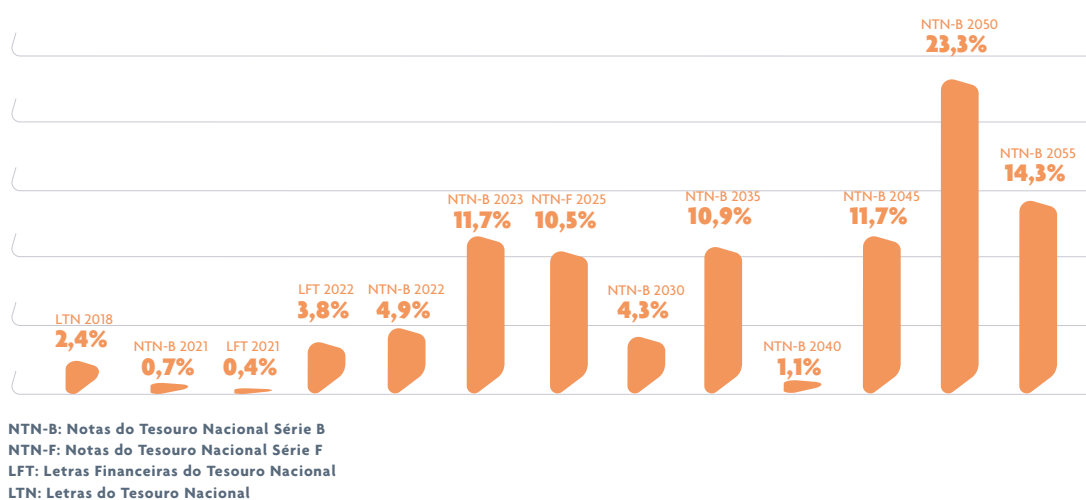
Fonte: Funpresp

² Títulos classificados como mantidos até o vencimento: categoria prevista pela Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002. Refere-se aos títulos que cuja taxa de remuneração é constante e o rendimento decorre da apropriação diária dessa taxa, contratada no momento de aquisição do ativo.

O significativo desempenho da carteira própria com baixa flutuação demonstrou a importância desses ativos num ambiente de mercado com bastante incerteza, segundo expectativa para o ano de 2017.

Na sequência, o Gráfico 08 detalha a composição da Carteira de Investimentos sob gestão própria e o Gráfico 09 apresenta o desempenho por tipo de gestão.

Gráfico 08 – Composição da Carteira Própria da Funpresp



Fonte: Funpresp

A Escolha dos Gestores

Com o objetivo de diversificar a gestão de investimentos, a Funpresp também conta com a expertise de gestores terceirizados, responsáveis pela gestão dos fundos exclusivos. A terceirização dos recursos está prevista pela Lei nº 12.618, de 2012, e é realizada por meio de concorrência pública, em atendimento ao regramento dado pela Lei nº 8.666, de 1993.

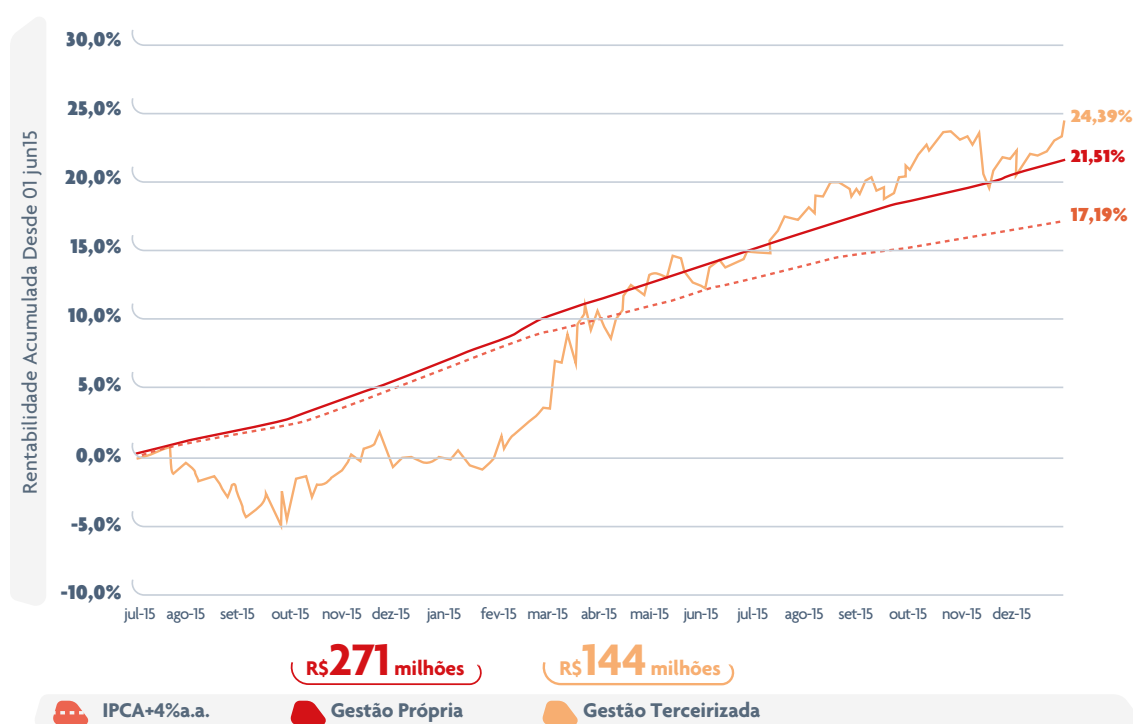
O processo de seleção contempla critérios de técnica e preço. São avaliados o porte das instituições, o nível de especialização em gestão de recursos para Entidades Fechadas de Previdência Complementar, o histórico de rentabilidade, os sistemas de risco e controle disponíveis na instituição e ainda o preço. Da ponderação dos itens, é gerada a nota classificatória dos concorrentes.

Após contratadas as instituições, recebem mandatos idênticos para gestão dos fundos e concorrem entre si. A cada período de dois anos, o gestor com o pior desempenho é substituído. Os aportes são feitos aos gestores em proporções fixas, conforme ranking semestral de rentabilidade.

O Edital da Concorrência para seleção dos gestores está disponível no sítio eletrônico da Funpresp (www.funpresp.com.br).



Gráfico 09 – Desempenho dos Investimentos da Funpresp por Tipo de Gestão



Fonte: Funpresp

O aporte aos gestores terceirizados considera o desempenho apresentado pelos fundos. Semestralmente é elaborado um ranking, com base no histórico de rentabilidade das cotas. O resultado vincula os percentuais a serem aportados a cada um dos cinco fundos.

Política de Investimentos

Demonstrativo de Investimentos e Enquadramentos

Conforme preconizam a Resolução CMN nº 3.792/2009 e as políticas de investimentos dos planos de benefícios administrados pela Funpresp (disponíveis no site www.funpresp.com.br), não houve desenquadramento na alocação dos recursos no exercício de 2016. A Tabela 03 demonstra a alocação corrente dos planos, na posição do dia 31/12/2016:

Tabela 03 – Enquadramento dos Planos da Funpresp

Segmento de Aplicação	Limite Res. 3.792/09	Limites PI - Planos Previdenciais		ExecPrev		LegisPrev		Limites PI - PGA		PGA	
		Mínimo	Máximo	Alocação Atual	R\$ mil	Alocação Atual	R\$ mil	Mínimo	Máximo	Alocação Atual	R\$ mil
1. Renda Fixa	100%	45%	100%	99,23%	337.218	99,05%	13.548	45%	100%	98,18%	60.757
Títulos Púb. Federal	100%	45%	100%	99,23%	337.218	99,05%	13.548	45%	100%	98,18%	60.757
Títulos Priv. e FIDC ¹	80%	0%	20%	-	-	-	-	0%	20%	-	-
2. Renda Variável	70%	0%	20%	0,77%	2.630	0,95%	130	0%	20%	1,82%	1.127
3. Inv. Estruturados²	20%	0%	20%	-	-	-	-	-	-	-	-
4. Imóveis	8%	0%	0%	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Inv. Exterior	10%	0%	0%	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Operações Partic.	15%	0%	15%	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	15%	0%	15%	-	-	-	-	-	-	-	-
Financiamentos	15%	0%	0%	-	-	-	-	-	-	-	-

¹ Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC

² Inclui Fundo de Investimento em Participações (FIP), Fundo de Investimento Imobiliário negociado em bolsa de mercadorias (FII) ou Fundo de Investimentos Multimercado aberto e não exclusivo (FIMM).

Fonte: Funpresp

O demonstrativo de enquadramento dos planos ExecPrev considera a abertura das carteiras dos fundos exclusivos e os ativos em carteira própria. Os investimentos consolidados são segregados conforme definições de segmentos da resolução CMN nº3.792/2009. A segregação é virtual, com base na participação do plano em cada segmento.

Na posição de encerramento do ano, 99,23% do patrimônio de investimentos do ExecPrev estava alocado em ativos de renda fixa e 0,77% em renda variável.

No caso do LegisPrev, 99,05% do patrimônio de investimentos do plano estava alocado em ativos de renda fixa e 0,95% em renda variável.

A rentabilidade dos investimentos também é apurada de forma consolidada por plano e por segmento, conforme as definições da Resolução CMN nº3.792/2009. Na tabela 04, a seguir, são apresentados os valores para o ano de 2016 dos planos, segmentos e respectivos referenciais, definidos pela Política de Investimentos.

Tabela 04 – Investimentos da Funpresp no Exercício 2016

Rentabilidade dos Investimentos			
Segmentos	Rentabilidade		Política de Investimentos 2016
	Funpresp-Exe	Referencial	Índice de Referência
Consolidado	17,12%	10,56%	IPCA + 4% a.a.

Plano ExecPrev ¹			
Segmentos	Rentabilidade		Política de Investimentos 2016
	ExecPrev	Referencial	Índice de Referência
Renda Fixa	14,87%	19,23%	[60% * (IPCA + 5%)] + [40% IMA B5+]
Renda Variável	37,29%	36,70%	IBrX-100
Consolidado	15,28%	10,56%	IPCA + 4% a.a.

Plano LegisPrev ¹			
Segmentos	Rentabilidade		Política de Investimentos 2016
	LegisPrev	Referencial	Índice de Referência
Renda Fixa	16,52%	19,23%	[60% * (IPCA + 5%)] + [40% IMA B5+]
Renda Variável	37,29%	36,70%	IBrX-100
Consolidado	17,19%	10,56%	IPCA + 4% a.a.

Plano de Gestão Administrativa - PGA			
Segmentos	Rentabilidade		Política de Investimentos 2016
	PGA	Referencial	Índice de Referência
Renda Fixa	21,90%	14,72%	IRFM-1
Renda Variável	37,29%	36,70%	IBrX-100
Consolidado	23,44%	14,72%	IRFM-1

1. Rentabilidade líquida do plano de benefícios, referente à variação da cota do participante - RAP/RAS.

Fonte: Funpresp



Risco de Mercado

Em atendimento às políticas de investimentos dos planos, a Funpresp monitora os níveis de exposição dos investimentos ao risco de mercado. O acompanhamento é realizado por segmento de aplicação e por tipo de gestão, isto é, gestão terceirizada e gestão própria, além das carteiras consolidadas dos fundos de investimento multimercado exclusivos, bem como da carteira consolidada de investimentos da Funpresp.

O atual acompanhamento baseia-se na mensuração da perda financeira máxima esperada, por meio de métodos matemáticos. Essa mensuração é feita através do cálculo do *Value at Risk* - VaR³,

que mede, sob condições normais de mercado, a perda financeira máxima esperada em uma carteira de investimentos para o nível de confiança estatística e horizonte de tempo escolhidos.

Para fins de comparação, os valores são apresentados em relação ao valor dos ativos da carteira em análise, isto é, a perda percentual em relação ao valor de mercado dos ativos. Os limites utilizados pela Funpresp são de 2% para a renda fixa e para carteiras consolidadas, e de 3% para a renda variável.

No decorrer do exercício de 2016, a despeito da elevada volatilidade observada no mercado, principalmente no primeiro semestre, o acompanhamento manteve-se abaixo dos limites estabelecidos pelas Políticas de Investimento para todas as carteiras monitoradas.

³ O VaR é uma metodologia amplamente utilizada por instituições financeiras e entidades de previdência complementar para acompanhamento do risco de mercado, porque permite integrar, em uma única medida numérica, o risco total da carteira de ativos sob análise, agregando no cálculo todos os ativos, permitindo assim a comparação e a integração dos riscos de diferentes classes de ativos.

Como tendência do mercado, houve redução moderada no patamar de utilização da banda de risco. Esse efeito deveu-se em parte à alteração do referencial de rentabilidade da gestão terceirizada, realizada em abril/2016. O novo referencial⁴ adotado possui *duration*⁵ mais curta e menor exposição à renda variável e, consequentemente, menor volatilidade.

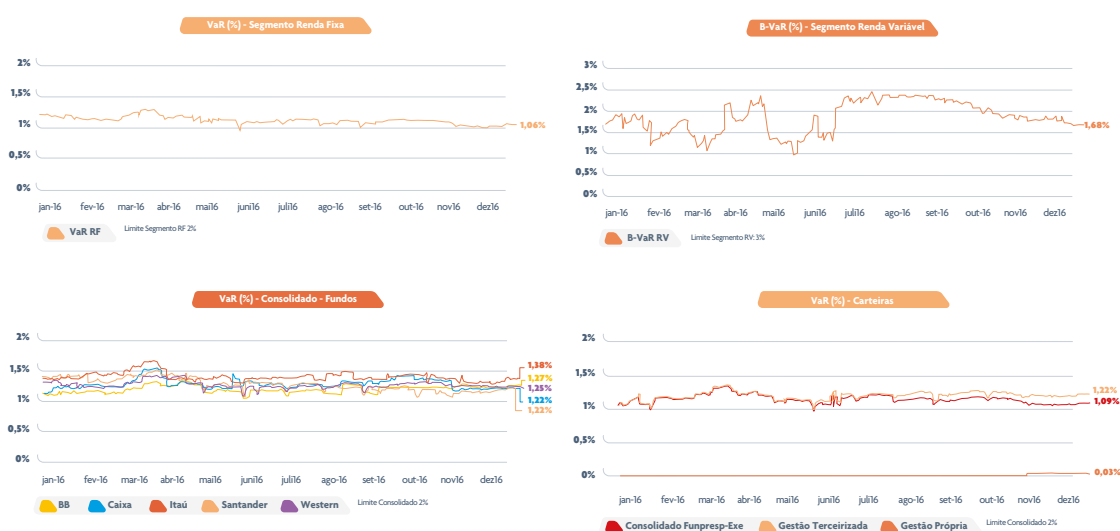
Na carteira sob gestão própria da Funpresp, as alocações Letras Financeiras do Tesouro – LFT e Letras do Tesouro Nacional – LTN representam os únicos

ativos categorizados contabilmente como “títulos para negociação”⁶, que consequentemente estão expostos às variações das taxas de juros.

Ressalta-se, no entanto, que são ativos de baixíssimo risco de mercado, em virtude do elevado nível de liquidez, prazo reduzido e indexação à taxa SELIC, no caso da LFT, justificando o baixo patamar do VaR, além da contribuição negativa à consolidação da carteira, em virtude do efeito da diversificação.

O comportamento de todas as carteiras monitoradas é apresentado no Gráfico 10.

Gráfico 10 – Monitoramento do Risco de Mercado das Carteiras de Investimentos da Funpresp em 2016



Fonte: Funpresp

4 Referencial de rentabilidade da gestão terceirizada vigente a partir de 1º de abril de 2016: $(30\% \times (IRF-M1)) + (24\% \times (IMA-B5)) + (36\% \times (IMA-B5+)) + (10\% \times (IBR-X)) + 1\% \text{ a.a.}$

5 Duration: trata-se de medida quantitativa, um indicador temporal que busca medir a sensibilidade do valor de um título às variações da taxa de juro do mercado. Também é considerada uma medida de risco.

6 Títulos classificados como para negociação: categoria prevista pela Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002. Refere-se aos títulos cuja taxa de remuneração varia diariamente, conforme valores observados no mercado financeiro. A variação da taxa de juros provoca as oscilações no preço desses ativos.



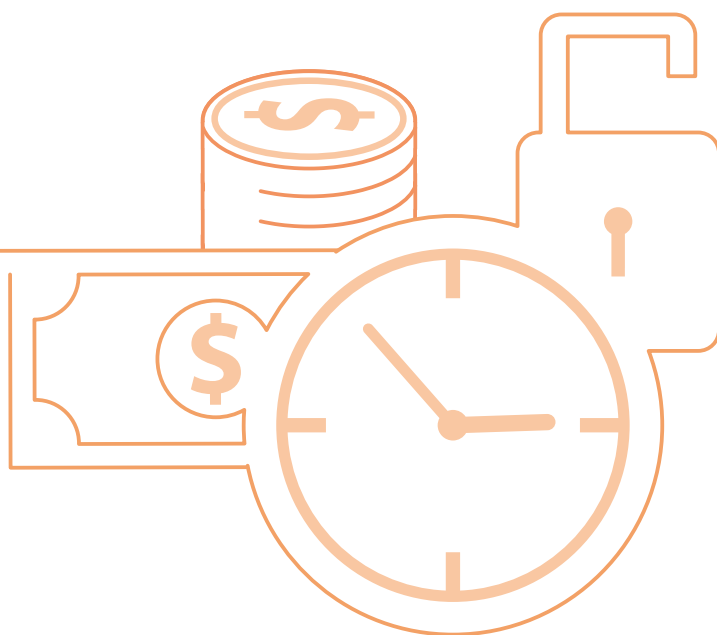
Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito privado visa identificar a relativa capacidade de pagamento do emissor dos títulos de crédito. A Funpresp realiza a avaliação e o acompanhamento do risco de crédito com base em análise, própria e de terceiros, tendo como subsídio mínimo, mas não se limitando a tais avaliações, *ratings*⁷ estabelecidos por agências classificadoras de risco

de crédito em funcionamento no País, sempre respeitando os limites e as restrições legais.

Ainda que em 2016 não tenha ocorrido alocação em ativos de crédito privado, os títulos privados que eventualmente componham qualquer das carteiras de investimento deverão ter seus respectivos riscos de crédito monitorados pelo Comitê de Investimentos e Riscos da Funpresp.

A metodologia vigente é baseada na percepção de risco associado a uma nota de crédito – rating, na escala nacional, emitida pelas três maiores agências de classificação de risco de crédito do mundo, sendo admitido como alternativa de investimento somente ratings considerados como grau de investimento.



7 Ratings: classificação de crédito ou classificação de risco de crédito. Avalia o valor do crédito de emissões da dívida de uma empresa ou um governo. As principais agências internacionais emissoras de rating são: Fitch Ratings, Moody's e Standard & Poor's.

Risco de Liquidez

A gestão dos investimentos contempla a manutenção de parcela dos ativos em instrumentos com alto grau de liquidez, permitindo que a Fundação possa fazer frente à necessidade de liquidez planejada e também a eventuais eventos não planejados. Gerenciar a liquidez dos investimentos é atividade básica dos administradores de planos de benefícios. Nesse sentido, por meio de metodologia própria, a Fundação monitora o nível de liquidez da Carteira de Investimentos, mensalmente, de forma a certificar-se que estará apta a cumprir todas as obrigações dos planos administrados. A situação de liquidez dos planos está demonstrada na Tabela 05.

Tabela 05 – Situação de Liquidez dos Planos da Funpresp

Posição:	31/12/2016		
Modalidades ¹	Plano ExecPrev	Plano LegisPrev	PGA
Liquidez imediata	R\$ 31.835.034,60	R\$ 1.548.625,81	R\$ 21.269.131,55
Ativos líquidos	R\$ 65.265.733,64	R\$ 3.220.246,72	R\$ 27.958.961,05
Ativos semilíquidos	R\$ 2.629.836,12	R\$ 129.757,54	R\$ 1.126.586,36
Ativos pouco líquidos	-	-	-
Ativos ilíquidos	R\$ 240.116.971,47	R\$ 8.778.780,38	R\$ 11.528.743,62
Total	R\$ 339.847.575,83	R\$ 13.677.410,45	R\$ 61.883.422,58

1. Modalidades:

Liquidez imediata: ativos que podem ser vendidos imediatamente, sem deságio considerável (incluem-se operações compromissadas, LFT MtM⁸ e disponibilidades).

Ativos líquidos: possuem vencimento ou podem ser vendidos, sem ou com baixo deságio, em até 30 dias.

Ativos semilíquidos: possuem vencimento ou podem ser vendidos, sem ou com baixo deságio, entre 30 e 90 dias.

Ativos pouco líquidos: possuem vencimento ou podem ser vendidos, sem ou com baixo deságio, entre 90 e 360 dias.

Ativos ilíquidos: possuem vencimento, ou podem ser vendidos, sem ou com baixo deságio, acima de 360 dias (incluem-se títulos HtM⁹ com prazo de vencimento acima de 360 dias).

Fonte: Funpresp

8 Marked to Market (MtM) ou títulos para negociação consiste em categoria de classificação de títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição. A apuração do resultado dos títulos nessa categoria observa a precificação realizada com base nos valores vigentes no mercado para os ativos.

9 Hold to Maturity (HtM) ou títulos mantidos até o vencimento consiste em uma categoria de classificação de registro de títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da entidade fechada de previdência complementar de mantê-los em carteira até o vencimento.

Risco Operacional

A Funpresp monitora o risco operacional conforme estabelece a Resolução CGPC nº 13, de 2004, por meio da adoção de princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos adequados ao seu porte, complexidade e riscos inerentes aos planos de benefícios.

Outros riscos

A gestão baseada em riscos se consolida à medida que a Entidade conhece seus processos e os analisa de maneira integrada, buscando conhecer os efeitos da exposição a um determinado risco em todas as atividades que permeiam a administração dos planos de benefícios. Nesse sentido, o Comitê de Investimentos e Riscos da Fundação desempenha papel relevante, reunindo-se mensalmente para avaliar não apenas o ambiente econômico e o desempenho dos

investimentos, mas também os riscos envolvidos no processo de alocação dos recursos financeiros de maneira ampla, isto é, são debatidos temas que vão desde impactos de alterações no ambiente normativo da previdência complementar e do mercado financeiro, até o desenho dos processos de investimentos e desinvestimentos dos recursos dos planos previdenciários.



Despesas geradas pelas Carteiras de Investimentos

A estrutura de investimentos vigente, sob a ótica de veículos de investimentos, conta com cinco fundos exclusivos multimercado e uma carteira sob gestão própria. Os custos administrativos incorridos para operacionalização dessa estrutura correspondem às despesas geradas para atendimento ao arcabouço normativo e legal vigente e à remuneração dos prestadores de serviços técnicos especializados, administradores dos fundos exclusivos, câmaras de liquidação e custódia e auditores independentes. Os valores para o ano de 2016 estão demonstrados na Tabela 06 e já são cobertos pela taxa de carregamento paga pelos participantes e pelas taxas de administração dos gestores externos.

Tabela 06 – Despesas das Carteiras de Investimentos da Funpresp em 2016

Itens de Despesa	FI BB Funpresp R\$	FI Caixa Funpresp R\$	FI Itaú Funpresp R\$	FI Santander Funpresp R\$	FI Western Funpresp R\$	Fundos Exclusivos R\$	Carteira Funpresp R\$	Total R\$
Despesa BM&F	600,29	1.619,09	574,99	2.518,69	3.328,64	8.641,70	-	8.641,70
Despesa CETIP	16.914,27	18.144,80	16.245,76	18.533,76	19.068,77	88.907,36	21.359,04	110.266,40
Despesa CBLIC	307,48	161,88	133,08	-	-	602,44	-	602,44
Despesa de Auditoria	3.259,00	2.816,50	4.817,26	5.658,01	6.206,00	22.756,77	-	22.756,77
Despesa de Cartório	851,38	1.468,59	-	649,99	779,41	3.749,37	-	3.749,37
Despesa SELIC	1.246,27	1.586,43	3.719,59	1.737,37	1.567,02	9.856,68	5.396,69	15.253,37
Taxa ANBIMA	870,70	1.430,35	698,10	808,55	1.631,10	5.438,80	-	5.438,80
Taxa CVM	12.128,40	12.128,40	9.702,72	11.319,84	14.015,04	59.294,40	-	59.294,40
Taxa de Admin	36.685,94	11.079,14	25.163,74	35.255,92	41.251,05	149.435,79	-	149.435,79
Taxa de Performance	-	-	-	45.939,98	-	45.939,98	-	45.939,98
Taxa de Custódia	5.380,59	4.874,82	2.214,47	5.349,20	6.980,93	24.800,01	34.646,71	59.446,73
Total	78.244,32	55.310,00	63.269,71	127.771,31	94.827,96	419.423,30	61.402,44	480.825,75

1. **Despesa BM&F:** soma das despesas com a taxa de futuros/opções, taxa de registro de futuros e a taxa de permanência de futuros.

2. **Despesa CETIP:** soma das taxas pagas à CETIP, incluindo custódia, movimentação e plataforma eletrônica.

3. **Despesa CBLIC:** soma das taxas pagas à CBLIC, incluindo manutenção, custódia e movimentação.

4. **Despesa SELIC:** soma das taxas pagas à SELIC, incluindo custódia e movimentação.

Fonte: Funpresp

COMUNI- CAÇÃO

Ações de comunicação e relacionamento têm fortalecido a ligação dos participantes, assistidos e patrocinadores com a Funpresp, que interage cada vez mais com seus públicos-alvo.



Funpresp





Compromisso da Funpresp

“A busca pela excelência no trato das relações com os participantes, assistidos e patrocinadores deve nortear toda a Fundação, em todos os níveis de gestão e áreas de atuação, de forma a gerar melhor experiência para o público.”

Art. 14 da Política de Relacionamento com Participantes, Assistidos e Patrocinadores, aprovada pelo Conselho Deliberativo em outubro de 2016

Comunicação com participantes, patrocinadores e sociedade

Em 2016, a Fundação atuou em diversas frentes com o objetivo de fortalecer o vínculo com os participantes, assistidos e patrocinadores. Dentre as várias ações envidadas pela área de comunicação e relacionamento, a realização das pesquisas quantitativa e qualitativa, que abrangeu os participantes e não participantes, apontou caminhos para aperfeiçoar a relação entre a Entidade e seu principal público-alvo. Nesta mesma trilha, a aprovação pelo Conselho Deliberativo da Política de Relacionamento com Participantes, Assistidos e Patrocinadores trouxe

para a Fundação um modelo de atendimento que privilegia a clareza, a objetividade e o compromisso de toda a Entidade em prover o melhor atendimento.

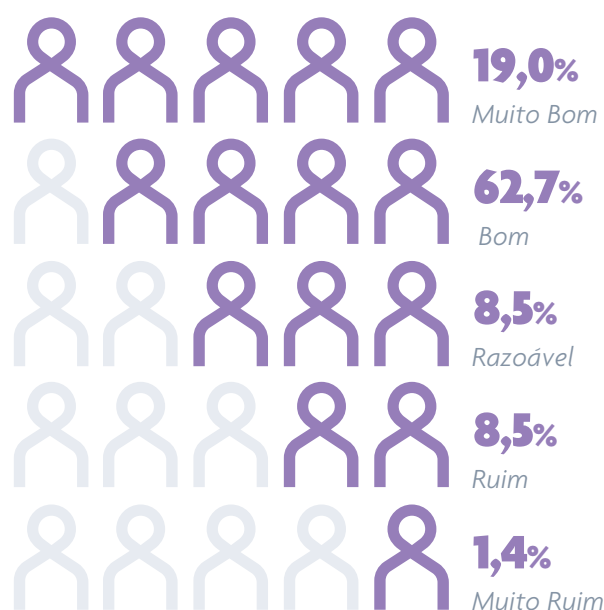
As Eleições 2017 ganharam atenção especial, com a criação de *hotsite* próprio e a publicação de dois informativos especiais, além de todo o suporte aos comunicados da Comissão Eleitoral. Em resumo, um dos principais objetivos alcançados pela Funpresp foi a construção de um relacionamento sustentável e longo com os participantes e assistidos por meio do desenvolvimento de uma comunicação transparente e de qualidade.

Para o participante, a Funpresp representa segurança e aposentadoria melhor

A Funpresp realizou, entre os meses de abril e maio, a primeira pesquisa quantitativa de Imagem e Expectativas, com uma amostragem de 400 entrevistas entre participantes localizados nas principais unidades da Federação onde a Funpresp está presente - DF, SP, MG, RS, PR, RJ, BA, PE e SC - e originários de diversos patrocinadores. A amostra tem 95% de confiança e 5% de margem de erro.

A pesquisa apontou que a Funpresp é sinônimo de segurança para 65,5% dos participantes dos planos de benefícios oferecidos pela Entidade. Outros dados mostraram que 54,1% indicam a Funpresp como o investimento mais rentável, bem à frente do Tesouro Direto, que aparece em segundo lugar, com 12% das citações. Nos questionamentos estimulados, 51,8% dos entrevistados apontaram a Funpresp como o investimento mais confiável, dentre o rol apresentado.

Figura 05 – Resultados da Pesquisa Quantitativa– Nível de Satisfação com o Atendimento da Funpresp



Fonte: Pesquisa Imagem & Expectativas Funpresp - Investigare Comunicação e Pesquisa

O objetivo da Funpresp ao encomendar essa pesquisa com os participantes foi conhecer a imagem da Entidade; avaliar a comunicação entre a Fundação e seus participantes; estimar as expectativas em relação a aposentadoria e implementação de novos produtos, além de verificar suas preferências de investimentos.

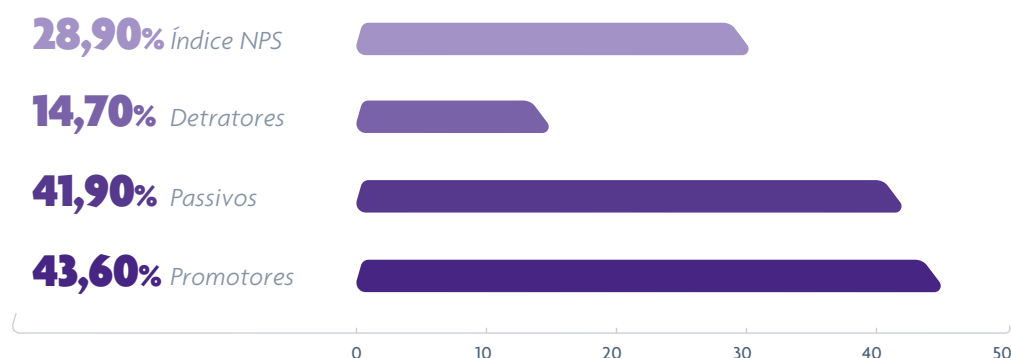
Funpresp é sinônimo de:



A pesquisa também utilizou uma métrica conhecida por Net Promoter Score (NPS) para medir o nível de satisfação dos participantes da Funpresp. Pela metodologia do NPS, o participante responde se recomendaria ou não a Fundação a um amigo ou parente atribuindo uma nota em uma escala de 0 a 10, em que notas de 0 a 6 são detratoras (não recomendaria), 7 a 8 de passivas (neutra) e de 9 a 10 promotoras

(recomendaria). O NPS é a diferença entre o percentual de notas promotoras e o percentual de notas detratoras. No caso, a Funpresp alcançou um índice de 28,9%, que é considerado satisfatório, pois a quantidade de detratores é bem menor que a de promotores.

Figura 06 – Resultados da Pesquisa Quantitativa da Funpresp – Indicador NPS



Fonte: Pesquisa Imagem & Expectativas Funpresp - Investigare Comunicação e Pesquisa

A pesquisa apontou também o financiamento imobiliário e o empréstimo consignado como produtos de maior interesse dentre os pesquisados.

Outro apontamento foi a possibilidade de escolha do Perfil de Investimentos (estilo ou ciclo de vida).

A palavra-chave é confiança

No último trimestre de 2016, iniciou-se a pesquisa qualitativa com o objetivo de aprofundar os resultados da sondagem feita com os participantes entre abril e maio. Além disso, buscou-se captar a percepção sobre aposentadoria e sua compreensão sobre a aceitação ou rejeição da Funpresp.

O público-alvo da pesquisa foram servidores com idade entre 25 e 45 anos, admitidos no serviço público após fevereiro de 2013.

Entre as técnicas utilizadas, destacamos 35 entrevistas em profundidade e sete grupos focais, sendo dois em Minas Gerais; um no Rio de Janeiro, um na Bahia e três no Distrito Federal. Desta vez foram ouvidos também desistentes da adesão automática e participantes que cancelaram seu plano de benefícios desde a criação da Funpresp, em 4 de fevereiro de 2013.

A conclusão da pesquisa apontou que os participantes percebem a Funpresp como uma opção segura e necessária para o futuro.

“...a Funpresp é uma opção segura e necessária para o futuro.”

... Eu aderi à Funpresp porque é uma chance de ter uma aposentadoria melhor...

Mulher, 40 anos. Brasília

... Não me preocupa, daqui até eu me aposentar vai ter umas duas reformas...

Mulher, 25 anos. Rio de Janeiro

... Eu optei (FUNPRESP) porque fiz cálculos de projeção daqui para frente e vi que valia a pena...

Mulher, 40 anos. Brasília

... Foi o RH que me falou sobre a FUNPRESP quando eu entrei. Tudo muito superficial. Eu acabo me informando com os colegas...

Homem, 40 anos. Salvador

Entidade fortalece a relação com o participante

A Política de Relacionamento com Participantes, Assistidos e Patrocinadores foi aprovada em outubro de 2016 pelo Conselho Deliberativo da Entidade. A Funpresp priorizou a elaboração desta política na perspectiva de construir uma base sólida para o relacionamento com seus participantes e demais públicos. Pela própria natureza da Entidade, esse relacionamento se dará por um longo

período. A partir das diretrizes estabelecidas na política, foi elaborada a primeira norma de Relacionamento e Atendimento aos Participantes e Assistidos, que estabelece as regras para o atendimento das demandas recebidas pelos canais de atendimento, assim como os fluxos dos processos operacionais, das responsabilidades e da definição de prazos de resposta das demais gerências.

Funpresp Vai Até Você - Ações de apoio ao trabalho de captação de adesões

Para melhoria contínua do atendimento, foram realizados treinamentos e palestras ao longo de 2016. A Fundação, dentro do programa *Funpresp Vai até Você*, realizou ação em 32 órgãos patrocinadores com a presença de representantes que

prestaram atendimento personalizado aos servidores nos locais de trabalho. Todas essas ações foram articuladas com os gestores de Recursos Humanos, possibilitando atuação direta de disseminação dos planos de benefícios e captação de adesão nos órgãos abaixo relacionados:

» Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/RJ);

» Capitania dos Portos/PE;

» Comando da Aeronáutica de Barbacena/MG;

» Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM);

» Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF/MG);

» Educação: Hospital Universitário de Curitiba, Universidade Federal do Paraná e Hospital Universitário Maranhão; Institutos Federais: Fluminense/RJ, Rio Grande do Sul / Campus Sertão, Sul-Riograndense / Passo Fundo;

- » *INSS: Maranguape/CE, INSS/SP, Juazeiro/BA, Belo Horizonte/MG;*
- » *Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Passo Fundo (RS);*
- » *Ministério da Agricultura/CE;*
- » *Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;*
- » *Ministério da Fazenda: Superintendência do Maranhão, Receita Federal/PE, Procuradoria Geral da Fazenda/MG;*
- » *Ministério da Previdência Social;*
- » *Ministério da Saúde: MA, SP, FUNASA/ES, Hospital dos Servidores/RJ, INCA/RJ; e*
- » *Ministério do Trabalho e Emprego/Passo Fundo (RS).*

Na sede da Fundação, em Brasília, foram realizados dois treinamentos para as áreas de RH, em parceria com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. O objetivo foi atualizar as equipes sobre o novo regulamento do Plano ExecPrev e sobre a reabertura do prazo para a migração do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para o Regime de Previdência Complementar (RPC). A Fundação procurou se aproximar cada vez mais dos servidores. Durante o ano, os representantes da Funpresp realizaram 14 palestras em órgãos como Banco Central e TCE, além dos diversos atendimentos presenciais feitos tanto na sede da Fundação, quanto nos órgãos, a pedido dos Recursos Humanos dos Patrocinadores, por meio da *Funpresp Vai Até Você*.



Equipe de Relacionamento atende presencialmente servidores do Ministério da Saúde



Programa *Tá na Hora* destaca escolha do Regime de Tributação

Escolha do Regime de Tributação:

Participante Adesão Automática Campanha iniciada em julho/16

45%
retorno

» Encerrou o ano atingindo 2.929 participantes;

» 1.327 participantes fizeram sua opção.

Participante Adesão Eletrônica

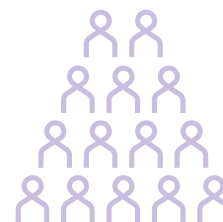
62%
retorno

» Janeiro/16: enviada para 1.825 participantes;

» Agosto/16: enviada para 661 participantes.

Campanha de adesão eletrônica facilita inscrição no plano

Uma campanha de adesão eletrônica à Funpresp foi articulada em parceria com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão por meio do Sistema de Gestão de Pessoas - Sigepe. Realizada entre 10/05 e 10/06/2016, resultou em 662 novos participantes. A ação simplifica o acesso à previdência complementar daqueles que ingressaram no serviço público entre 4 de fevereiro de 2013 e 4 de novembro de 2015 e recebem remuneração acima do teto do INSS.



662

novos participantes

Campanha de fomento à contribuição facultativa

Incremento de
25% na arrecadação
em relação a
2015

Campanha iniciada em out/2016, com o objetivo de fomentar a contribuição facultativa



» Aporte de mais de R\$ 1,1 milhão;

» Solicitações individuais de até R\$ 80 mil.

Campanha de Adesão Ativo Alternativo RPPS

Adesões Ativo Alternativo 2016

19% Público
alvo

81% Adesões
Geral



2.199 adesões de Participantes Ativo Alternativo em 2016

Campanha para aumentar a adesão do público que permaneceu no regime previdenciário anterior (RPPS), em duas etapas realizadas em 2016

» Faixa etária de 34 a 54 anos e renda mínima de R\$ 7 mil;

» Primeira etapa: professores;

» Segunda etapa: auditores, advogados da União e procuradores.

Aposta em educação previdenciária e financeira

Dentro do programa de Educação Previdenciária e Financeira da Funpresp, foi lançado o site Prever – prever.funpresp.com.br. Com a publicação de um ou mais conteúdos por dia, o portal somou mais de 200 matérias, divididas nas editorias de Educação Financeira, Educação Previdenciária e Qualidade de Vida, além dos conteúdos institucionais. As linguagens variam entre texto, vídeos, podcasts, galeria de fotos e infográficos. Assim que foi lançada, a plataforma teve um pico de 2 mil acessos únicos somente na primeira semana. A divulgação do portal tem sido constante no site institucional, nos boletins e nas redes sociais.



Ações de transparência no portal

Porta de entrada na Funpresp, o site institucional passou por mudanças relevantes ao longo do ano. Foi dada maior ênfase para a área de transparência, com a divulgação das atas de reuniões dos órgãos colegiados da Fundação e também da Diretoria Executiva. Dessa forma, o participante pode acompanhar todas as deliberações da Entidade. Também foi reorganizada a página “Acesso à informação”, na qual constam licitações, contratos, atos administrativos e portarias.



» **211 mil** visitas no portal em 2016;

» **1,5 milhão** de páginas vistas;

» Tempo médio no site: **39 minutos**;

Com objetivo de tornar público o crescimento da Funpresp, foi criado no portal o espaço chamado *Funpresp em Números*. Atualizada mensalmente, a página mostra o número de participantes, o patrimônio e a rentabilidade. A Sala do Participante, área exclusiva, foi reformulada e conta agora com os lançamentos futuros dentro do extrato do participante e as cotas diárias desde 2013, além de apresentar o vídeo de boas-vindas.



SALA DO PARTICIPANTE
(Área Exclusiva)



Comemoração dos três anos da
Funpresp contou com a presença
do professor Leandro Karnal

Eventos de promoção e divulgação

A realização dos eventos é de extrema importância para o estreitamento das relações com o nosso público-alvo e para o fortalecimento da imagem da Fundação. Os eventos realizados em 2016 ratificaram o prestígio da Funpresp perante os participantes e o setor previdenciário.

O **Seminário Perfis de Investimentos** foi proposto pela Subcomissão de Perfis de Investimentos, que fez um levantamento com Entidades Fechadas de Previdência Complementar sobre a oferta de perfis para os participantes da Fundação. O encontro, realizado em novembro, confirmou o prestígio da Fundação com sua grande repercussão no setor previdenciário, reunindo fundos de pensão nacionais e internacionais, instituições financeiras, órgãos reguladores e consultores. O destaque foi para a participação de Renée Wilder Guerin, diretora do Thrift Savings Plan (TSP), fundo de pensão dos servidores dos Estados Unidos.

Para o seminário foi editada, diagramada e impressa a publicação “Panorama dos Perfis de Investimentos das EFPCs”, elaborada a partir

de *benchmarking* realizado pelo Subcomitê de Perfis de Investimentos com 20 entidades. A área de Comunicação da Funpresp também fez a cobertura do evento com a produção de dois vídeos: um sobre o evento e outro contendo uma entrevista exclusiva com Renée Guerin. Todo material está reunido no Portal da Funpresp e pode ser fonte de pesquisa para as entidades do setor.

A **comemoração dos três anos da Funpresp** aconteceu em 29 de junho, no auditório da LBV, e contou com a presença do professor Leandro Karnal, que falou sobre ética para mais de 200 pessoas.

Além disso, foram homenageados representantes de Recursos Humanos de 11 órgãos, com a entrega de placas às equipes de RH que mais apoiam a Funpresp.



Evento de três anos da Funpresp homenageou 11 equipes de RHs parceiros



Equipe Funpresp na
realização do Plano
Estratégico Institucional

Plano Estratégico Institucional

Também foi realizado o evento de acompanhamento do Plano Estratégico Institucional da Fundação, no mês de outubro, com participação de membros dos comitês LegisPrev e ExecPrev, conselheiros, diretores, gerentes e coordenadores da Entidade.

Conteúdo dinâmico nas redes sociais

As mídias sociais são importantes ferramentas de comunicação da Funpresp. Além de fornecerem conteúdo inteligente, dinâmico e moderno aos participantes, servidores públicos federais e sociedade em geral, elas também auxiliam o relacionamento com o participante, sendo um importante canal de atendimento e comunicação da Fundação.

A Funpresp mantém perfis no Facebook e no Twitter. Durante o ano, as 385 publicações no Facebook resultaram em quase 28 mil curtidas, 396 comentários e 479 compartilhamentos. Essas postagens alcançaram mais de 1 milhão de pessoas e geraram mais de 35 mil engajamentos (interação do público com as postagens). No Twitter, foram 130 publicações, que geraram mais de 45 mil impressões. Os anúncios do Facebook em 2016 atingiram mais de 1,2 milhão de pessoas.

Processo eleitoral

As Eleições 2017 receberam atenção especial, com a elaboração de um Plano de Comunicação próprio. O processo eleitoral teve início em julho de 2016, com a constituição da Comissão Eleitoral e tem previsão de conclusão em junho de 2017, quando deve ocorrer a posse dos eleitos.



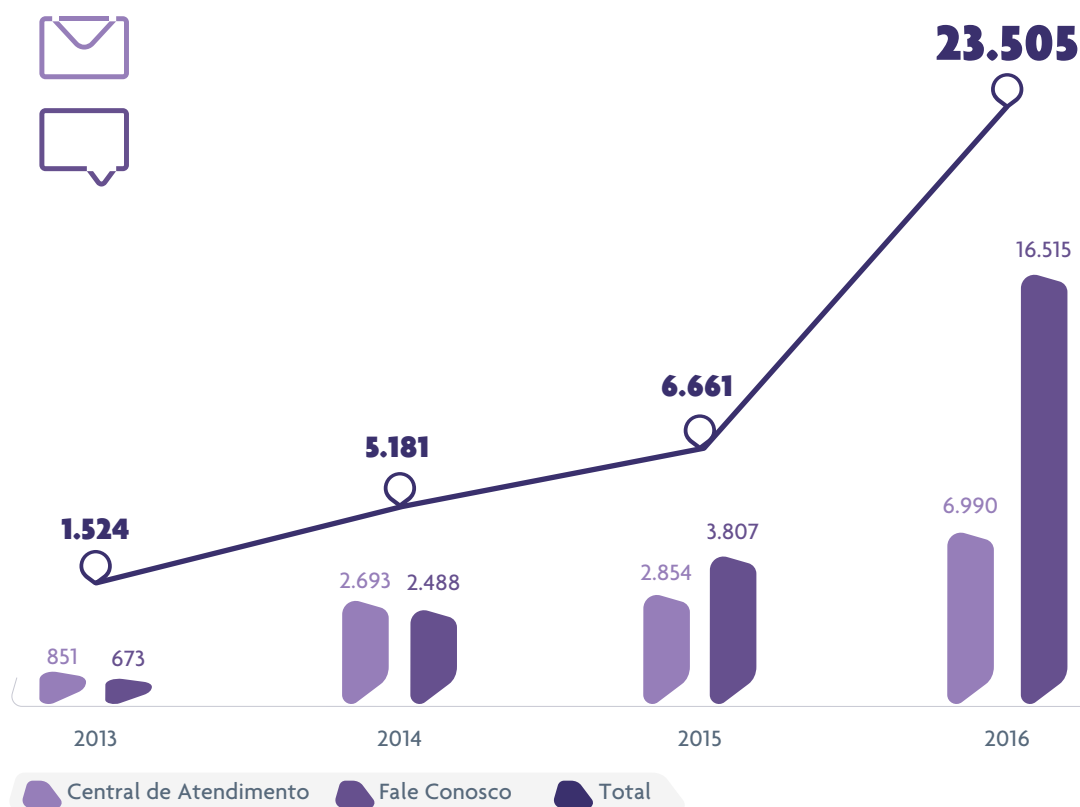
Para conferir transparência, foi criada uma página eletrônica própria com todas as informações pertinentes ao processo eleitoral, alimentada com informações referentes a todas as etapas da eleição.

Canais de Atendimento – Fale Conosco e 0800

A ampliação do diálogo com o servidor público e o aperfeiçoamento do relacionamento com os participantes estão constantes nos objetivos estratégicos da Funpresp e são ações permanentes nos canais de atendimento.

Em 2016, o Fale Conosco e a Central 0800 receberam 23.505 demandas. No período, também foram efetuadas 410 ligações para participantes oriundos da inscrição automática, visando informá-los sobre o prazo para opção do regime de tributação.

Gráfico 11 – Evolução do Atendimento aos Participantes na Funpresp



Fonte: Funpresp

Funpresp é destaque na mídia

A Funpresp foi destaque na imprensa nacional em diversos momentos ao longo de 2016. Artigos e reportagens em jornais renomados e matérias em veículos especializados em previdência consolidaram o papel social da Fundação.

O aniversário da Entidade foi marcado com artigo assinado pelo diretor-presidente, Ricardo Pena, na Folha de S. Paulo, além de uma nota exclusiva na coluna de economia do Correio Braziliense e uma matéria no Fato Online.

Também foram destaques em diversos veículos temas como o concurso público para o preenchimento de vagas, a pesquisa de Imagem e Expectativas sobre a Fundação, e a reabertura do prazo de migração de regime de previdência.

O Projeto de Lei nº 6.088/2016 foi outro assunto que figurou em diversos veículos de comunicação, como os jornais O Globo, Extra e o Correio



Braziliense. O PL está em tramitação e tem como objetivo permitir a administração, pela Funpresp, de planos de benefícios patrocinados pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios. O trabalho de divulgação da Entidade na mídia nacional e especializada resultou na publicação de 20 matérias sobre a Fundação no período.

Comunicação com os patrocinadores

A Fundação não foi destaque apenas na imprensa nacional, mas também dentro dos órgãos patrocinadores, por meio da comunicação interna. Foram estabelecidas parcerias para a divulgação de releases sobre previdência complementar na intranet e nos boletins internos desses órgãos.

Ao longo do ano, a Funpresp foi destaque na intranet de patrocinadores como Ministério do Planejamento (Portal do Servidor), Ministério da Saúde, INSS, ANTT, Ministério da Educação, Banco Central, Tribunal de Contas da União, Fundacentro, Defensoria Pública da União, Advocacia-Geral da União, além de universidades federais, que colaboraram com a publicação de matérias.

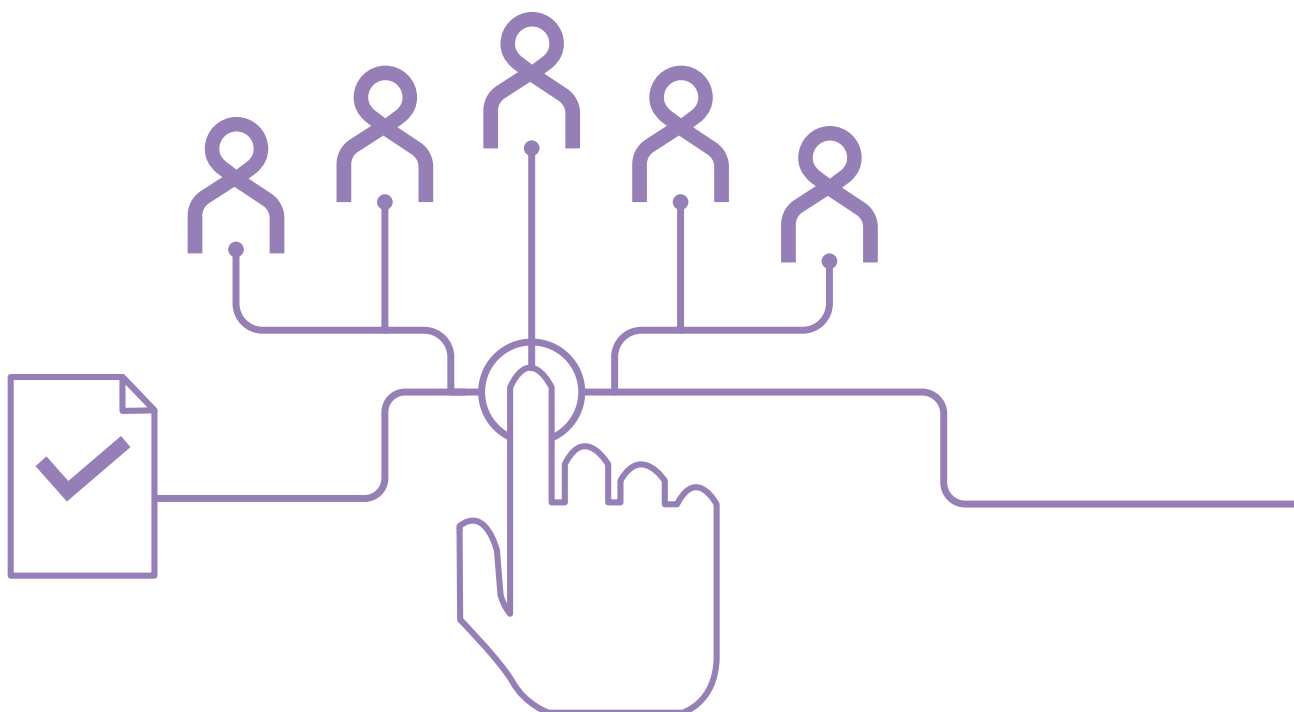


Equipe da Comunicação se reúne com RH do Ministério da Educação

Fundação faz parceria com Ministério do Planejamento

Com a aprovação das alterações no regulamento do plano de benefícios ExecPrev, ocorrida pela Portaria DITEC/PREVIC/MF nº 311, de 8 de julho de 2016, foram demandados ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão alguns ajustes no Siapenet/Sigepe, como a criação de rubrica única para desconto da contribuição dos participantes Ativo Normal e Alternativo, de forma a possibilitar o desconto da contribuição mensal, da Parcela Adicional de Risco e da contribuição facultativa; novas regras para nova inscrição; alteração de alíquota; alteração do salário de participação, Autopatrocínio e ajustes na rotina para realização da inscrição automática.

Em setembro, a Funpresp participou da II Semana de Inovação em Gestão Pública, evento promovido pela Escola Nacional de Administração Pública - Enap, que reuniu áreas de Recursos Humanos de todo o País para debater inovações no sistema de gestão de pessoas. A Fundação prestou esclarecimentos sobre o plano de benefícios ExecPrev no estande disponibilizado no evento.



SEGURI- DADE

Em apenas quatro anos de vida, a Funpresp soma mais de 36 mil participantes e se equipara aos grandes fundos de pensão do País. Isso é confiança, trabalho e compromisso.



Funpresp





Em quase quatro anos de existência, a Funpresp ultrapassou a marca de 36 mil participantes e já se equipara aos grandes fundos de pensão do País em termos de participantes ativos.

A principal atividade da área de Seguridade da Funpresp é gerir os planos previdenciários, promovendo e monitorando o equilíbrio e a solvência atuarial. Também é responsável pelo cadastro dos participantes e assistidos, pela arrecadação das contribuições e pelo pagamento de benefícios previdenciários.

Em quase quatro anos de existência, a Funpresp ultrapassou a marca de 36 mil participantes e já se equipara aos grandes fundos de pensão do País em termos de participantes ativos e de contribuição para os planos previdenciários.

Somente em 2016, foram 15.050 novas adesões, uma média mensal de 1.254 servidores, o que representa um crescimento na ordem de 69,28% com relação a 2015.

Os processos relativos à adesão automática dos servidores ingressos no serviço público após a Lei nº 13.183, de 05/11/2015, foram consolidados e apresentam como resultado uma taxa de permanência de 85% dos participantes inscritos automaticamente. Esse dado comprova a eficácia da modalidade de adesão que hoje é responsável pela proteção previdenciária, inclusive com cobertura para benefícios de risco de morte, invalidez e sobrevivência para 9.882 novos servidores federais.

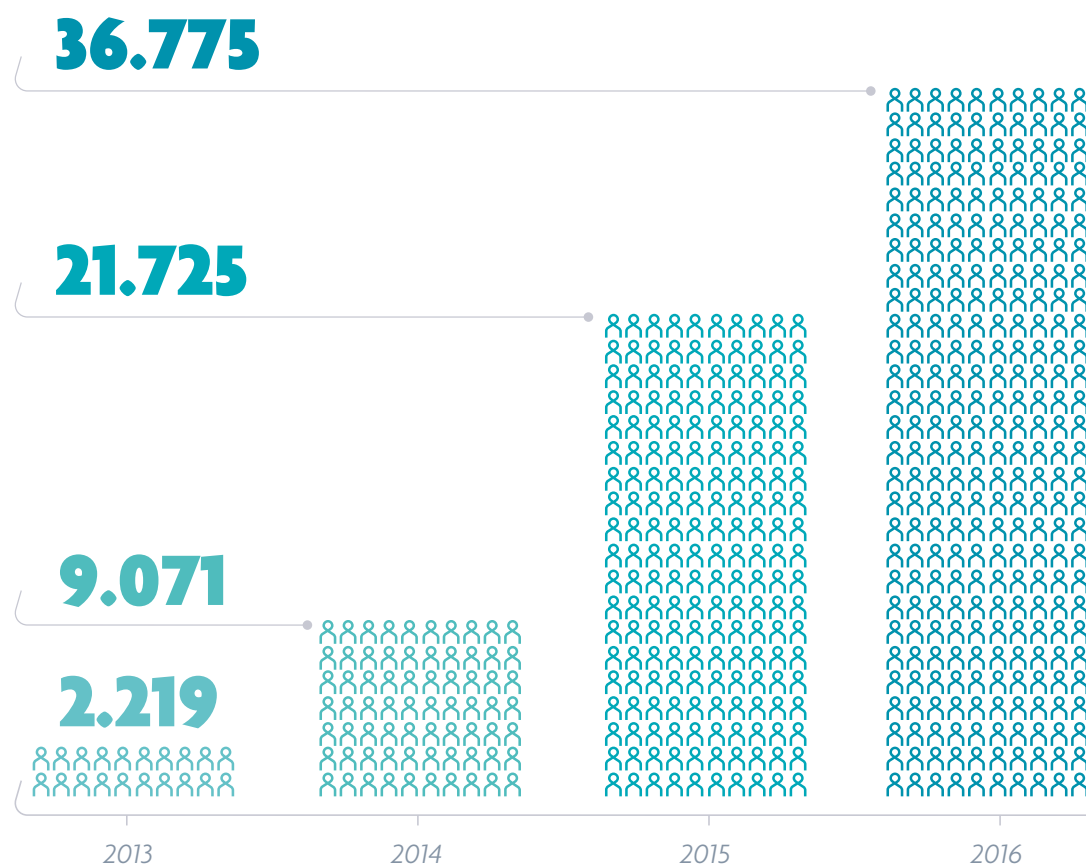
Os avanços na gestão também merecem destaque, como o mecanismo de homologação em lote na folha de pagamento das adesões voluntárias e os aperfeiçoamentos nos formulários de inscrição e nas ferramentas de monitoramento do fluxo de adesões e contribuições, além da melhoria dos canais de comunicação para dúvidas e divulgação dos planos oferecidos pela Funpresp.

Funpresp cresce com 15 mil novas adesões em 2016

Dentre os fatores que levaram à expressiva ampliação das adesões, destacam-se a inscrição automática, a adesão eletrônica, modalidade de inscrição simplificada desenvolvida pela Funpresp e realizada por meio do Sigepe/MPDG, além das campanhas desenvolvidas pela Entidade que culminaram na captação de novas adesões diretamente nos locais de trabalho, por meio de representantes da Entidade.

As adesões refletem ainda maior educação financeira e previdenciária e o aumento do interesse dos servidores públicos em opções para o complemento de suas aposentadorias, uma vez que se tem apropriado cada vez mais sobre o tema, especialmente num contexto de discussão da reforma do sistema previdenciário brasileiro (PEC 287/2016) e seus impactos nas aposentadorias e pensões da categoria.

Gráfico 12 – Evolução das Adesões na Funpresp de 2013 a 2016



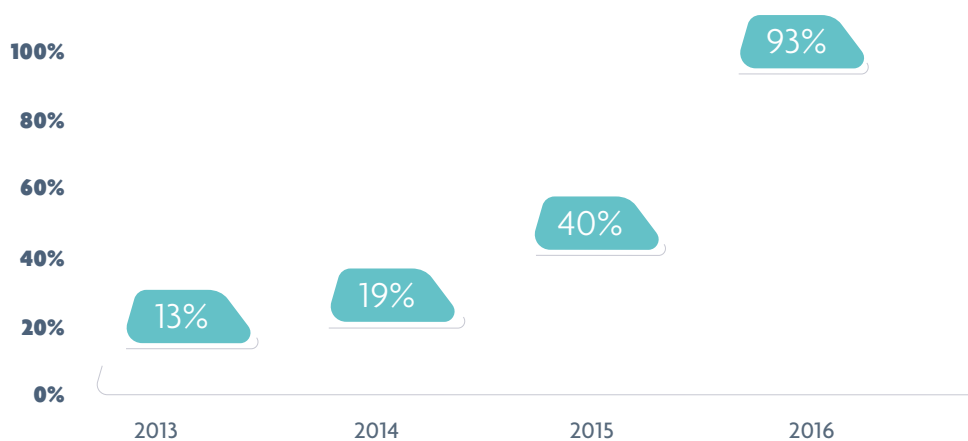
Fonte: Funpresp



Taxa de adesão de Ativos Normais chega a 93% em 2016

Como apontado no gráfico a seguir, tem crescido o número de servidores com perfil de Participante Ativo Normal que aderem à Funpresp no mesmo ano em que ingressam no serviço público. Em 2016, aderiram aos planos da Fundação 93% dos servidores que tomaram posse ao longo do ano, com remuneração acima do teto do INSS. Essa taxa foi de 40% em 2015.

Gráfico 13 – Taxa de Adesão Anual dos Participantes Ativos Normais da Funpresp



Obs.: As taxas são acumuladas em cada ano e consideram a razão entre as adesões e ingressos ocorridos no mesmo ano.

Fonte: Funpresp

As perspectivas para 2017 são promissoras e a Entidade visa superar, até o fim de 2017, a marca de 46 mil participantes. Importantes atrativos previstos para o próximo ano, como a oferta de empréstimo consignado aos participantes, demonstram o sólido percurso de amadurecimento da Fundação ao longo de seus três anos.

Participantes são jovens e com maior renda

A taxa de adesão dos participantes da categoria Ativo Normal constitui um dos indicadores estratégicos da Funpresp, refletindo a relação entre as adesões e os ingressos em dois níveis no serviço público federal.

O grupo que recebe remuneração 20% maior que o teto do INSS apresenta maior propensão a aderir ou permanecer no plano de benefícios devido à percepção de que, quanto maior a renda, maior a necessidade de manter a taxa de reposição, ou seja, a relação entre o primeiro benefício previdenciário e o último salário mensal, em que o ideal é próximo de 100% para manter o padrão de vida na aposentadoria.

Ampliação da Funpresp

Em 2016, o governo federal apresentou o Projeto de Lei (PL) nº 6.088, que começou a tramitar na Câmara dos Deputados. O PL tem como objetivo permitir a administração pela Funpresp de planos de benefícios patrocinados pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive de suas autarquias e fundações, dos Ministérios Públicos, das Defensorias Públicas e dos Tribunais de Contas que tenham instituído o Regime de Previdência Complementar.

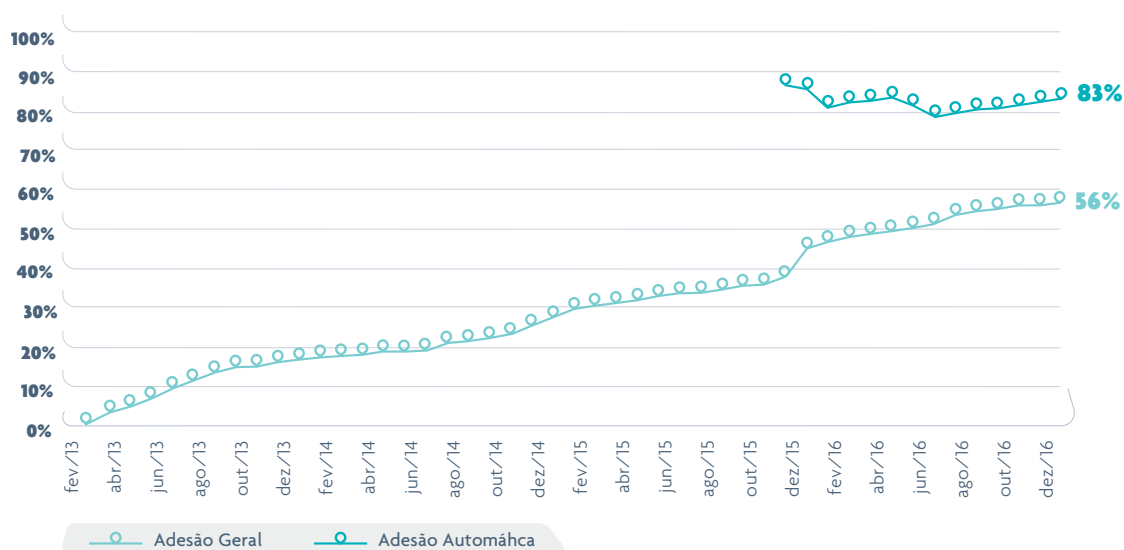
Para cada ente federativo, o projeto prevê que deverá ser criado um plano de benefícios com patrimônio completamente segregado, inclusive com CNPJ por plano, dos demais planos da Entidade, sempre que demonstrada à Funpresp a viabilidade econômica, financeira e atuarial.



Evolução das adesões à Funpresp

A taxa de permanência atingiu 83% ao final de 2016. Ou seja, a cada 100 novos servidores com adesão automática, 83 optaram por permanecer nos planos da Funpresp.

Gráfico 14 – Taxas de Adesão à Funpresp

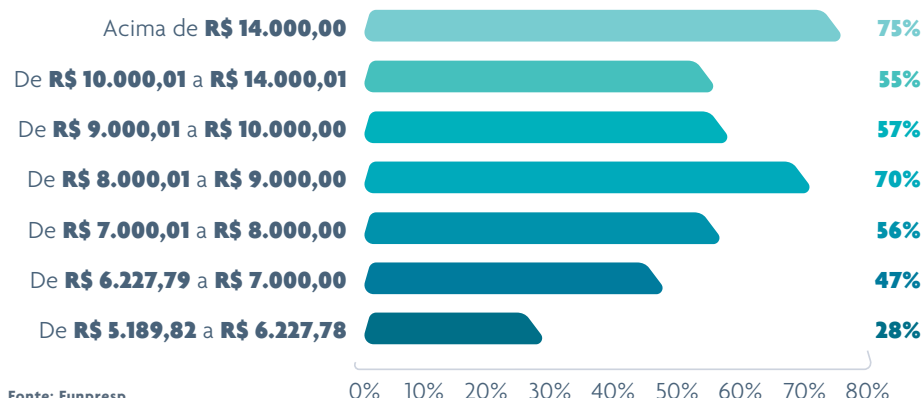


Fonte: Funpresp

Percentual de adesões por faixa de remuneração

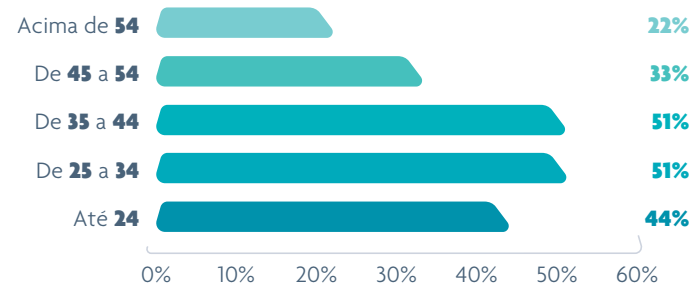
Desde o início da Fundação, verifica-se que os servidores com maior remuneração apresentam maior taxa de adesão, com destaque para aqueles com renda acima de R\$ 14 mil, em que a taxa se manteve em 75%.

Gráfico 15 – Ingressos nos Planos de Benefícios da Funpresp, por Faixa de Remuneração



Fonte: Funpresp

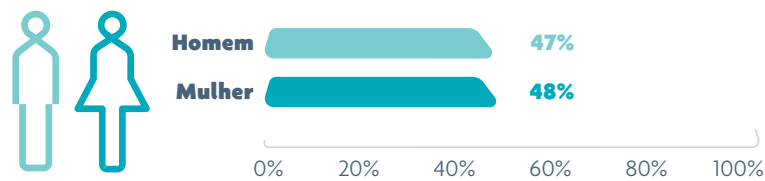
Gráfico 16 – Adesões/Ingressos nos Planos de Benefícios da Funpresp, por Faixa Etária



Fonte: Funpresp

Os servidores mais jovens têm apresentado maior predisposição na busca pela proteção previdenciária. As taxas de adesão demonstraram equilíbrio para servidores de 25 até 44 anos (51%).

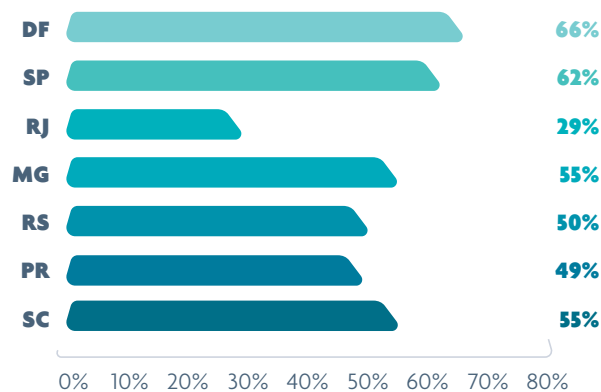
Gráfico 17 – Adesões/Ingressos nos Planos de Benefícios da Funpresp por Gênero



Fonte: Funpresp

As taxas de adesão por gênero indicam relativo equilíbrio entre homens (47%) e mulheres (48%).

Gráfico 18 – Adesões/Ingressos nos Planos de Benefícios da Funpresp, por UF



Fonte: Funpresp

O Distrito Federal apresenta a maior taxa de adesão dentre as unidades da federação (66%), seguido por São Paulo (62%), Minas Gerais e Santa Catarina (55% cada).

A Tabela 06 apresenta a relação das 15 maiores taxas de adesão de participante Ativo Normal de acordo com o órgão patrocinador do servidor, com destaque para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e para o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPGD).

Tabela 06 – Maiores Taxas de Adesão à Funpresp por Patrocinador em 2016

Patrocinador	Ingressos	Adesões	% Adesão
Agência Nacional de Vigilância Sanitária	285	240	84.2%
Ministerio do Planej. Desenvolvimento e Gestão	262	203	77.5%
Advocacia-Geral da União	518	400	77.2%
Ministério da Fazenda	1944	1386	71.3%
Universidade Federal de Minas Gerais	606	425	70.1%
Universidade Federal de São Carlos	296	205	69.3%
Instituto Nac. da Propriedade Industrial	250	173	69.2%
Fundação Oswaldo Cruz	460	313	68%
Universidade Fed. do Rio Grande do Norte	434	287	66.1%
Universidade Federal de São Paulo	604	397	65.7%
Universidade Federal de Juiz de Fora	539	347	64.4%
Universidade Federal da Bahia	501	322	64.3%
Instituto Federal Catarinense	447	286	64%
Instituto Federal de São Paulo	1322	835	63.2%
Universidade Federal de Santa Catarina	819	514	62.8%

Elaboração: Funpresp.

Obs.: Consideram-se apenas os órgãos com mais de 200 ingressos.

Fontes: SEGRT/MPDG; Funpresp.

Adesão é maior nas carreiras da área econômica

A Tabela 07 apresenta as 15 maiores taxas de adesão por carreira funcional dos servidores do Executivo Federal.

Tabela 07 – 15 Maiores Taxas de Adesão por Cargo/Carreira – 2016

Cargo	Ingressos	Adesões	% Adesão
Procurador da Fazenda (MF)	244	226	92.6%
Auditor Federal de Finanças e Controle (CGU)	259	237	91.5%
Agente de Polícia Federal 3ª Classe (DPF)	601	548	91.2%
Analista Técnico de Políticas Sociais (MPDG)	696	595	85.5%
Analista em Ciência e Tecnologia (MCTI)	277	232	83.8%
Auditor-fiscal da Receita Federal Brasil (MF)	438	335	76.5%
Procurador Federal (AGU)	347	256	73.8%
Tecnologista (MIN. SAÚDE/MCTI/AEB e outros)	784	569	72.6%
Analista em Infraestrutura de Transportes (DNIT)	288	209	72.6%
Analista Tributário Rec. Federal do Brasil	736	528	71.7%
Analista Ambiental (Ibama)	230	164	71.3%
Analista do Seguro Social (INSS)	728	512	70.3%
Tecnologista em Saúde Pública	237	158	66.7%
Analista Administrativo (vários órgãos)	397	255	64.2%
Professor do Magisterio Superior (Universidades)	17.090	10.176	59.5%

Elaboração: Funpresp.

Obs.: Consideram-se apenas os cargos com mais de 200 ingressos.

Fontes: SEGRT/MPDG; Funpresp.

Adesão Automática

“O mecanismo da adesão automática é uma dentre várias práticas encontradas na literatura sobre economia comportamental. Parte-se do suposto de que nem sempre os indivíduos tomam suas decisões de forma racional. Em outras palavras, muitas informações relevantes não estão disponíveis ou não são percebidas pelos indivíduos e, assim, a racionalidade é limitada no momento de tomada de decisão.”

Extraído do texto “Fundo de Pensão na Garagem”.
Autores: Cicero Dias, Rafael Liberal e Ricardo Pena.
Monografia vencedora do 6º Prêmio Previc/Abrapp de Monografias de Previdência Complementar Fechada, 2015.

Marco e pioneirismo na proteção previdenciária do servidor

A Funpresp atuou diretamente para a aprovação do mecanismo da adesão automática – uma forma inédita de inscrição em previdência complementar no Brasil – que já é considerada um caso de sucesso e referência para outras entidades por ser uma política pública voltada ao estímulo de poupança previdenciária do servidor, com o diferencial de oferecer um prazo para manifestação da intenção de permanecer ou não com a adesão ao plano de previdência.

Na Funpresp, essa política já garantiu segurança previdenciária a 9.882 novos servidores, sendo 6.813 apenas no ano de 2016. No acumulado, foram solicitados 1.697 pedidos de desistência, sendo que 1.471 pedidos ocorreram em 2016. Com a desistência desses servidores, foram devolvidos o montante de R\$ 1.643.538,54 relativo à contribuições efetuadas pelos participantes desistentes e órgãos patrocinadores. Os valores foram devidamente corrigidos pela inflação (IPCA).



Adesão Automática

Somente para os servidores que ingressaram a partir de 05/11/2015, com salário acima do teto do INSS. A adesão é feita automaticamente no momento do ingresso na esfera federal.



Adesão por Formulário

Para os que ingressaram:
- Até 04/02/2013;
- Após 04/02/2013 com remuneração abaixo do teto do INSS;
- Entre 04/02/2013 e 04/11/2015 e recebe acima do teto do INSS. A adesão é feita pelo RH do órgão ou diretamente na Funpresp.



Adesão Eletrônica

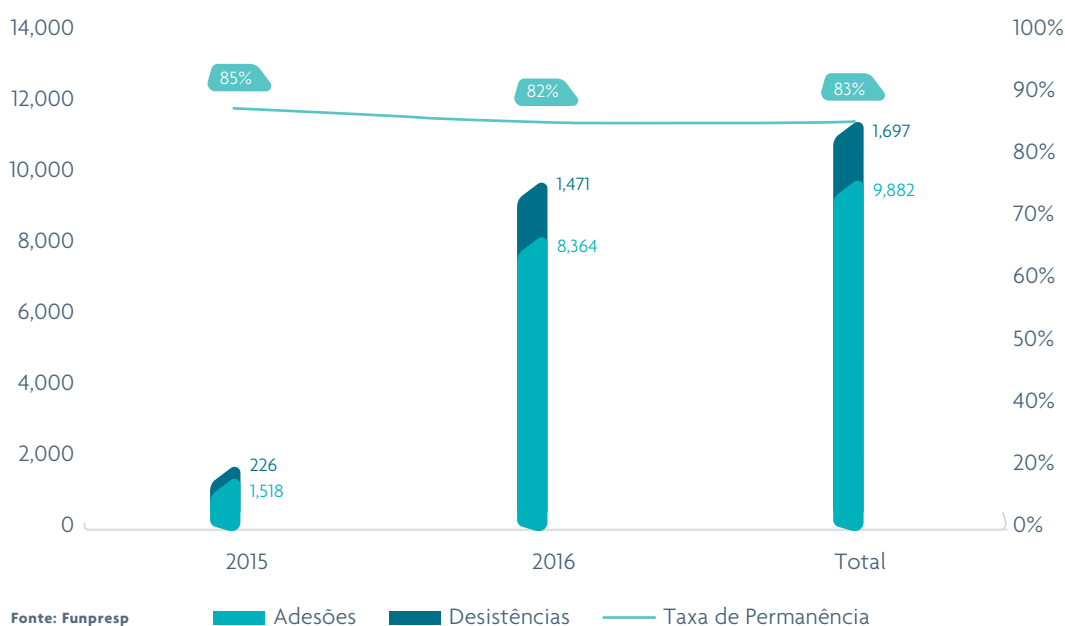
Ao longo do ano, são realizadas campanhas por meio do Sigepe. É voltada para os que ingressaram entre 04/02/2013 e 04/11/2015, com remuneração superior ao teto do INSS.

Quase 10 mil servidores inscritos automaticamente optaram por permanecer nos planos ofertados pela Funpresp

Em 2016, algumas carreiras apresentaram taxas de permanência superiores à média geral de 82%, com destaque para os analistas do seguro social do INSS, tecnologistas das áreas de ciência e tecnologia (taxa de

permanência de 95%), seguidos dos professores dos institutos federais (89%) e dos professores universitários (91%). Trata-se de um patamar verificado em experiências internacionais bem-sucedidas como Estados Unidos e Reino Unido.

Gráfico 19 – Adesões Automáticas x Pedidos de Desistência da Funpresp



Professores são maioria entre participantes da adesão automática

A área da educação representa 73,4% das inscrições automáticas. Antes da instituição dessa modalidade de adesão, um dos principais desafios à ampliação de cobertura da Funpresp era conquistar a adesão dos servidores da área de educação devido às características de descentralização e interiorização das Universidades e Institutos Federais pelo País. Os esforços de gestão e de captação da Fundação se uniram, assim, aos efeitos da Lei nº 13.183/2015, que instituiu a inscrição automática.

A Tabela 08 mostra que, do total de adesões realizadas, os cargos de professor do magistério superior e do ensino básico, técnico e tecnológico correspondem a 68,3% das adesões automáticas.

Tabela 08 – Total das Adesões Automáticas por Cargo no Plano ExecPrev (2016)

Cargo	Adesões Automáticas	% Total
PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR (Universidades)	3.545	42.8%
PROFESSOR ENS BÁSICO TECN TECNOLÓGICO (Institutos Federais)	2.112	25.5%
POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL (DPRF)	705	8.5%
AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL 3ª CLASSE (DPF)	533	6.4%
ANALISTA DO SEGURO SOCIAL (INSS)	110	1.3%
TECNOLOGISTA (MIN. SAÚDE/MCTI/AEB E OUTROS)	124	1.5%
PROCURADOR DA FAZENDA (MF)	121	1.5%
ANALISTA PLAN GEST INF INFOR GEOG ESTATI (IBGE)	81	1%
TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS (Institutos Fed. Ensino)	72	0.9%
PESQ EM PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI)	67	0.8%
Outros	814	9.8%
Total	8.284	100%

Fonte: Funpresp



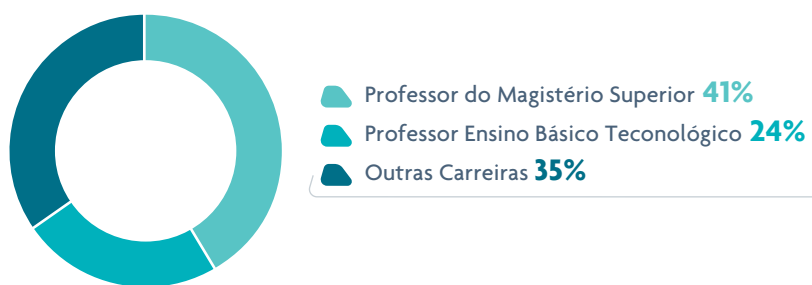
Adesão Eletrônica: facilidade e segurança na inscrição

Outra medida com foco na ampliação das adesões foi a campanha de adesão eletrônica, realizada pela Funpresp em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho - SEGRT/MPDG, por meio do Sigepe. Trata-se de uma forma de inscrição simplificada que busca melhorar o processo de adesão

voluntária sem a utilização de papel ou formulário, e sim através de processos eletrônicos, com segurança jurídica e tecnológica para a contratação do plano.

O resultado consolidado da campanha realizada em 2016 indica ampla adesão na área de educação. Ao todo, foram 662 adesões eletrônicas.

Gráfico 20 – Adesões Eletrônicas por Cargo/Carreira na Funpresp (2016)



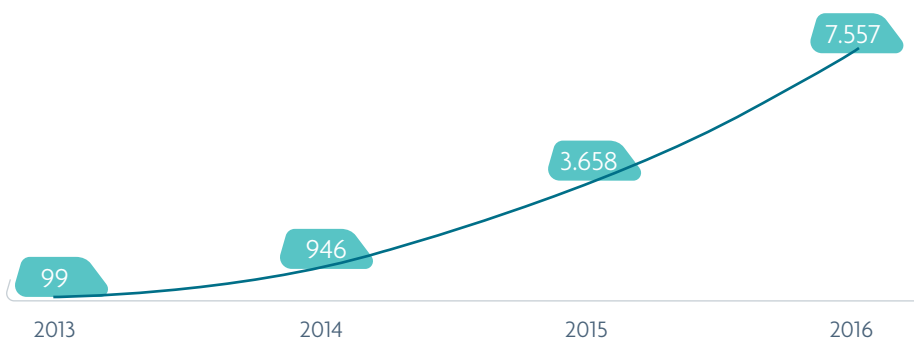
Fonte: Funpresp

A adesão dos servidores como Ativo Alternativo aumenta 200% em 2016

Em 2016, a Funpresp recebeu mais de 3,5 mil adesões de servidores que não estão sujeitos ao Regime de Previdência Complementar, pois mantêm os seus Regimes Próprios de

Previdência Social – RPPS, o que representa um crescimento de 200% em relação a 2015. Dentre esse público, destaca-se também a predominância dos servidores da área de educação.

Gráfico 21 – Evolução das Adesões dos Participantes Ativos Alternativos da Funpresp



Fonte: Funpresp

O incremento nessas adesões é reflexo das principais ações de comunicação e dos esforços de captação que foram direcionados a esses servidores, bem como a maior disseminação da cultura previdenciária e financeira dentre os servidores públicos.

Parcela Adicional de Risco (PAR) é opção de mais proteção previdenciária

A Parcela Adicional de Risco – PAR, que oferece cobertura em caso de morte e invalidez, tem se mostrado um importante atrativo para a adesão dos Participantes Ativos Alternativos. No estoque de 7.557 Participantes Ativos Alternativos de 2016, entre vinculados ao

RPPS e RPC, 75% (5.692) possuem contratação de PAR, sendo que 4.436 (78%) deles estão sujeitos ao RPPS. A presença das mulheres também é maioria no universo de Participantes Ativos Alternativos com contratação da cobertura, com 2.401 servidoras (53%).

Confiança cresce entre participantes sem paridade de contribuição para Funpresp

A Funpresp possui 2.199 participantes da categoria Ativo Alternativo, sujeitos ao Regime de Previdência Complementar, com remuneração abaixo do teto do INSS.

A despeito de não contarem com a contribuição patronal, são servidores que acreditam e apostam na proteção previdenciária oferecida pela Funpresp.

A depender da situação na carreira, são servidores que podem a qualquer momento obter remuneração acima do teto, seja por encarreiramento na tabela salarial, incorporação de gratificação, reajuste ou pela própria carreira e, assim, transitar de categoria no plano de benefícios da Funpresp.

O perfil dos participantes é jovem. Mais da metade está concentrada na faixa etária entre 25 e 34 anos. São 1.195 participantes (54%) nesta faixa, seguido de 601 (27%) na faixa seguinte, entre 35 e 44 anos. Além disso, a distribuição entre gêneros é praticamente a mesma (1.102 homens e 1.097 mulheres).

Mais portabilidades e contribuições facultativas

A Portabilidade entre os fundos de previdência privada, inclusive vindo de entidades vinculadas aos bancos, garantiu à Funpresp a movimentação de um volume financeiro de R\$ 8,76 milhões até 31 de dezembro de 2016. Esses dados são referentes a 198 participantes que realizaram portabilidade para a Funpresp. Apenas no ano de 2016, os recursos portados atingiram a cifra dos R\$ 2,39 milhões.

Os números da Portabilidade demonstram a credibilidade da Funpresp junto aos investidores que resolveram realizar a troca do gestor das aplicações de sua previdência complementar.

Tabela 09 – Evolução das Portabilidades Recebidas na Funpresp de 2013 a 2016

Descrição	2013	2014	2015	2016	Total 2013-2016
Participantes	11	67	68	52	198
Entidades	9	24	29	22	51
Valor (R\$)	287.274,98	3.064.991,62	3.020.174,17	2.385.976,66	8.758.417,43

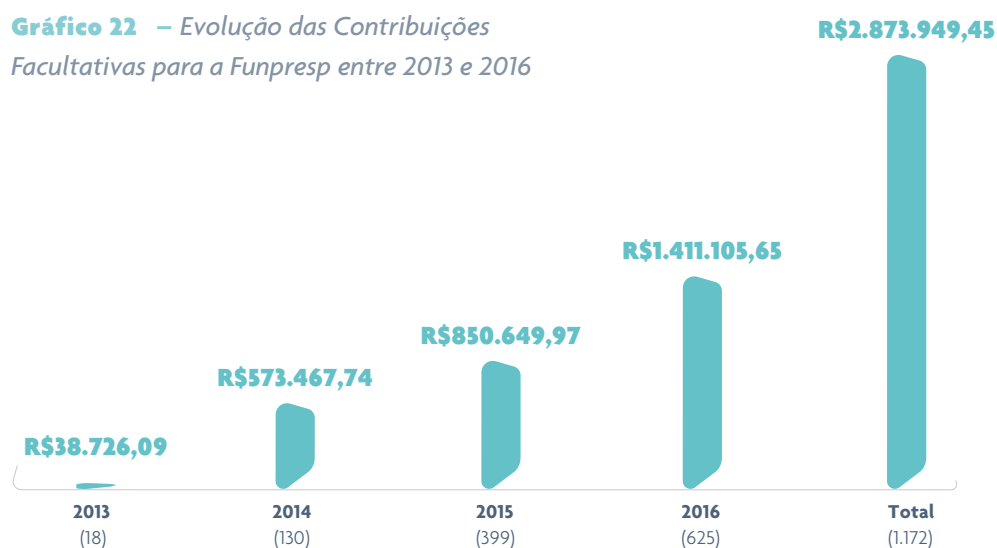
Fonte: Funpresp

Podemos inferir que, dentre os motivos potenciais que impulsionam a movimentação de recursos, estão a ausência de taxa de administração sobre os recursos portados, bem como a vantagem fiscal e a performance da Funpresp nesses quatro anos.

Contribuição facultativa beneficia participante

A contribuição facultativa é a oportunidade de poupar o recurso extra do –ano e usufruir do benefício da dedução da contribuição no Imposto de Renda. Em 2016 aumentou em 57% o número das contribuições facultativas com relação a 2015.

Gráfico 22 – Evolução das Contribuições Facultativas para a Funpresp entre 2013 e 2016



Fonte: Funpresp



Desde o início do funcionamento da Funpresp já foram registradas 1.172 contribuições facultativas.

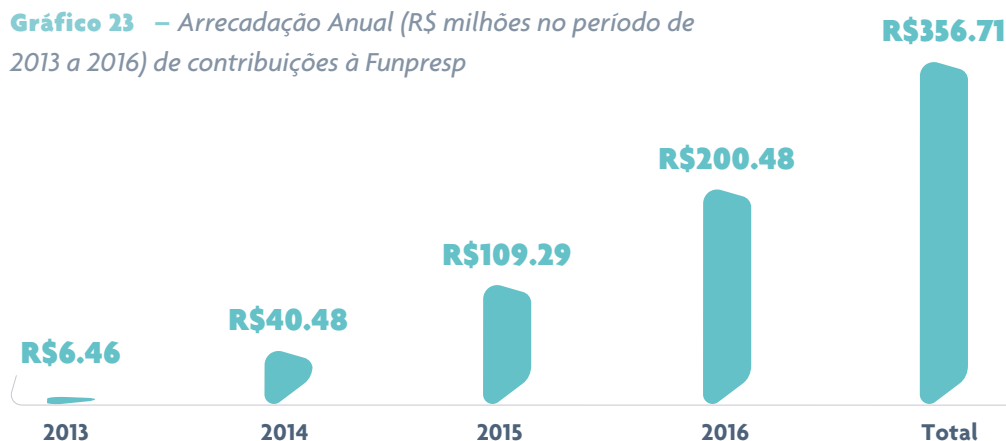
Verifica-se que, em relação ao ano de 2015, houve um incremento de 66% na soma dos valores dos aportes.

Arrecadação cresce 83% em 2016

O crescimento da quantidade de participantes impacta, naturalmente, a arrecadação das contribuições. Conforme mostra o Gráfico 23, a Funpresp ultrapassou a marca de R\$ 200 milhões arrecadados pelos

188 patrocinadores em 2016 que recolhem mensalmente as contribuições dos participantes, um crescimento de 83% em relação ao valor de 2015. Considerando-se o período desde a criação da Funpresp, a arrecadação acumulada atingiu R\$ 356,71 milhões.

Gráfico 23 – Arrecadação Anual (R\$ milhões no período de 2013 a 2016) de contribuições à Funpresp



Fonte: Funpresp

Servidor pode migrar do RPPS para o RPC até 2018

O servidor que ingressou antes de 04 de fevereiro de 2013 no Poder Executivo e antes de 07 de maio do mesmo ano em uma das Casas do Legislativo Federal ou do Tribunal de Contas da União (datas da instituição do RPC – Regime de Previdência Complementar nos respectivos poderes) pode optar pela migração do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para o RPC.

A Lei nº 13.328, de 29/07/2016 reabriu o prazo para a migração e deu 24 meses para fazer a opção, ou seja, a migração pode ser realizada até 28/07/2018.

Quem optar pela migração terá direito a um Benefício Especial, a ser pago pela União, calculado de acordo com o valor e o tempo de contribuição ao RPPS até o momento da migração.

Benefícios concedidos - ExecPrev e LegisPrev

Os planos de contribuição definida, o ExecPrev e o LegisPrev, oferecem aos participantes benefícios não programados como aposentadoria por invalidez, pensão por morte e sobrevivência. Essas vantagens são custeadas pelo Fundo de Cobertura de Benefícios Extraordinários (FCBE), de natureza coletiva.

A Fundação já paga mensalmente seis benefícios de pensão por morte a 11 beneficiários. Além disso, pagou quatro benefícios suplementares em parcela única. A Tabela 10 demonstra os benefícios concedidos no ano de 2016.

Tabela 10 – Benefícios concedidos em 2016 pelo ExecPrev na Funpresp

Data Concessão	Tipo de Benefício	Valor do Benefício	Reserva de Benefício Concedido
25/05/2013	Pensão Por Morte	242,67	55.453,78
14/11/2014	Pensão Por Morte	234,76	62.948,82
25/07/2015	Pensão Por Morte	231,68	46.145,13
03/01/2016	Pensão Por Morte	408,36	104.224,57
12/07/2016	Pensão Por Morte	4.374,50	1.163.366,77
12/09/2016	Benefício Suplementar	799,28	-
12/09/2016	Benefício Suplementar	3.280,07	-
12/09/2016	Benefício Suplementar	2.612,49	-
10/10/2016	Pensão Por Morte	3.957,68	772.411,70
20/10/2016	Benefício Suplementar	2.786,86	-
Acumulado R\$		18.928,35	2.204.550,77

Todos os Benefícios Suplementares de pagamento único foram decorrentes do valor calculado ter sido inferior a 2 (duas) Unidades de Referência do Plano - URP.

Fonte: Funpresp

Em relação aos institutos previdenciários, foram solicitados, em 2016, 80 resgates, 30 autopatrocínios e 15 portabilidades de saída, em virtude da cessação do vínculo funcional do participante com o órgão patrocinador. Dessas 15 (quinze) portabilidades de saída, dez para Entidades Fechadas de Previdência Complementar, sendo três para o Plano LegisPrev e duas para Entidades Abertas de Previdência Complementar. A Tabela 11 demonstra os institutos solicitados no ano de 2016.

Tabela 11 – Institutos Previdenciários Solicitados em 2016 pelo ExecPrev na Funpresp

Ano	Instituto	Quantidade	Valor bruto
2013	Resgate	1	1.770,57
2014	Resgate	43	80.921,18
2015	Resgate	90	214.405,06
	Portabilidade	1	19.521,65
2016	Resgate	80	272.397,69
	Portabilidade	15	282.817,72
Acumulado R\$		230	871.833,87

Fonte: Funpresp

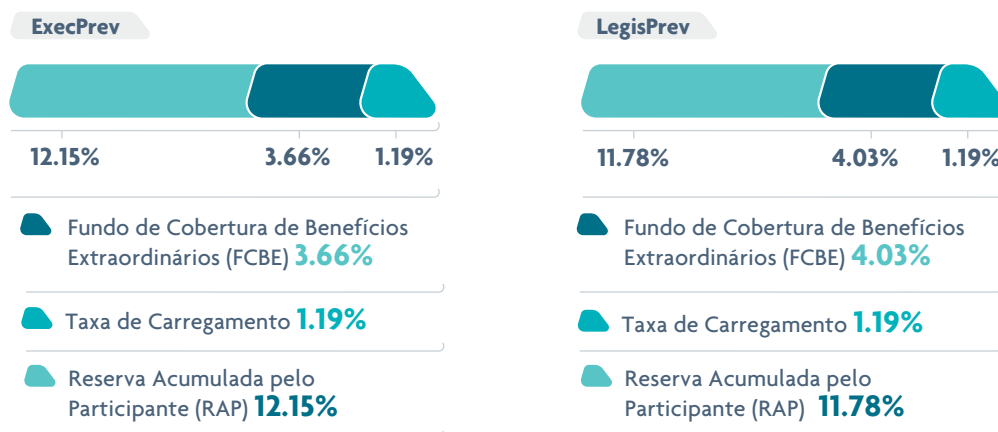
Fundo coletivo garante benefícios de risco – Ativo Normal

O Fundo de Cobertura de Benefícios Extraordinários - FCBE corresponde a um fundo de natureza coletiva, para cobertura dos benefícios não programados de invalidez e morte dos participantes e assistidos, além dos benefícios vitalícios de sobrevivência. Adicionalmente, o fundo ainda cobre o aporte extraordinário de aposentadoria

normal para os participantes do sexo feminino e de atividades especiais por conta do menor tempo de contribuição para a aposentadoria programada (policiais e professores dos ensinos médio e fundamental).

A seguir observa-se o detalhamento da distribuição do FCBE por plano de benefícios administrados pela Funpresp.

Gráfico 24 – Detalhamento da Distribuição do FCBE por Plano de Benefício da Funpresp



Fonte: Funpresp

Proteção para casos de morte e invalidez

As obrigações decorrentes dos benefícios de invalidez e morte são compartilhadas igualmente entre a Fundação e a Sociedade Seguradora contratada por licitação realizada em 2014, até determinado limite contratual (R\$ 700 mil para cada participante).

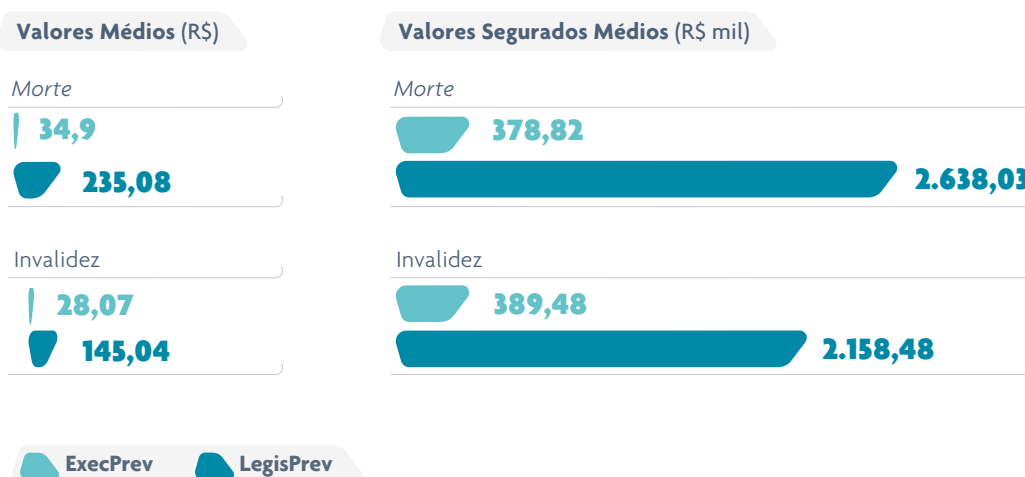
Dessa forma, o risco financeiro absorvido pela Funpresp é consideravelmente reduzido, preservando a estabilidade financeira e atuarial dos planos previdenciários.

O contrato da Fundação com a Seguradora tem o objetivo de mitigar os riscos atuariais do FCBE. A Entidade repassa à seguradora, através de pagamento de prêmios mensais com recursos oriundos do FCBE, parte dos riscos com os benefícios decorrentes de morte e invalidez dos Participantes Ativos Normais.

A medida é muito importante, principalmente nos primeiros anos de funcionamento dos planos, uma vez que as reservas individuais dos participantes ainda não possuem acumulação considerável.

O Gráfico 25 mostra os valores segurados médios e os prêmios¹⁰ médios dos planos ao longo de 2016. Os valores médios do Plano LegisPrev são bem maiores, pois a remuneração média dos participantes desse plano é superior a dos participantes do ExecPrev. Em dezembro/2016, a remuneração média dos participantes do ExecPrev estava em torno de R\$ 8,9 mil e a do LegisPrev, próxima de R\$ 20 mil.

Gráfico 25 – Valores Segurados e Valores Médios Mensais – Participante Ativo Normal dos Planos ExecPrev e LegisPrev da Funpresp – Dezembro/2016

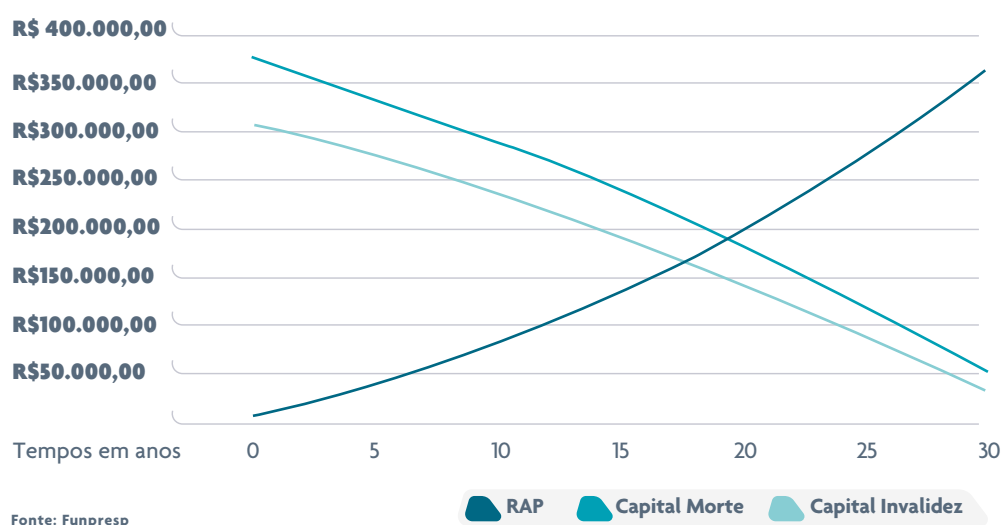


Fonte: Funpresp

¹⁰ Prêmio: contribuição repassada à seguradora para garantia das coberturas de morte e/ou invalidez contratadas.

Conforme evidenciado no Gráfico 26, há necessidade da transferência do risco à Seguradora nos primeiros anos dos planos, a fim de mitigar os riscos decorrentes dos benefícios de morte e invalidez (R\$ 16,58 bilhões), uma vez que as reservas individuais dos participantes ainda não possuem acumulação considerável. À medida que as contas individuais dos participantes crescem, a necessidade de terceirização do risco diminui.

Gráfico 26 – Capital/Valor Segurado x Reserva Acumulada do Participante Médio - RAP



Alteração no regulamento amplia benefícios

O regulamento do plano ExecPrev foi atualizado em 2016 para se adequar, principalmente, às mudanças trazidas pela Lei nº 13.135/2015, que restringem a concessão da pensão por morte no RPPS e a adesão automática. Também foram ajustadas questões operacionais.

Principais alterações no ExecPrev

- » Manutenção do pagamento de pensão por morte para o cônjuge, independentemente da idade;
- » Possibilidade de contratação de cobertura facultativa adicional para os riscos de morte e invalidez por todos os participantes dos planos;
- » Redução de carência para a Portabilidade; e
- » Opção de saque de 25% da reserva individual exclusiva do participante no momento da concessão do benefício previdenciário.



Equipe da Gerência de
Arrecadação e Cadastro - GEARC

As mudanças foram fruto de propostas elaboradas pela Diretoria Executiva, pelos comitês de Assessoramento Técnico dos planos, bem como aprovadas pelo Conselho Deliberativo. Posteriormente, foram analisadas e aprovadas pelos órgãos centralizadores dos patrocinadores do Poder Executivo

(MF e MPDG) e Poder Legislativo (SF, CD e TCU), respectivamente para os planos ExecPrev e LegisPrev, e enviadas à Previc do Ministério da Fazenda (órgão fiscalizador) para aprovação.

A alteração regulamentar do plano ExecPrev foi aprovada pela Portaria DITEC/PREVIC/MF nº 311 de 08/07/2016. O LegisPrev ainda está em análise pela Previc.

Equilíbrio atuarial

Estruturados na modalidade de contribuição definida, os planos administrados pela Funpresp têm riscos minimizados em relação à solvência. A Fundação não necessitou de liquidez nos seus investimentos em 2016, garantindo assim o equilíbrio financeiro e atuarial, uma vez que

as receitas correntes com a arrecadação foram bem superiores às despesas com pagamento de benefícios, ensejando acúmulo crescente de recursos previdenciários.

A projeção é que esse cenário deva se repetir ainda no longo prazo, conforme mostram os Gráficos 27 e 28.

Gráfico 27 – Solvência Financeira e Atuarial do Plano ExecPrev no Longo Prazo



Fonte: Funpresp

Gráfico 28 – Solvência Financeira e Atuarial do Plano LegisPrev no Longo Prazo

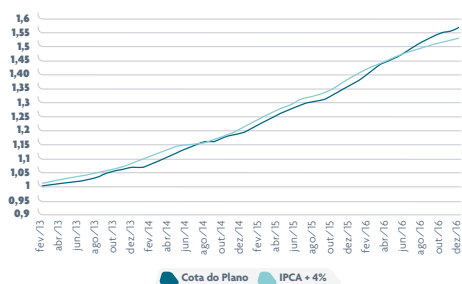


Fonte: Funpresp

Sobre a evolução das cotas dos planos, fator que representa a valorização das reservas previdenciárias dos participantes, observou-se que, no acumulado desde o início da Funpresp, o valor da cota ultrapassou o acumulado do índice de referência (IPCA+4% a.a.), para ambos os planos. Do ponto de vista atuarial, esse indicador deve ser apurado considerando o resultado de longo prazo, para não sofrer flutuações de curto prazo devido à volatilidade do mercado financeiro.

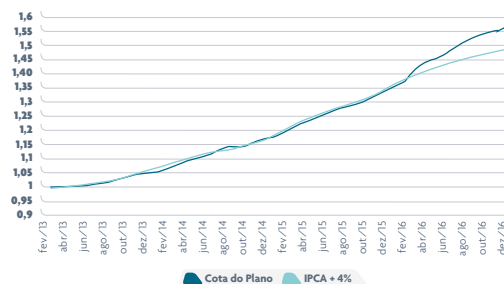
No ExecPrev, o valor da cota acumulada desde o início do plano estava em 1,5702, superior ao índice de referência do plano de 1,5311, como pode ser verificado no Gráfico 29.

Gráfico 29 – Cota do Plano ExecPrev x IPCA+4% (acumulado)



Fonte: Funpresp

Gráfico 30 – Cota do plano LegisPrev x IPCA+4% (acumulado)



Fonte: Funpresp

O LegisPrev também apresentou valor de cota acumulada superior ao índice de referência de 1,4913, conforme pode ser verificado no Gráfico 30. O valor da cota acumulada desde o início de funcionamento até dezembro de 2016 foi de 1,5713. Lembramos que o início do LegisPrev se deu em 07/05/2013, posterior ao ExecPrev em 04/02/2013.

ADMINIS- TRAÇÃO

A força da Funpresp está nos seus colaboradores. A Entidade encerrou 2016 com 84 profissionais de diferentes áreas atuando juntos para fazer da Fundação uma referência no mercado.



Funpresp





Durante o ano, foram promovidas melhorias na gestão operacional que resultaram em maior tempestividade na liberação das cotas dos planos e na antecipação da geração dos extratos dos participantes.

A Funpresp finalizou o ano de 2016 com 84 profissionais em seu quadro de pessoal, composto por empregados do quadro permanente (oriundos de concurso público), empregados comissionados e por servidores e empregados cedidos pela administração pública.

O ingresso dos novos empregados do quadro permanente representa um importante marco para a Entidade, considerando a expectativa de

permanência de um quadro técnico qualificado e engajado, com possibilidade de encarreiramento previsto no Plano de Cargos, Carreira e Remunerações – PCCR, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Funpresp.

Outro marco importante foi a realização de licitações essenciais para o crescimento e a estruturação da Entidade, com destaque para a gestão direta de todos os contratos de prestação de serviços, até então executados por meio do Ministério do Planejamento.

Fundação prioriza composição da sua força de trabalho

A Funpresp realizou concurso público para o provimento de 62 vagas de emprego permanente da Carreira Técnica Previdenciária, sendo 45

Analistas e 17 Especialistas. A partir de junho, os classificados começaram a ser convocados para provimento das vagas autorizadas pelo Conselho Deliberativo para o exercício de 2016.

Antes de assumirem suas funções, os empregados participaram de curso de ambientação, em que receberam orientações gerais sobre o contexto organizacional, as ações e prioridades da Funpresp, além dos direitos e deveres dos empregados.

O provimento dos cargos comissionados da Funpresp se dá por Processo Seletivo Específico – PSE, que objetiva recrutar, por meio de análise de currículo, entrevista e provas técnicas, os melhores

e mais qualificados profissionais do mercado de previdência ou do setor público que preencham o perfil correspondente às atividades inerentes ao cargo. Atualmente, 59% dos cargos comissionados são ocupados por servidores e empregados públicos cedidos, 5% são empregados do quadro efetivo da Fundação e os demais, oriundos do mercado.

Tabela 12 – Número de Empregados por Cargo na Funpresp em 2016

Estatutários	
Diretor	4
Comissionados	
Chefe de Gabinete	1
Auditor-chefe	1
Secretário-executivo	1
Gerentes	11
Coordenador	20
Subtotal	38
Empregado permanente	35
Empregado temporário	5
Subtotal	78
Cedidos CAIXA (sem ônus)	6
Total	84

Fonte: Funpresp

Na Diretoria Executiva, dois diretores (Presidente e de Investimentos) são servidores públicos federais de cargo efetivo do Poder Executivo, cedidos pela União, e participantes do Plano ExecPrev. O diretor de Seguridade é cedido do Banco do Brasil e a diretora de Administração possui experiência na área, tendo trabalhado mais de 20 anos no serviço público.

Remuneração na Funpresp

A Funpresp tem um quadro funcional enxuto, com seis cargos em 2016, distribuídos em quatro níveis hierárquicos, que observam as práticas de mercado e o teto constitucional, conforme art. 5º da Lei nº 12.618/2012. Veja a tabela de remuneração da Entidade:

Tabela 13 – Remuneração por Cargo na Funpresp em 2016

Cargo**	Remuneração Mensal*
Diretor-Presidente	R\$25.538,40
Diretor	R\$24.261,48
Gerente	R\$17.976,00
Coordenador	R\$12.840,00
Especialista	R\$6.295,00
Analista	R\$5.543,00
Conselheiro Deliberativo	R\$2.697,49
Conselheiro Fiscal	R\$2.628,33
Membros dos Comitês	Sem remuneração

*Em 2017, os salários tiveram reajuste de 7%.

**Servidores públicos e empregados públicos cedidos percebem a remuneração do órgão ou da instituição de origem acrescido de 60% da remuneração Funpresp.

Fonte: Funpresp

Programa de Qualidade de Vida no Trabalho

Em 2016, foi instituído o Programa Equilíbrio Funpresp, de Qualidade de Vida no Trabalho. As ações visaram promover a saúde do empregado, a prevenção de riscos ocupacionais, o reconhecimento e a valorização dos empregados, bem como desenvolver ações de integração e responsabilidade social. Pretende-se proporcionar

um ambiente favorável e equilibrado entre trabalho e qualidade de vida, considerando que a promoção da cultura e do ambiente de alta performance passa necessariamente pelas pessoas, grande diferencial para o alcance dos resultados da Fundação.



Reconhecimento pelas metas cumpridas

A Funpresp reconhece a relevância dos empregados como principal ativo da Fundação. Para proporcionar o sentimento de pertencimento (identificação empresa-empregado) e valorização das pessoas, foi implementada a ação de reconhecimento pelos resultados institucionais alcançados, previsto no

Programa de Qualidade de Vida.

O prêmio de reconhecimento foi entregue às equipes, no encerramento do ano, como reconhecimento do esforço de todos no atingimento daquela que é a meta mais importante para a Fundação: “Ampliar a taxa de adesão, com ações institucionais e de diálogo com o servidor público federal”.

Qualificação e capacitação profissional

O Plano Anual de Capacitação – PAC da Funpresp tem se constituído como ferramenta necessária para o processo de desenvolvimento dos empregados da Fundação e seu corpo dirigente, promovendo o alinhamento dos profissionais com as estratégias da Entidade e com as melhores práticas do setor de previdência complementar.

Uma das linhas priorizadas em 2016 foi o desenvolvimento gerencial com foco em liderança. Para otimizar recursos e ofertar ações de capacitação de alta qualidade, foi oferecido o curso “Liderança com Pessoas”, in company, com 32 horas aula desenvolvido pela Fundação Dom Cabral - FDC, aos 11 gerentes e

20 coordenadores, com o objetivo de propiciar o desenvolvimento e a ampliação das capacidades gerenciais. O curso de “Liderança Transformadora”, com 40 horas aula, também da FDC, foi ofertado aos diretores.

Para membros dos órgãos colegiados, foram priorizadas ações de capacitação para certificação e participação em congresso do segmento de previdência complementar.

Merece destaque a realização periódica do ciclo de debates Café Funpresp, encontro mensal, com a presença de um convidado externo, para refletir sobre temas estratégicos da previdência complementar. Foram realizados seis encontros, que abordaram temas multidisciplinares destinados ao corpo funcional e a convidados.

Figura 07 – Plano Anual de Capacitação de 2016 da Funpresp



Fonte: Funpresp


Café Funpresp - ciclo de palestras

“A importância da gestão de risco”

Waldemir Bargieri
Abril 2016


“Economia comportamental”

Vera Rita Ferreira
Agosto 2016


“A demografia dos fundos de pensão”

Cassio Maldonado Turra
Maio 2016


“A diversidade nas relações humanas”

Laura Macedo
Setembro 2016


“A arte de liderar pessoas”

Claudio Queiroz
Junho 2016


“O desafio da longevidade e seus impactos na previdência”

Nilton Molina
Outubro 2016

As 59 ações de capacitação executadas estão distribuídas da seguinte forma, conforme classificação definida no Plano Anual de Capacitação/2016:

Tabela 14 – Classificação e Tipos de Treinamentos Fornecidos pela Funpresp em 2016

Classificações/Tipos	Qtde Ações	Empregados Participantes	Horas aula estimadas
Certificação	5	10	-
Comuns das Áreas	9	145	2502
Congressos e Encontros	8	34	663
Específicos	38	48	718
Total	59	37	3883

Fonte: Funpresp

Negociação Coletiva

A Fundação celebrou o terceiro Acordo Coletivo de Trabalho – ACT com os seus empregados, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2017. O resultado da negociação garantiu a recomposição dos salários dos empregados, além da manutenção dos benefícios e demais cláusulas.

Logística - Licitações e Contratos

Durante o ano, a Funpresp atuou em várias frentes de contratação com prioridade na implementação de ações objetivando melhorar o relacionamento com o seu usuário, mediante a instalação de ambiente de central de relacionamento, que resultou na contratação de empresa para a prestação de serviços de atendimento multicanais, que inclui telemarketing (ativo e receptivo) e atendimento a mídias eletrônica.

Também foram priorizados os serviços voltados à estruturação dos serviços de tecnologia da informação, com a contratação do novo Sistema de Gestão Previdenciária – realizada na modalidade concorrência, do tipo técnica e preço – de grande relevância para o funcionamento da Funpresp. Além dessas, foram feitas contratações visando à melhoria da infraestrutura física de TI, destacando-se a aquisição da central telefônica/ telefones IP, rede Infovia-Brasília, aquisição de equipamentos (computadores, monitores, servidores de rede), dentre outras.

Outra frente importante foram as aquisições necessárias para a adequação da estrutura

física da Fundação ao novo layout, em virtude da ampliação de sua sede. Entre as adequações, destacam-se a duplicação da capacidade do auditório, a estruturação do arquivo central e a unificação da sede.

Na área de Gestão de Pessoas, destacam-se a contratação de nova empresa para processamento da folha de pagamento dos empregados, bem como as ações de capacitação/certificação do quadro de pessoal da Fundação.

Para a área de Investimentos foi realizada licitação, mediante credenciamento, para a contratação de instituições participantes do Selic conceituadas como liquidantes no âmbito do referido sistema (*dealers*).

A Funpresp completou o ano de 2016 com 45 contratos de serviços continuados e 73 contratos de curto prazo.

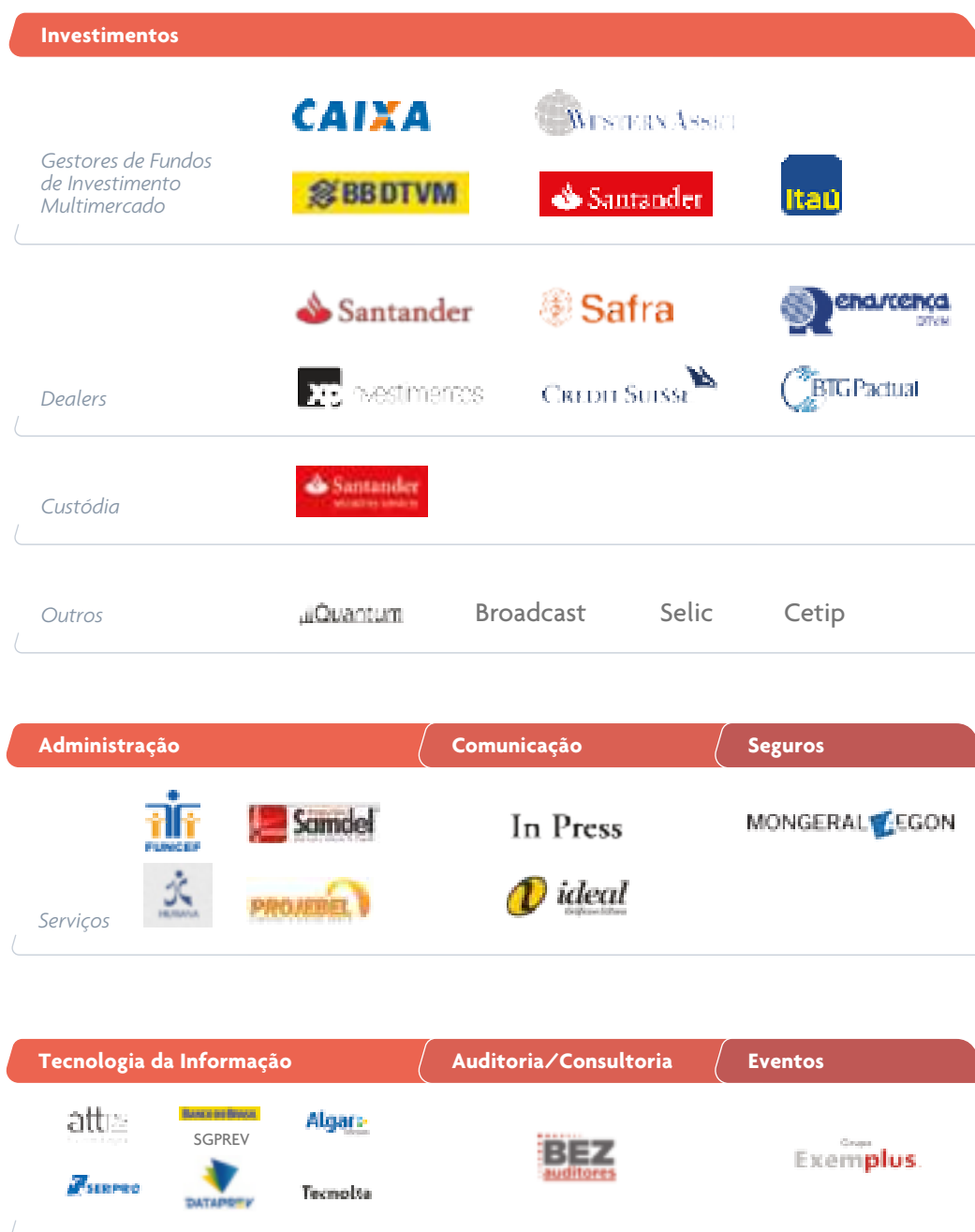
118 ações de contratações/aquisições em 2016 na Funpresp:

- » 54 por inexigibilidade de licitação;
- » 21 por dispensa de licitação;
- » 15 por pregão eletrônico;
- » 1 por concorrência;
- » 8 por adesões a atas de registro de preços; e
- » 19 termos aditivos de contratos já estabelecidos.

Merecem registro ainda as licitações que resultaram na celebração de contratos próprios da Fundação com empresas diversas para a prestação de serviços terceirizados, em substituição aos serviços prestados mediante contratos do Ministério do Planejamento, tais como: apoio administrativo, recepção, secretariado, limpeza e copeiragem com a elaboração de norma interna voltada à gestão dos postos de serviços terceirizados.



Figura 08 – Parceiros Funpresp



Fonte: Funpresp

Melhorias na Contabilidade e Finanças

Durante o ano de 2016, melhorias foram promovidas na gestão operacional da Tesouraria e da Contabilidade da Funpresp, resultando em maior tempestividade na liberação das cotas dos planos de benefícios e na antecipação da geração dos balancetes mensais e dos extratos dos participantes.

As novas rotinas contábeis e financeiras foram aprimoradas e automatizadas e o fluxo de caixa foi otimizado. A aprovação da Norma de Instrução, Autorização e Liquidação de Pagamentos possibilitou a racionalização do processo de pagamento quanto a prazos, etapas, alçadas e outras formalidades necessárias, proporcionando maior eficiência e segurança administrativa.

Na gestão orçamentária, foi proposto um modelo que vislumbre além do horizonte anual do Orçamento (ver Tabela 15), pactuando metas com responsabilidade e austeridade, que permitam a implementação de políticas alinhadas ao planejamento estratégico e ao plano de ação, sem, contudo, comprometer o prazo esperado para o alcance do equilíbrio financeiro da Entidade, projetado a partir de estudos de parâmetros de adesões, taxa de juros e outros determinantes da receita administrativa da Funpresp.

Tabela 15 – Evolução do Orçamento da Funpresp (Realizado e Projetado) no período de 2016 a 2020, em R\$ mil

Item Orçamentário	2016		2017	2018	2019	2020
	Orçado ²	Realizado	Orçamento	PPA ¹	PPA	PPA
Receitas Administrativas	34.396	29.057	38.023	40.026	41.991	45.182
Taxa de carregamento s/contribuições	13.229	13.975	21.841	26.903	31.845	37.148
Resultado da aplicação financeira	11.133	13.540	6.580	5.575	5.120	6.216
Receita de pró-labore/outras receitas	294	354	771	1.116	1.465	1.818
Utilização da reserva financeira ³	9.740	1.188	8.832	6.432	3.561	-
Despesas Administrativas	34.396	29.057	38.023	40.026	41.991	44.018
Pessoal e Encargos	17.763	16.895	21.170	23.050	24.281	25.480
Sustentação de TI	6.556	4.457	5.163	3.817	3.911	4.093
Comunicação e eventos	2.740	1.667	2.867	3.817	4.002	4.188
Administração	4.794	3.339	5.506	5.775	6.055	6.336
Despesas de gestão	1.266	881	1.550	1.708	1.791	1.874
Despesas relacionadas às receitas (PIS/Cofins)	1.277	1.817	1.767	1.860	1.952	2.046
Antecipação da Contribuição Futura (R\$ mil)	-	61.882	57.071	55.711	56.587	61.305

1 PPA: Plano/Orçamento Plurianual.

2 Orçamento revisado em abril/2016

3 Utilização dos recursos da antecipação de contribuições futuras (art.25 da Lei nº 12.618/2012).

Fonte: Funpresp

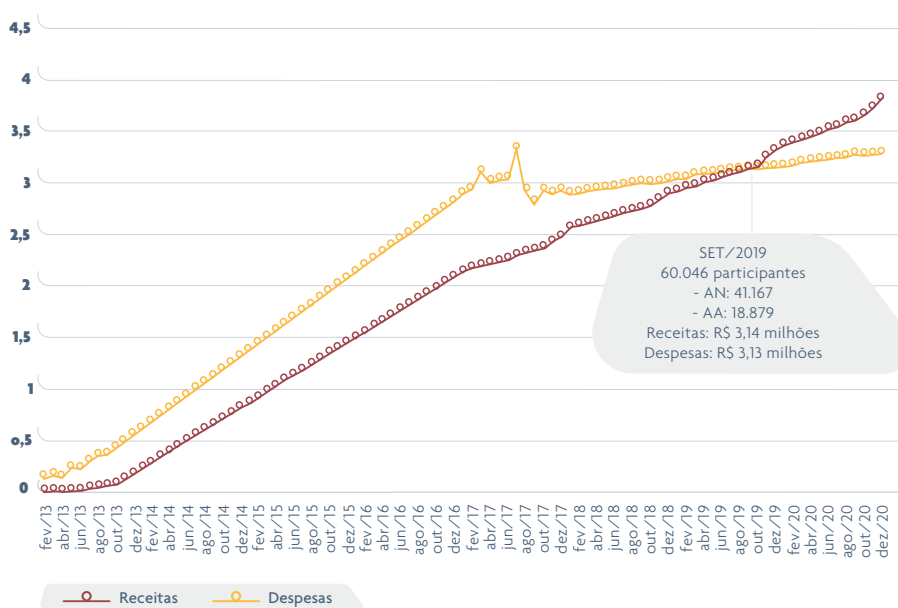
Ponto de Equilíbrio

Pela evolução das atividades nos últimos quatro anos e as projeções financeiras da Funpresp, estimamos atingir o ponto de equilíbrio (*break-even-point*) entre as receitas e despesas administrativas, como demonstra o Gráfico 31, a partir de setembro de 2019, quando a Fundação atingirá, segundo estimativas, 60 mil participantes.

A legislação previdenciária limita a cobrança de

até 9% de taxa de carregamento (que incide sobre as contribuições mensais – atualmente é 7%) e de até 1% de taxa de administração (que incide sobre as reservas acumuladas – atualmente é 0%). A Funpresp é uma entidade sem fins lucrativos e tem por finalidade administrar planos de benefícios para os servidores públicos.

Gráfico 31 – Projeção do Ponto de Equilíbrio Financeiro (*break-even-point**) da Funpresp, em R\$ milhões



* BEP/*break-even-point* ou ponto de equilíbrio entre a receita e despesa administrativa da Funpresp.

Fonte: SEGRT/MP; SF; CD; TCU; BACEN; Funpresp; Projeção de Adesões de 2017 a 2030 aprovada pelo CD para o Orçamento de 2017.

Elaboração: Funpresp.

Em fev/2013, os patrocinadores adiantaram R\$ 73,8 milhões (em dez/2016, essa reserva financeira ainda era de R\$ 61,8 milhões), a título

de adiantamento das contribuições futuras, conforme prevê o art. 25 da

Lei nº 12.618, de 2012:

“É a União autorizada, em caráter excepcional, no ato de criação das entidades fechadas de previdência complementar referidas no art. 4º, a promover aporte a título de adiantamento de contribuições futuras, necessário ao regular funcionamento inicial.”

Em set/2015 (Poder Executivo) e mar/2016 (Poder Legislativo), a Funpresp e os patrocinadores celebraram um Termo de Compromisso pelo qual a Fundação se compromete a devolver, mensalmente e corrigido pelo IPCA/IBGE (em

dez/2016, a dívida era de R\$ 96,1 milhões), esse adiantamento das contribuições futuras depois de atingido o referido ponto de equilíbrio financeiro.

Tecnologia da Informação aperfeiçoada

O ano de 2016 foi marcado por grandes e positivas mudanças nos serviços de Tecnologia da Informação – TI que suportam a Fundação, tanto no âmbito de sua infraestrutura física quanto na modernização dos Sistemas de Informação e da Governança de TI.

Com relação à infraestrutura física de TI, foram adquiridos microcomputadores, notebooks, servidores e equipamentos de rede sem fio. Foram contratados serviços de impressão e implantado o Datacenter da Fundação, que viabilizaram a internalização da gestão da rede local e intranet, anteriormente mantidas pelo Ministério do Planejamento. Além disso, o novo Datacenter possibilitou o processamento de dados, o armazenamento local para os sistemas internos e a replicação de dados do Sistema Integrado de Gestão Previdenciária/TI.

Quanto aos Sistemas de Informação, destaca-se o início da implantação da primeira etapa do novo

Sistema de Gestão Previdenciária/TI, que permitirá à Fundação intensificar, em 2017, a automação de seus processos gerenciais e operacionais.

Na governança da área de TI, houve uma evolução importante com a elaboração e aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) para o ano de 2017, compatível com o Plano Estratégico Institucional da Funpresp de 2016 a 2019, bem como à peça orçamentária. O PDTI, aprovado pela Diretoria Executiva Colegiada, destina-se a nortear os investimentos e priorizar as ações, alinhando-os às reais necessidades das diversas áreas da organização, com base em um diagnóstico atualizado sobre as carências e expectativas presentes.

Responsabilidade socioambiental

A Funpresp busca adequar-se ao contexto corporativo atual, no qual a responsabilidade socioambiental é um vetor importante. Em linha com esse princípio, a Entidade sempre busca

prestadores de serviço comprometidos com as melhores práticas de governança corporativa e responsabilidade social, ambiental e ética.



Relatório Anual de Informações **2016**

Anexos

*Em cumprimento ao inciso III
do Art. 8º, da Lei nº 12.618,
de 2012, publicado no site da
Funpresp (certificado pelo ICP-
-Brasil) www.funpresp.com.br*

Anexo I – Demonstrações Consolidadas



CNPJ: 17.312.597/0001-02
Código da Entidade: 0472-4

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015	PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015
Disponível	8	39	Exigível Operacional	196.360	98.017
			Gestão Previdencial	5.301	819
			Gestão Administrativa	191.059	95.198
Realizável	486.793	243.607			
Gestão Previdencial	19.466	11.599			
Gestão Administrativa	31.918	18.029			
Investimentos	416.407	213.979	Patrimônio Social	367.892	160.641
Títulos Públicos	271.602	133.444	Patrimônio de Cobertura do Plano	340.140	153.788
Fundos de Investimentos	143.605	80.535	Provisões Matemáticas	340.140	153.788
			Benefícios Concedidos	2.084	151
Permanente	7.251	13.021	Benefícios a Conceder	338.056	153.637
Imobilizado	809	653			
Intangível	6.442	12.368	Fundos	27.552	6.853
			Fundos Previdenciais	27.552	6.853
			Fundos Administrativos	-	-
TOTAL DO ATIVO	474.052	256.658	TOTAL DO PASSIVO	474.052	256.658

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis e encontram-se disponíveis no portal da Funpresp-EXE (www.funpresp.com.br).

Ricardo Pena Pinheiro
Diretor Presidente
CPF: 603.684.046-04

Tiago Nunes de Freitas Dahden
Diretor de Investimentos
CPF: 844.755.521-68

Cicero Rafael Barros Dias
Diretor de Seguridade Substituto
CPF: 629.731.263-04

Marlene Ferraz Lucena Alves Filho
Diretora de Administração
CPF: 456.308.794-72

José Luiz Barros Junior
Gerente de Contabilidade e Finanças
CPF: 745.294.719-34

Reginaldo Guedes da Silva
Coordenador de Contabilidade
CPF: 506.561.181-20
CRC/OP 8797-02

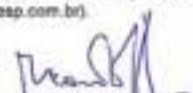


CNPJ: 17.312.597/0001-02
Código da Entidade: 0472-4

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2015
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2014	31/12/2015	VARIACÃO (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	160.641	61.091	162,95
1. Adições	261.482	136.566	91,47
(*) Contribuições Previdenciais	193.310	100.861	80,90
(*) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	32.614	11.890	174,30
(*) Receitas Administrativas	22.018	12.074	82,36
(*) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	13.540	8.741	136,85
2. Destinações	(54.431)	(37.019)	47,06
(-) Benefícios	(18.673)	(7.211)	161,73
(-) Despesas Administrativas	(35.558)	(29.805)	19,30
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	207.051	99.550	167,99
(+/-) Provisões Matemáticas	186.352	110.180	69,13
(+/-) Fundos Previdenciais	20.699	1.350	1.421,99
(+/-) Fundos Administrativos	-	(11.990)	(100,00)
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) Patrimônio Social no final do exercício (A+3+4)	367.692	160.641	128,89

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis e encontram-se disponíveis no portal da Funpresp-EXE (www.funpresp.com.br).


Ricardo Pena Pinheiro
Diretor Presidente
CPF: 603.684.948-04


Tiago Nunes de Freitas Dahlia
Diretor de Investimentos
CPF: 644.755.521-68


Cícero Rafael Barros Dias
Diretor de Seguridade Substituto
CPF: 629.731.263-04


Marlene Ferrari Lucas Alves Filha
Diretora de Administração
CPF: 456.308.794-72


José Luiz Barros Junior
Gerente de Contabilidade e Finanças
CPF: 745.294.719-34

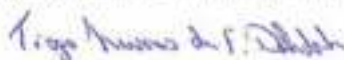

Réginaldo Queiroz da Silva
Coordenador de Contabilidade
CPF: 505.591.181-20
CRC/DF 5797-02

CNPJ: 17.312.897/0001-02
Código da Entidade: 0472-4

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	VARIACAO (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	-	11.990	(100,00)
1. Custeio da Gestão Administrativa	35.558	17.815	99,60
1.1. Receitas	35.558	17.815	99,60
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	13.975	7.666	82,30
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	13.540	5.741	135,85
Outras Receitas	8.043	4.408	82,48
2. Despesas Administrativas	35.558	29.805	19,30
2.1. Administração Previdencial	32.845	22.965	43,08
Pessoal e encargos	14.551	10.534	38,13
Treinamentos/congressos e seminários	289	156	72,44
Viagens e estadas	265	248	8,85
Serviços de terceiros	7.145	3.354	113,03
Despesas gerais	2.721	3.028	(10,14)
Depreciações e amortizações	6.138	4.804	25,70
Tributos	1.755	751	133,68
2.2. Administração dos Investimentos	2.713	6.890	-
Pessoal e encargos	2.457	3.728	-
Treinamentos/congressos e seminários	55	48	-
Viagens e estadas	34	61	-
Serviços de terceiros	-	838	-
Despesas gerais	137	767	-
Depreciações e amortizações	-	1.221	-
Tributos	-	187	-
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-	-	-
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobreinsuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	-	(11.990)	(100,00)
7. Constituição /Reversão do Fundo Administrativo (6)	-	(11.990)	(100,00)
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	-	-	-

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis e encontram-se disponíveis no portal da Funpresp-EXE (www.funpresp.com.br).


Ricardo Pena Probst
Diretor Presidente
CPF: 603.884.048-04


Tiago Nunes de Freitas Dahdah
Diretor de Investimentos
CPF: 844.765.521-68


Cleber Rafael Barros Dias
Diretor de Seguridade Substituto
CPF: 629.731.263-04


Marlene Karla Lucas Filho
Diretora de Administração
CPF: 458.308.794-72


José Luiz Barros Junior
Gerente de Contabilidade e Finanças
CPF: 745.294.719-34

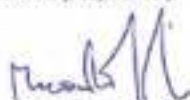

Reginaldo Guedes da Silva
Coordenador de Contabilidade
CPF: 605.561.181-20
CRC/DF 8797-02



PLANO EXECUTIVO FEDERAL
CNPB: 2013.0003-83
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

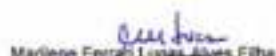
DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	VARIÇÃO (%)
1. Ativos	359.289	155.149	131,58
Disponível	0	0	-
Receível	19.441	11.522	68,73
Investimento	339.848	143.627	136,62
Títulos Públicos	242.533	124.099	-
Fundos de Investimentos	97.315	19.528	396,34
2. Obrigações	5.190	813	536,38
Operacional	5.190	813	536,38
3. Fundos não Previdenciais	-	-	-
Fundos Administrativos	-	-	-
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	354.099	154.336	129,43
Provisões Matemáticas	Nota 6.4 327.574	147.817	121,68
Fundos Previdenciais	Nota 6.4 26.125	6.519	300,75

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis e encontram-se disponíveis no portal da Funpresp-EXE (www.funpresp.com.br).


Ricardo Pena Pinheiro
Diretor Presidente
CPF: 803.884.046-04


Tiago Nunes de Freitas Dahdeh
Diretor de Investimentos
CPF: 844.755.521-68


Cleonir Rafael Barros Dias
Diretor de Seguridade Substituto
CPF: 629.721.263-04


Marileze Ferraz Lucas Alves Filha
Diretora de Administração
CPF: 456.308.794-72

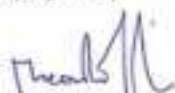

José Luis Barros Junior
Gerente de Contabilidade e Finanças
CPF: 745.294.719-34

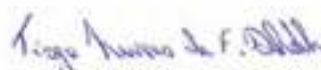

Reginaldo Guedes de Silva
Coordenador de Contabilidade
CPF: 505.661.181-20
CRC/DF 8797-02

PLANO EXECUTIVO FEDERAL
CNPB: 2013.0003-83
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO		31/12/2016	31/12/2015	VARIACÃO (%)
	A) Ativo Líquido - Início do Exercício	154.338	47.204	226,96
	1. Adições	231.555	121.366	90,79
(+)	Contribuições	200.338	100.974	82,17
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	31.217	11.391	174,05
	2. Destinações	(31.792)	(14.233)	123,37
(-)	Benefícios	(18.280)	(6.873)	165,97
(-)	Custo Administrativo	(13.512)	(7.360)	83,59
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	199.763	107.133	86,46
(+/-)	Provisões Matemáticas	180.157	106.829	70,23
(+/-)	Fundos Previdenciais	19.606	1.303	1.404,55
	B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	354.099	154.336	129,43
	C) Fundos não Previdenciais	-	-	-
(+/-)	Fundos Administrativos	-	-	-

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis e encontram-se disponíveis no portal da Funpresp-EXE (www.funpresp.com.br).


Ricardo Pena Pinheiro
Diretor Presidente
CPF: 603.854.046-04


Tiago Nunes de Freitas Oshida
Diretor de Investimentos
CPF: 844.755.521-68


Cícero Rafael Barros Dias
Diretor de Seguridade Substituto
CPF: 629.731.253-04


Marlene Ferrari Lucas Alves Filho
Diretora de Administração
CPF: 459.308.794-72


José Luis Barros Junior
Gerente de Contabilidade e Finanças
CPF: 745.294.719-34

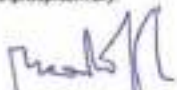

Reginaldo Guedes da Silva
Coordenador de Contabilidade
CPF: 505.561.181-20
CRC/DF 8797-02

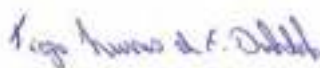


PLANO EXECUTIVO FEDERAL
 CNPS: 2013.0003-03
DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais)

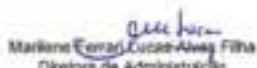
DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2016	VARIÇÃO (R\$)
Provisões Técnicas (1+2+3+4)	359.289	155.149	131,58
1. Provisões Matemáticas	327.974	147.817	121,86
1.1. Benefícios Concedidos	2.894	181	1.280,13
Benefício Definido	2.894	181	1.280,13
1.2. Benefício a Conceder	325.890	147.666	120,68
Contribuição Definida	286.776	125.000	131,66
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)	129.213	55.335	131,01
Saldo de Contas - Parcela Participantes	160.562	69.158	132,17
Benefício Definido	36.115	22.573	59,99
2. Equilíbrio Técnico	-	-	-
3. Fundos	26.125	6.519	300,75
3.1. Fundos Previdenciais	26.125	6.519	300,75
4. Exigível Operacional	5.190	813	538,38
4.1. Gestão Previdencial	5.190	813	538,38

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis e encontram-se disponíveis no portal da Funprosp-EXE (www.funprosp.com.br).


 Ricardo Pena Pinheiro
 Diretor Presidente
 CPF: 603.884.048-04


 Tiago Nunes de Freitas Daldari
 Diretor de Investimentos
 CPF: 844.755.521-68


 Cleonir Rafael Barros Dias
 Diretor de Seguridade Substituto
 CPF: 629.731.263-04


 Marlene Ferrari Luciao-Alves Filha
 Diretora de Administração
 CPF: 456.308.794-72


 José Luiz Romanzini
 Gerente de Contabilidade e Finanças
 CPF: 795.264.719-34

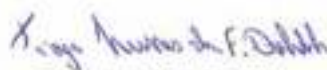

 Reginaldo Guadeiro Silva
 Coordenador de Contabilidade
 CPF: 605.561.181-20
 CRC/DF 8797-02

PLANO LEGISLATIVO FEDERAL
CNPB: 2013.0006-18
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	VARIACÃO (%)
1. Ativos	13.704	6.312	117,11
Disponível	-	-	-
Receivável	27	77	(64,94)
Investimento	13.677	6.235	119,36
Títulos Públicos	8.876	4.210	110,83
Fundos de Investimento	4.801	2.025	137,09
2. Obrigações	111	6	1.790,00
Operacional	111	6	1.790,00
3. Fundos não Previdenciais	-	-	-
Fundos Administrativos	-	-	-
4. Ativo Líquido (1-2-3)	13.593	6.306	115,56
Provisões Matemáticas	Nota 6.4 12.167	5.972	103,73
Fundos Previdenciais	Nota 6.4 1.426	334	326,95

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis e encontram-se disponíveis no portal da Funpresp-EKE (www.funpresp.com.br).


Ricardo Pena Pinheiro
Diretor Presidente
CPF: 603.884.046-04


Tiago Nunes de Freitas Dahdah
Diretor de Investimentos
CPF: 844.755.521-66


Cicero Rafael Barros Dias
Diretor de Seguridade Substituto
CPF: 629.731.263-04


Marlene Ferrari Luterzkyes Filha
Diretora de Administração
CPF: 406.308.794-72


José Luiz Barros Junior
Gerente de Contabilidade e Finanças
CPF: 346.234.719-34

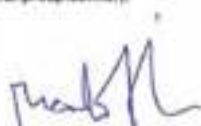

Reginaldo Guedes da Silva
Coordenador de Contabilidade
CPF: 505.561.181-20
CRCDF 8797-02



PLANO LEGISLATIVO FEDERAL
 CNPE: 2013.0006-18
 DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais)

	DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2016	VARIÇÃO (%)
	A) Ativo Líquido - Início do Exercício	8.308	1.897	232,42
	1. Adições	8.344	5.053	65,13
(+)	Contribuições	6.947	4.554	52,55
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.397	499	179,96
	2. Destinações	(1.957)	(844)	64,13
(-)	Benefícios	(593)	(336)	75,44
(-)	Custeio Administrativo	(464)	(306)	51,63
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	7.287	4.409	65,28
(+/-)	Provisões Matemáticas	6.195	4.351	42,38
(+/-)	Fundos Previdenciais	1.092	58	1.782,76
	B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	13.593	6.306	115,58
	C) Fundos não Previdenciais	-	-	-
(+/-)	Fundos Administrativos	-	-	-

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis e encontram-se disponíveis no portal da Funpresp-EXE (www.funpresp.com.br).


 Ricardo Pena Pinheiro
 Diretor Presidente
 CPF: 603.884.045-04


 Tiago Nunes de Freitas Dardah
 Diretor de Investimentos
 CPF: 844.755.521-68


 Cleber Rafael Barros Dias
 Diretor de Seguridade Substituto
 CPF: 629.731.263-04


 Marlene Ferraz Lucas-Alves Filho
 Diretora de Administração
 CPF: 456.308.794-72


 José Luiz Santos Junior
 Gerente de Contabilidade e Finanças
 CPF: 245.294.719-34


 Reginaldo Guedes da Silva
 Coordenador de Contabilidade
 CPF: 505.581.181-20
 CRC/Df 8797-02

DESCRIÇÃO	31/12/2014	31/12/2015	VARIACÃO (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4)	13.704	6.312	117,11
1. Provisões Matemáticas	12.167	5.972	103,73
1.1. Benefícios Concedidos	-	-	-
1.2. Benefício a Conceder	12.167	5.972	103,73
Contribuição Definida	10.916	5.007	119,01
Saldo de Contas - Parceira Patrocinador(es)	5.216	2.384	118,79
Saldo de Contas - Parceira Participantes	5.700	2.623	117,31
Benefício Definido	1.251	965	29,64
2. Equilíbrio Técnico	-	-	-
3. Fundos	1.426	334	326,95
3.1. Fundos Previdenciais	1.426	334	326,95
4. Exigível Operacional	111	6	1.750,00
4.1. Gestão Previdencial	111	6	1.750,00

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis e encontram-se disponíveis no portal da Funpresp-EXE (www.funpresp.com.br).



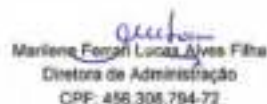
Ricardo Pena Pinheiro
Diretor Presidente
CPF: 603.854.046-04



Tiago Nunes de Freitas Dahdah
Diretor de Investimentos
CPF: 844.755.521-66



Cícero Rafael Barros Dias
Diretor de Seguridade Substituto
CPF: 629.731.263-04



Mariene Ferrari Lucena Alves Filho
Diretora de Administração
CPF: 456.308.794-72



Jossé Luiz Barros Junior
Gerente de Contabilidade e Finanças
CPF: 745.244.710-34



Reginaldo Gomes da Silva
Coordenador de Contabilidade
CPF: 505.561.181-20
CRC/DF 8797-02

Anexo II – Notas Explicativas

FUNPRESP – EXE - Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe) é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), que teve seu funcionamento aprovado pela Portaria MPS/PREVIC/DITEC nº 604, de 19 de outubro de 2012, sob o código nº 0472-4, constituída sob a forma de fundação privada, de natureza pública e autonomia administrativa, financeira e gerencial, com a finalidade de administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário complementar na modalidade de contribuição definida para os servidores públicos titulares de cargo efetivo da União, suas Autarquias e Fundações.

Atua como fundo multiplano e multipatrocinado, regido pela Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, que instituiu o regime previdenciário complementar para os servidores públicos federais e foi criada pelo Decreto nº 7.808, de 20 de setembro de 2012.

Os recursos administrados pela Funpresp-Exe são oriundos de contribuições das patrocinadoras, dos participantes e dos rendimentos das aplicações desses recursos, conforme disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 109, de 2001, e em Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

2. PLANOS ADMINISTRADOS

Os planos de benefícios são criados e mantidos para atender aos participantes e assistidos de cada uma das patrocinadoras, de acordo com seus respectivos regulamentos. Não respondem solidariamente entre si e todos os registros são segregados por plano de benefícios com as práticas e diretrizes contábeis mencionadas na **Nota 5**.

Cada plano de benefícios tem por objetivo pagar benefícios de caráter previdenciário, regidos por um Regulamento com um conjunto de direitos e obrigações, tendo como base, para identificação contábil, o registro do Cadastro Nacional de Plano de Benefício (CNPB) e possui independência patrimonial, contábil e financeira.



Página 10 de 33

FUNPRESP – EXE - Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Funpresp-Exe encerrou o exercício de 2016 com a administração de 02 planos de benefícios, tendo 185 patrocinadores no Plano Executivo Federal (ExecPrev) e 3 no Legislativo Federal (LegisPrev), classificados na modalidade de Contribuição Definida (CD), conforme apresentado a seguir:

Plano	CNPB	Modalidade	Patrocinadoras
ExecPrev	2013.0003-83	CD	Órgãos da administração direta, as autarquias e as fundações do Poder Executivo Federal.
LegisPrev	2013.0006-18	CD	Câmara dos Deputados, Senado Federal e Tribunal de Contas da União.

No ano de 2016, atingiu a marca de 36.188 participantes com inscrições homologadas, 7 assistidos e 188 patrocinadores, que recolhem mensalmente, como demonstra a tabela a seguir:

Plano	Patrocinadores		Participantes		Assistidos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
ExecPrev	185	183	35.920	21.359	7	5
LegisPrev	3	3	268	143	-	-
Total	188	186	36.188	21.502	7	5

3. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A contabilidade das entidades fechadas de previdência complementar possui procedimentos contábeis regulamentados por legislação específica, conforme normas abaixo relacionadas, diferenciando-se de outros ramos, inclusive das sociedades anônimas, pela sua especificidade, conceitos, legislação, procedimentos, normas e critérios aplicados:

- ✓ Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009, que dispõe sobre os critérios e limites para custeio das despesas administrativas pelas entidades fechadas de previdência complementar, vigente a partir de 1º de janeiro de 2010;

Página 11 de 33

**FUNPRESP – EXE - Fundação de Previdência Complementar do
Servidor Público Federal do Poder Executivo**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- ✓ Instrução SPC nº 34, de 24/09/2009, que estabelece normas específicas para os procedimentos contábeis, define a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis. A referida norma foi alterada pelas instruções a seguir:
 - ✓ Instrução MPS/PREVIC nº 05, de 08/09/2011, que altera e inclui contas na Planificação Contábil Padrão;
 - ✓ Instrução MPS/PREVIC nº 21, de 23/03/2015, que altera os prazos de envio das demonstrações contábeis e dos balancetes de dezembro de cada ano;
- ✓ Resolução CNPC nº 8, de 31/10/2011, que dispõe sobre os procedimentos contábeis em vigor a partir de 16 de dezembro 2011, que revogou a Resolução CGPC nº 28, de 26/01/2009 e a Resolução CNPC nº 1, de 03/03/2011, posteriormente alterada pela seguinte resolução:
 - ✓ Resolução nº 12, de 19 de agosto de 2013, que incluiu um novo demonstrativo, DPT – Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios, em substituição ao DOAP - Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios; e
- ✓ Resolução CFC nº 1.272/10, de 22/01/2010, que aprova a Interpretação Técnica - ITG 2001 das entidades fechadas de previdência complementar, estabelecendo critérios e procedimentos específicos para estruturação das demonstrações contábeis, para registro das operações e variações patrimoniais, bem como para o conteúdo mínimo das notas explicativas a serem adotadas pelas entidades fechadas de previdência complementar.

4. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Funpresp-Exe são de responsabilidade da sua Administração e observam as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e fiscalizadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e, quando aplicável, normas, interpretações e comunicados técnicos editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Compõem os demonstrativos contábeis:



Página 12 de 33

**FUNPRESP – EXE - Fundação de Previdência Complementar do
Servidor Público Federal do Poder Executivo**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanco Patrimonial Consolidado – evidencia, quantitativa e qualitativamente, de forma resumida, a posição patrimonial e financeira da Entidade em uma determinada data;

Demonstração Consolidada da Mutação do Patrimônio Social (DMPs) – mostra a composição dos elementos que provocaram as alterações ocorridas no patrimônio social do conjunto de planos de benefícios administrados pela Entidade;

Demonstração Consolidada do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) – demonstra a atividade administrativa da Entidade, evidenciando a alteração do fundo administrativo;

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DMAL) – evidencia as modificações sofridas pelo ativo líquido de cada plano de benefícios no exercício;

Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DAL) – evidencia os componentes patrimoniais de cada plano de benefícios; e

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT) – apresenta as provisões técnicas, que são a totalidade dos compromissos atuariais de cada plano de benefícios previdenciais administrados pela Entidade.

A contabilidade das EFPC é estruturada em gestões previdencial, administrativa e de investimentos, por planos de benefícios e pelo Plano de Gestão Administrativa (PGA), de acordo com a natureza e a finalidade das operações.

As Notas Explicativas às demonstrações contábeis são apresentadas separadamente por plano de benefícios e pelo PGA, sendo o plano ExecPrev e LegisPrev classificados na modalidade de contribuição definida e seus registros contábeis serão executados de forma segregada, possibilitando a apuração patrimonial e atuarial.

A Funpresp-Exe adota como procedimento padrão contábil a prática de discriminar, controlar e contabilizar todos os atos e fatos de forma segregada para cada Plano de Benefícios e para o Plano de Gestão Administrativa, respeitando a autonomia patrimonial de cada um, assegurando um conjunto de informações individualizadas, consistentes e transparentes.

Os procedimentos para consolidação das Demonstrações Contábeis da Funpresp-Exe seguem as normas estabelecidas pela Resolução CNPC nº 08/2011 e pela Instrução

Página 13 de 33

FUNPRESP – EXE - Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

MPS/SPC nº 34/2009 e representam a soma dos saldos das contas dos Planos de Benefícios ExecPrev, LegisPrev e do PGA.

A moeda funcional e de apresentação destas demonstrações contábeis é o Real (R\$) e os valores apresentados nas demonstrações contábeis estão arredondados em mil reais.

5. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas adotadas seguem princípios, métodos e critérios uniformes em relação às Demonstrações Contábeis do exercício social anterior, com exceção da alteração do critério de rateio para apuração da Administração de Investimentos, tratada no item 8.2.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e o exercício de julgamento por parte da sua administração no processo de aplicação de políticas contábeis, incluindo expectativas de eventos futuros que acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas, e os valores de realização somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As principais mensurações patrimoniais que utilizam estimativas ou julgamentos por parte da administração são: Provisões matemáticas (Benefícios Concedidos – pensões por morte e invalidez) e o Fundo de Cobertura de Benefícios Extraordinários (FCBE).

As principais práticas contábeis adotadas na Funpresp-Exe estão assim resumidas:

Previdencial – atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado dos planos de benefícios de natureza previdenciária;

Administrativa – atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios; e

Investimentos – atividade de registro e controle referentes à aplicação dos recursos dos planos de benefícios e do plano de gestão administrativa.

5.1. Contribuições Previdenciais

Os registros relativos às contribuições previdenciais dos participantes e patrocinadores são contabilizados pelo regime de competência, exceto as contribuições dos

**FUNPRESP – EXE - Fundação de Previdência Complementar do
Servidor Público Federal do Poder Executivo**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

autopatrocinados, contribuições facultativas e portabilidade, que são registradas pelo regime de caixa, ou seja, quando do efetivo recebimento financeiro.

5.2. Investimentos

No Grupo **Investimentos** são registrados todos os recursos garantidores das provisões matemáticas e dos fundos, bem como seus acréscimos e decréscimos, sem distinção de prazos e consoante o previsto nas políticas de investimentos dos planos de benefícios operados pela Entidade.

A Funpresp-Exe utiliza fundos de investimento multimercado exclusivos, como veículos de aplicações financeiras dos recursos dos planos na carteira terceirizada, administrados pelos cinco primeiros colocados na Concorrência 001/2014, BBOTVM - BB Gestão de Recursos e Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, Caixa Econômica Federal, Itaú Unibanco S.A., Western Asset Management Company Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda e Banco Santander Brasil S.A., bem como títulos públicos federais que compõem a carteira de investimento de gestão própria da Funpresp-Exe.

O valor da cota é calculado com base na avaliação patrimonial, que considera a classificação dos ativos nas categorias previstas pela Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, quais sejam: (i) títulos para negociação; e (ii) títulos mantidos até o vencimento. Em 2016 a carteira terceirizada foi integralmente composta por títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação" e, portanto, foram contabilizados conforme o respectivo valor de mercado. Por sua vez, a gestão própria possui títulos públicos federais classificados tanto na categoria "títulos para negociação" quanto na categoria "títulos mantidos até o vencimento" e, respectivamente, foram contabilizados conforme o seu valor de mercado ou conforme o custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

5.3. Custódia

Em conformidade com o disposto no art. 14 da Resolução CMN nº 3.792, de 2009, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar, os recursos da Funpresp-Exe contam com serviço de custódia qualificada e controladoria.

Página 16 de 33

FUNPRESP – EXE - Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Santander Securities Services, vencedor da concorrência pública nº 06/2015, é a empresa atualmente responsável pelo processamento e controladoria dos Fundos Exclusivos e da carteira consolidada da Funpresp-Exe. O processamento das carteiras é diário.

5.4. Permanente

As despesas de elaboração e implantação dos Planos ExecPrev e LegisPrev, bem como de implantação da própria Entidade, foram registradas no Imobilizado Intangível e estão sendo amortizadas mensalmente.

5.5. Exigível Operacional

Estão demonstrados os valores a pagar conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos correspondentes e incluem as obrigações referentes aos gastos com benefícios devidos aos participantes e valores a pagar de contribuições para custeio do Plano de Gestão Administrativa (PGA).

5.6. Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas equivalem ao compromisso atual do plano de benefícios para com seus participantes e assistidos, devidamente constituídas com base nas notas técnicas atuariais dos planos, sob responsabilidade do atuário legalmente habilitado, sendo formado por:

Benefícios Concedidos - compromissos já assumidos pelo plano em favor de seus assistidos; e

Benefícios a Conceder - compromissos esperados com seus participantes que ainda não entraram em gozo de benefícios.

5.7. Fundos

Registra valores com regras específicas de constituição e destinação, conforme a seguir:

Previdencial – sua constituição ocorre por determinação das premissas atuariais para determinados fins; e



Página 16 de 33

**FUNPRESP – EXE - Fundação de Previdência Complementar do
Servidor Público Federal do Poder Executivo**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Administrativo - sua constituição é gerada pelas sobras da gestão administrativa e dos rendimentos dos investimentos. Sua finalidade é garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da Entidade.

5.8. Plano de Gestão Administrativa (PGA)

Com regulamento próprio, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade em 2013, tem por finalidade estabelecer regras, normas e critérios a serem adotados na aplicação dos recursos à gestão administrativa da Entidade.

Todos os registros do PGA são escriturados em balancete exclusivo, respeitando sua autonomia patrimonial e assegurando um conjunto de informações consistentes e transparentes.

5.9. Custeio Administrativo

Representa o conjunto de recursos destinados à cobertura dos gastos realizados pela Entidade na administração dos planos de benefícios, por meio do Plano de Gestão Administrativa (PGA), das quais destacam-se:

Custeio Administrativo Previdencial (taxa de carregamento e taxa de administração) – percentual de 7% incidente sobre as contribuições previdenciais arrecadadas mensalmente nos planos e 0% incidente sobre os recursos patrimoniais investidos, observados os respectivos regulamentos e planos de custeio; e

Contribuição Administrativa – percentual incidente sobre o benefício.

Utilização da Reserva Financeira – registro da utilização dos recursos oriundos da antecipação de contribuições futuras, de que trata o art. 25, da Lei nº 12.618/2012, no fluxo de pagamentos do Plano de Gestão Administrativa.

5.10. Aspectos Tributários

Os valores referentes ao PIS e à COFINS são calculados mensalmente, de acordo com as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, sobre o somatório das receitas administrativas da Entidade e o resultado das aplicações do fundo administrativo, conforme Instrução Normativa SRF nº 1.285, de 13/08/2012.

A TAFIC – Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar é recolhida quadrimestralmente à Previc, calculada com base nos recursos garantidores de cada plano

Página 17 de 33

FUNPRESP – EXE - Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de benefícios administrado pela Entidade, de acordo com a Instrução MPS/Previc nº 03, de 10/10/2012.

As entidades fechadas de previdência complementar estão isentas de imposto de renda pessoa jurídica, desde janeiro de 2005, de acordo com a Lei nº 11.053, de 29/12/2004.

5.11. Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez

Na gestão de riscos de mercado, a Entidade utiliza a metodologia estatística de Valor em Risco (Value at Risk - VaR), que estabelece a perda potencial máxima de um dia dado um intervalo de confiança.

Segundo as políticas de investimentos dos planos de benefícios da Funpresp-Exe, os fundos de investimentos nos quais os recursos são aplicados não podem apresentar, em sua parcela de renda fixa, VaR superior a 2% ao dia em relação à exposição nesse segmento e, em sua parcela de renda variável, B-VaR superior a 3% ao dia em relação à exposição nesse segmento. E, em relação a Carteira Consolidada de Fundos, VaR superior a 2% em relação ao total de volume de recursos alocados em Fundos de Investimentos.

No caso do risco de crédito, as políticas de investimentos estabelecem que a Funpresp-Exe se limitará a investir em títulos e valores mobiliários de renda fixa de instituições financeiras e não-financeiras classificadas como baixo risco de crédito e realizará a avaliação e o acompanhamento do risco de crédito com base em análise, própria ou de terceiros, tendo como subsídio mínimo, mas não se limitando a tais avaliações, ratings estabelecidos por agências classificadoras de risco de crédito em funcionamento no País, sempre respeitando os limites e as restrições legais.

A Funpresp-Exe também gerencia o risco de liquidez da carteira mantendo um percentual mínimo de seus recursos totais em ativos de liquidez imediata em função das suas projeções de caixa para cobertura de benefícios não-programados.



Página 18 de 33

**FUNPRESP – EXE - Fundação de Previdência Complementar do
Servidor Público Federal do Poder Executivo**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir mostra a distribuição de recursos por Plano, segundo a modalidade de liquidez (R\$ mil):

Modalidades ¹	Plano ExecPrev	Plano LegisPrev	PGA	Consolidado
a) Liquidez imediata ²	31.835	1.549	21.269	54.653
b) Ativos líquidos	65.266	3.220	27.959	96.445
c) Ativos semilíquidos	2.630	130	1.126	3.886
d) Ativos pouco líquidos	-	-	-	-
e) Ativos ilíquidos	240.117	8.779	11.526	260.424
Totais	339.848	13.678	61.882	415.408

(1) Modalidades:

- a) Liquidez imediata: ativos que podem ser vendidos imediatamente, sem deságio considerável (incluem-se operações compromissadas, LFT MtM e disponibilidades).
- b) Ativos líquidos: possuem vencimento ou podem ser vendidos, sem ou com baixo deságio, em até 30 dias.
- c) Ativos semilíquidos: possuem vencimento ou podem ser vendidos, sem ou com baixo deságio, entre 30 e 90 dias.
- d) Ativos pouco líquidos: possuem vencimento ou podem ser vendidos, sem ou com baixo deságio, entre 90 e 360 dias.
- e) Ativos ilíquidos: possuem vencimento, ou podem ser vendidos, sem ou com baixo deságio, acima de 360 dias (incluem-se títulos HTM com prazo de vencimento acima de 360 dias).

(2) Liquidez imediata inclui o saldo do disponível.

**FUNPRESP – EXE - Fundação de Previdência Complementar do
Servidor Público Federal do Poder Executivo**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. ABERTURA DAS PRINCIPAIS CONTAS CONTÁBEIS

6.1. Realizável

A tabela a seguir mostra os saldos do realizável por Plano (R\$ mil):

Plano	2016	2015
GESTÃO PREVIDENCIAL	19.468	11.599
ExecPrev	19.441	11.522
LegisPrev	27	77
GESTÃO ADMINISTRATIVA	31.918	18.029
PGA	31.918	18.029
INVESTIMENTOS	415.407	213.979
Totais	466.793	243.607

i. Gestão Previdencial

Ressalta-se o item recursos a receber no valor de R\$ 19.468 mil que registra as contribuições normais e as extraordinárias mensais a serem recebidas em janeiro/2017, referente ao mês de 12/2016, e resíduos de contribuições sobre o 13º salário.

ii. Gestão Administrativa

O valor de **R\$ 31.918 mil** refere-se: ao custeio administrativo que será repassado dos planos de benefícios para o Plano de Gestão Administrativa, referente ao mês de 12/2016 no valor de **R\$ 1.365 mil**; à utilização e atualização monetária, pelo IPCA, da reserva financeira para cobertura do resultado do Plano de Gestão Administrativa, no valor de **R\$ 30.364 mil** e às antecipações de Férias, rescisões contratuais e pagamento de seguro para dirigentes (D&O), no valor de **R\$ 189 mil**.

iii. Investimentos

Os investimentos financeiros da Funpresp-Exe, no valor de **R\$ 415.407 mil**, são administrados por meio de uma carteira própria de investimentos, administrada pela Funpresp-Exe, composta por **R\$ 271.602 mil** em Títulos Públicos Federais, e de uma carteira terceirizada de Fundos Multimercado, no valor de **R\$ 143.805 mil**.

**FUNPRESP – EXE - Fundação de Previdência Complementar do
Servidor Público Federal do Poder Executivo**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A carteira terceirizada é composta pelos fundos de investimento administrados pela Caixa Econômica Federal (FI FUNPRESP MULT – CNPJ 08.070.830/0001-05), pelo Banco do Brasil (FI BB FUNPRESP MULTI – CNPJ 17.945.571/0001-00), pelo Banco Itaú (FI ITAÚ FUNPRESP MULTI – CNPJ 21.454.757/0001-25), pelo Banco Santander (FI SANTANDER FUNPRESP MULTI – CNPJ 20.977.649/0001-74) e pela gestora de recurso Western Asset Management (FI WESTERN ASSET FUNPRESP MULTI CNPJ - 20.155.943/0001-09) seguindo as orientações constantes nas políticas de investimentos dos planos de benefícios administrados pela Entidade.

As aplicações nos fundos de investimento exclusivos são registradas no momento inicial ao custo de aquisição, e são atualizados pelo valor da cota de fechamento diário divulgado pelos respectivos administradores, como pode ser visto na tabela a seguir:

**FUNPRESP – EXE - Fundação de Previdência Complementar do
Servidor Público Federal do Poder Executivo**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição consolidada da carteira de investimentos da Funpresp-Exe:

Ativo (R\$ mil)	2016	%	2015	%
I – CARTEIRA TERCEIRIZADA	143.805	34,62%	80.535	37,63%
FI WESTERN FUNPRESP	46.067	11,09%	17.425	8,14%
TPF a mercado (TN)**	46.047		17.438	
Provisões	20		(13)	
FI SANTANDER FUNPRESP	34.815	8,38%	13.651	6,38%
TPF a mercado (TN)**	29.346		13.695	
Operações compromissadas	5.452			
Provisões	17		(44)	
FI BB FUNPRESP	30.285	7,29%	18.281	8,54%
TPF na curva (TMV)*	-		-	
TPF a mercado (TN)**	22.281		13.180	
Títulos privados	-		-	
Operações compromissadas	5.009		3.025	
Ações	2.949		2.065	
Provisões	26		11	
FI CAIXA FUNPRESP	24.708	5,95%	19.148	8,95%
TPF na curva (TMV)*	-		-	
TPF a mercado (TN)**	21.018		14.325	
Operações compromissadas	3.543		3.360	
Ações	134		1.483	
Provisões	13		(20)	
FI ITAÚ FUNPRESP	7.950	1,91%	12.030	5,62%
TPF a mercado (TN)**	7.141		10.062	
Ações	803		2.031	
Provisões	6		(63)	
II - CARTEIRA PRÓPRIA FUNPRESP	271.602	65,38%	133.444	62,37%
NTN na curva (TMV)*	260.424		132.600	
LFT a mercado (TN)**	11.178		844	
Total dos Investimentos	415.407	100,00%	213.979	100,00%

* (TMV): títulos mantidos até o vencimento.

** (TN): títulos para negociação.

Página 22 de 33

**FUNPRESP – EXE - Fundação de Previdência Complementar do
Servidor Público Federal do Poder Executivo**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6.2. Permanente

As despesas de elaboração e implantação da Entidade foram registradas no Imobilizado Intangível e estão sendo amortizadas, como demonstra a tabela a seguir:

Composição do Permanente:

Descrição	2016	2015
PERMANENTE	7.251	13.021
Imobilizado	809	653
Intangível	6.442	12.368
Gastos c/ implantação/desenvolvimento	6.442	12.368

A variação do Intangível refere-se a amortização realizada no ano.

6.3. Exigível Operacional

A tabela a seguir mostra os saldos do exigível operacional por Plano (R\$ mil):

Plano	2016	2015
GESTÃO PREVIDENCIAL (I)	5.301	819
ExecPrev	5.190	813
LegisPrev	111	6
GESTÃO ADMINISTRATIVA (II)	101.059	95.198
PGA	101.059	95.198
Totais	106.360	96.017

I. Gestão Previdencial

No Plano ExecPrev temos o valor de **R\$ 1.361 mil** referente à provisão da taxa de carregamento normal de dez/16 e do 13º salário; o valor de **R\$ 51 mil** para pagamento de pensões, retenções de IR e portabilidade; provisão de nov/16 e dez/16 para pagamento de Prêmio de Seguro no valor de **R\$ 3.778 mil**, para proteção ao risco de invalidez e morte dos participantes.






Página 23 de 33

**FUNPRESP – EXE - Fundação de Previdência Complementar do
Servidor Público Federal do Poder Executivo**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor a pagar de **R\$ 111 mil** no Plano LegisPrev, refere-se a provisão de nov/16 e dez/16 para pagamento de Prêmio de Seguro, para proteção ao risco de invalidez e morte dos participantes.

II. Gestão Administrativa

Compõem a rubrica contas a pagar os valores relativos aos salários dos funcionários e aos serviços de terceiros, os ressarcimentos dos custos dos servidores públicos cedidos e do apoio prestado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão à Funprep-Exe, nos termos dos artigos 7º e 9º do Decreto nº 7.808/2012, provisionados neste item, além de outros relacionados à administração dos planos de benefícios.

Do total de **R\$ 101.059 mil**, destaca-se o adiantamento de contribuições futuras, necessário ao regular funcionamento inicial da Entidade, realizado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal e pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 25 da Lei nº 12.618/2012.

O valor original de **R\$ 73.835 mil**, detalhado na tabela a seguir, foi atualizado monetariamente, utilizando o Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), passando a representar **R\$ 96.142 mil** em 31/12/2016.

A atualização do adiantamento segue os critérios estabelecidos nos Termos de Compromissos assinados entre a Funprep-Exe e as Casas do Poder Legislativo, que estabelecem as condições e prazos para a compensação ou pagamento da antecipação de contribuições. O lançamento da atualização monetária transitou pelo Resultado do Plano de Gestão Administrativa e foi reclassificado como "Despesas Antecipadas", sem incidência de PIS/COFINS.



**FUNPRESP – EXE - Fundação de Previdência Complementar do
Servidor Público Federal do Poder Executivo**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Aportes dos Patrocinadores para Funpresp-Exe a título de adiantamento de contribuições futuras (R\$ mil)

Data	Patrocinador	Plano de Benefícios	Aporte Nominal	Valor Atualizado até 31/12/2016
18/02/2013	Poder Executivo	ExecPrev	48.835	63.942
21/05/2013	Senado Federal	LegisPrev	8.600	11.095
08/08/2013	TCU	LegisPrev	4.300	5.538
18/08/2013	Câmara dos Deputados	LegisPrev	12.100	15.567
Totais:			73.835	95.142

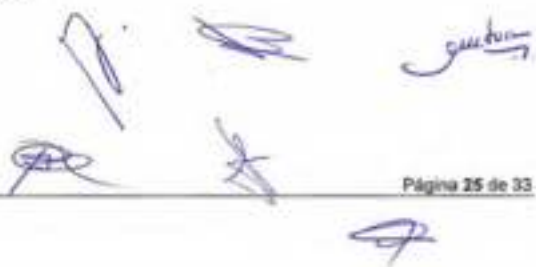
Sobre o valor da utilização da Reserva Financeira, lançada no resultado do Plano de Gestão Administrativa como receita, que totalizou **R\$ 7.689 mil** em 2016, foi pago o valor total de **R\$ 358 mil** referente ao PIS/COFINS.

6.4. Provisões Matemáticas, FCBE e Fundo Previdencial

De acordo com os regulamentos dos planos de benefícios, a Lei nº 12.618/2012 e o art. 3º da Resolução CGPC/MPS nº 16, de 2005, o Plano ExecPrev e o LegisPrev são estruturados na modalidade de plano de Contribuição Definida (CD). Nessa modalidade, os benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios.

Tais planos preveem ainda um Fundo de Cobertura de Benefícios Extraordinários (FCBE), de natureza coletiva, para cobertura de benefícios não programados ou de risco, tais como invalidez, pensão por morte, sobrevivência e aposentadorias especiais, composto por parcela da contribuição do participante e do patrocinador.

O plano de custeio para o plano previdenciário, proposto por meio da avaliação atuarial de 2016, está descrito na tabela a seguir:



Página 25 de 33

**FUNPRESP – EXE - Fundação de Previdência Complementar do
Servidor Público Federal do Poder Executivo**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Plano de Benefícios	ExecPrev	LegisPrev
Total (8,5% + 8,5%)	Contribuição 17,00%	
Fundo de Cobertura de Benefícios Extraordinários (FCBE)	3,66%	4,03%
Aporte Extraordinário de Aposentadoria Normal (AEAN)	0,69%	0,74%
Aporte Extraordinário de Aposentadoria por Invalidez (AEAI)	1,02%	0,78%
Aporte Extraordinário por Morte do Participante Ativo (AEMA)	0,54%	0,78%
Aporte Extraordinário por Morte do Participante Assistido (AEMAa)	0,00%	0,05%
Benefício por Sobrevivência do Assistido (BSA)	0,95%	0,99%
Oscilação de Risco (OR)	0,40%	0,69%
Taxa de Carregamento	1,19%	1,19%
Reserva Acumulada pelo Participante (RAP)	12,15%	11,78%
Total (8,0% + 8,0%)	Contribuição 16,00%	
Fundo de Cobertura de Benefícios Extraordinários (FCBE)	3,66%	4,03%
Taxa de Carregamento	1,12%	1,12%
Reserva Acumulada pelo Participante (RAP)	11,22%	10,85%
Total (7,5% + 7,5%)	Contribuição 15,00%	
Fundo de Cobertura de Benefícios Extraordinários (FCBE)	3,66%	4,03%
Taxa de Carregamento	1,05%	1,05%
Reserva Acumulada pelo Participante (RAP)	10,29%	9,92%

O FCBE poderá, eventualmente, apresentar desequilíbrios atuariais, positivos ou negativos, caso as hipóteses biométricas, demográficas, financeiras e econômicas não se confirmem no longo prazo. Portanto, este fundo coletivo pode ser a única forma possível de desequilíbrio atuarial e, neste caso, o custeio dos benefícios não programados deverá ser alterado por ocasião da aprovação do plano de custeio anual, modificando por consequência a parcela da contribuição destinada às contas individuais (RAP – Reserva Acumulada do Participante), uma vez que o custeio dos planos está limitado em 17% de contribuição, do participante (8,5%) e patrocinador (8,5%), para constituição de todos os benefícios previdenciários dos planos.

Adicionalmente, o custeio do FCBE foi definido considerando uma margem de segurança estatística, chamado de Fundo de Oscilação de Riscos (FOR), aumentando, portanto, a probabilidade de solvência do referido fundo coletivo.

Página 26 de 33

**FUNPRESP – EXE - Fundação de Previdência Complementar do
Servidor Público Federal do Poder Executivo**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores registrados nessas rubricas constam das Demonstrações Atuariais (DA) e na Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT). O parecer elaborado pelo atuário está em consonância com a planificação contábil em vigor.

Demonstramos a seguir as provisões matemáticas por plano de benefícios, ressaltando-se que os valores referentes ao FCBE estão no grupo contábil de Benefício Definido (R\$ mil):

Plano	2016	2015
Plano ExecPrev		
Provisões Matemáticas	327.974	147.816
Benefícios Concedidos	2.084	151
Benefícios a Conceder	325.890	147.665
Contribuição Definida	289.776	125.092
Benefício Definido Não programado (FCBE)	36.114	22.573
Fundos Previdências	26.125	6.519
Reversão de saldo exigência regulamentar	624	314
Outros – Previstos em Nota técnica atuarial	25.501	6.205
Patrimônio Social – ExecPrev	354.099	154.335
Plano LegisPrev		
Provisões Matemáticas	12.167	5.972
Benefícios a Conceder	12.167	5.972
Contribuição Definida	10.916	5.007
Benefício Definido Não programado (FCBE)	1.251	965
Fundos Previdências	1.426	334
Outros – Previstos em Nota técnica atuarial	1.426	334
Patrimônio Social – LegisPrev	13.593	6.306
Fundo Administrativo	-	-
Patrimônio Social – CONSOLIDADO	367.692	160.641



Página 27 de 33

**FUNPRESP – EXE - Fundação de Previdência Complementar do
Servidor Público Federal do Poder Executivo**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os regimes financeiros de um plano previdenciário determinam a forma adotada para o financiamento dos benefícios, ou seja, como serão quantificadas as contribuições necessárias face aos fluxos de pagamento de benefícios e demais despesas previstas para o plano. O dimensionamento das reservas matemáticas e do fundo previdencial é função do regime financeiro adotado, que podem ser: repartição simples, repartição de capitais de cobertura ou capitalização.

A escolha do regime financeiro estabelece a maneira pela qual serão obtidos os recursos para o pagamento dos benefícios previdenciais. Portanto, cada benefício do plano pode possuir um regime financeiro específico que seja mais adequado às características dos riscos associados. Nos Planos ExecPrev e LegisPrev são adotados os regimes financeiros de capitalização e de capital de cobertura.

No regime financeiro de Repartição de Capital de Cobertura existe constituição de provisões matemáticas apenas para os benefícios concedidos e no momento da concessão. Dessa forma, o custeio para o financiamento dos benefícios avaliados por este regime é determinado em função das reservas necessárias correspondentes aos benefícios iniciados em determinado ano, não havendo formação de reservas de benefícios a conceder.

Em outras palavras, as contribuições pagas por todos os participantes do plano, em um determinado período, deverão ser suficientes para constituir as provisões matemáticas de benefícios concedidos decorrentes dos eventos ocorridos neste mesmo período. Portanto, nesse regime cobra-se contribuição no ano suficiente para fundar as reservas matemáticas dos benefícios que se iniciarão naquele mesmo ano.

Dessa forma, em não ocorrendo os sinistros previstos, não haverá necessidade de provisionamento de reservas e as contribuições arrecadadas serão destinadas ao Fundo Previdencial para posterior destinação.

Já o Regime Financeiro de Capitalização pressupõe-se o financiamento gradual do custo dos benefícios futuros durante a vida laboral do participante, de forma individual ou agregada, de acordo com o benefício. Portanto, há formação de provisões matemáticas desde a adesão do participante ao plano, constituindo-se reservas de benefícios concedidos e de benefícios a conceder.

Nesse regime, há utilização de hipóteses e premissas atuariais relacionadas sobretudo à sobrevivência dos participantes e à taxa de juros que rentabilizará o patrimônio do plano.

Página 28 de 33

**FUNPRESP – EXE - Fundação de Previdência Complementar do
Servidor Público Federal do Poder Executivo**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Assim, sempre que tais premissas não se confirmarem haverá ganhos/perdas atuariais no plano. Por exemplo, caso a taxa real de rentabilidade efetiva do plano seja superior à premissa de juro utilizada, o valor do património do plano crescerá em maior proporção que as provisões matemáticas, gerando, dessa forma, ganhos atuariais destinados ao Fundo Previdencial.

Por outro lado, caso a rentabilidade dos investimentos for aquém da premissa de juro, as provisões matemáticas crescerão em nível relativo superior ao património do plano. Nessa condição, haverá perda atuarial que deverá ser recuperada com recursos do Fundo Previdencial ou com o reescalonamento das contribuições, destinando no ano seguinte mais contribuições ao FCBE em detrimento das contas individuais dos participantes.

Adicionalmente, as provisões matemáticas do FCBE são atualizadas mensalmente pelo método de recorrência e, anualmente, recalculadas de acordo com a metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial. Dessa forma, em virtude do recálculo com a real base de dados cadastrais, poderá haver diferença entre este valor e o apurado até então por recorrência.

Com o recálculo decorrente da avaliação atuarial anual dessas Provisões Matemáticas, correspondentes aos benefícios concedidos e a conceder avaliados pelo regime de capitalização, as Provisões Matemáticas do FCBE tiveram uma redução em dezembro/16 de R\$ 3,44 milhões decorrente da apuração com dados cadastrais atualizados.

Portanto, dado o património do plano, a redução das provisões matemáticas gerou ganho atuarial onde tais recursos foram realocados ao Fundo Previdencial, que cresceu R\$ 4,15 milhões, considerando a mencionada realocação e o resultado previdencial apurado.

O Fundo Previdencial do FCBE também é utilizado como fonte de recursos para pagamento dos prêmios decorrentes da terceirização dos riscos, via companhia seguradora, dos riscos de invalidez e morte, bem como destinação dos recursos provenientes do excedente técnico e de indenizações recebidas relacionados ao contrato com a seguradora.

Em Ago/2016, foi realizado o retorno do excedente técnico firmado pelo Contrato nº 08/2014, no valor de R\$ 2,37 milhões, de forma proporcional no FCBE, para cobertura de invalidez e pensão por morte.

As principais premissas utilizadas na avaliação atuarial, que consiste num estudo técnico no qual são mensurados os recursos necessários para a cobertura dos benefícios

**FUNPRESP – EXE - Fundação de Previdência Complementar do
Servidor Público Federal do Poder Executivo**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

oferecidos pelos planos, sobretudo dos benefícios de risco cobertos pelo FCBE, estão demonstradas a seguir:

Hipóteses Atuariais

Hipótese	Valor
*Taxa de Juros Real/FCBE-BD	4,41%
Tábua de Mortalidade	RP2000 Geracional
Tábua de Entrada em Invalidez	Funpresp-Exe segmentada por sexo construída a partir da experiência observada de entrada em invalidez dos Servidores Públicos Federais
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Experiência do Regime Geral de Previdência Social – RGPS segmentada por sexo, construída por Ribeiro (2006) ¹

* Para RAP/RAS utiliza-se o índice de referência de (IPCA + 4% aa).

Em relação à taxa de juros real, conforme os cálculos realizados e as projeções econômicas, calculamos uma Taxa Interna de Retorno (TIR) dos fluxos atuariais de 3,52% e 4,63% ao ano para os planos LegisPrev e ExecPrev, respectivamente, e verificamos uma rentabilidade real de longo prazo em torno de 4,51% ao ano. Cabe salientar que sobre esse valor ainda há volatilidade que pode comprometer o atingimento desse retorno, sobretudo quando se projeta períodos tão longínquos.

Além disso, pelos valores calculados de Duração do Passivo e de acordo com a Portaria Previc nº 186, de 28 de abril de 2016, a hipótese de juro real a ser adotada na avaliação atuarial de 2016 nos planos de Benefício Definido (BD) ou planos de Contribuição Definida (CD) com parcela em BD (no caso o FCBE) deve estar dentro do intervalo compreendido entre 4,41% (limite inferior) e 6,70% (limite superior).

Cabe salientar que a determinação do referido intervalo leva em conta a média dos últimos três anos das Estruturas a Termo de Taxa de Juros – ETTJ diárias baseadas nos títulos públicos federais indexados ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA.

Não obstante, de acordo com a Resolução CGPC nº 18/2006, a taxa de juros real anual, a ser utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de benefícios e contribuições de um plano de benefícios, corresponderá ao valor esperado da

¹ Ribeiro, A. J. F. Um estudo sobre a mortalidade dos aposentados por invalidez do RGPS. Tese – CEDEPLAR, UFMG, 2006.

**FUNPRESP – EXE - Fundação de Previdência Complementar do
Servidor Público Federal do Poder Executivo**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

rentabilidade futura de seus investimentos, apesar do intervalo da Portaria 186/2016 considerar como referência a ETTJ média dos últimos três anos.

Neste cenário, consideramos mais prudente e conservador a manutenção da atual taxa de juros real dos planos de benefícios de 4,00% ao ano, dado que se trata de um plano novo, com grande volume de novas contribuições e adesões, baseados na TIR calculada por meio dos fluxos atuariais e nas expectativas de rentabilidades futuras do plano de benefícios.

Dessa forma, realizamos consulta à Superintendência de Previdência Complementar – PREVIC, em 21/02/2017, solicitando concordância do órgão fiscalizador sobre a interpretação da Fundação de manutenção da taxa de 4,00% ano. No entanto, a superintendência indeferiu nossa solicitação. Portanto, para o cumprimento dos limites estabelecidos pela Portaria Previc nº 186/2016, adotamos o valor da taxa de juros reais de 4,41% ao ano para apuração dos compromissos do plano, taxa dentro do intervalo mais próxima da taxa até então utilizada pela Entidade.

Para os benefícios programados, cujas contas são de natureza individual, tais hipóteses atuariais não são utilizadas para apuração das obrigações dos planos junto a seus participantes, mas apenas para o cálculo e recálculo dos benefícios por equivalência atuarial. Portanto, tais benefícios de prestação continuada têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante e/ou assistido, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.

O monitoramento constante das hipóteses e premissas adotadas tem como objetivo principal garantir aderência da população de participantes e assistidos às características dos planos de benefícios. Os Planos ExecPrev e o LegisPrev iniciaram suas operações em 04/02/2013 e 07/05/2013, respectivamente.

7. PARTES RELACIONADAS

Os recursos financeiros da Funpresp-Exe estão sendo administrados pelas entidades mencionadas no item 5.2.

Em atendimento ao que determina o item 17, da Resolução CFC nº 1.297, de 2010, informamos que os custos com a remuneração total atribuída ao pessoal chave da

 Página 31 de 33

FUNPRESP – EXE - Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

administração (Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal) foi de R\$ 2.807 mil no ano de 2016.

8. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

8.1 Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

Neste demonstrativo podemos observar os valores que contribuíram para o acréscimo ou decréscimo do patrimônio social.

A superação da meta de adesões, que atingiu 36.188 em dezembro/2016, impactou no aumento de 88,3% do número de participantes, resultando no aumento de 80,9% no volume de contribuições previdenciais relativamente a 2015. O resultado das contribuições, juntamente com o excelente resultado de aplicações financeiras da Carteira de Investimentos de 17,12%, resultaram na ampliação de 91,47% no item 1 – Adições, totalizando R\$ 261.482 mil.

Já as Destinações tiveram ampliação de 47,05% no mesmo período, atingindo R\$ 54.431 mil. No item Benefícios, que representa R\$ 18.873 mil, destaca-se o montante R\$ 18.241 mil relativos ao pagamento dos prêmios de seguro (ativo normal e ativo alternativo), que garantem a cobertura dos riscos de invalidez e morte dos Participantes.

Já o item Despesas Administrativas totalizou R\$ 35.558 mil em 2016, com ampliação de 19,30% relativamente a 2015.

Com isso, o Patrimônio Social atingiu R\$ 367.692 mil em 2016, com ampliação de 126,89%.

8.2 Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA

Este demonstrativo apresenta toda movimentação das contas administrativas da Entidade.

Observa-se que as receitas de Contribuição para Custeio Administrativo (taxa de carregamento) e o Resultado de Investimentos, variaram 82,3% e 135,85%, respectivamente, substancialmente acima da variação do total das Despesas Administrativas, que foi de 19,3%.

No item Outras Receitas, a utilização da Reserva Financeira representa R\$ 7.689 mil e as Receitas de Pró-Labore e outras receitas administrativas representam R\$ 354 mil.

Página 22 de 33

**FUNPRESP – EXE - Fundação de Previdência Complementar do
Servidor Público Federal do Poder Executivo**

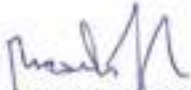
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Reserva Financeira é o saldo da Antecipação de Contribuições, de que trata o Art.25, da Lei nº 12.618/2012, e sua utilização complementa o valor necessário para igualar o total de despesas e receitas no resultado anual do PGA.

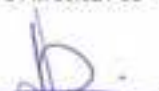
Por fim, houve mudança de critério contábil impactando no rateio dos gastos com Administração de Investimentos a partir de 2016, quando optou-se por alocar apenas os gastos diretamente identificados à Diretoria de Investimentos, tendo em vista a pequena representatividade da sua equipe, o que implica em pequeno comprometimento de despesas administrativas. Até 2015 também eram alocados na Administração de Investimentos parte das despesas administrativas gerais.


Ricardo Pena Pinheiro
Diretor Presidente
CPF: 603.884.045-04


Tiago Nunes de Freitas Dahdah
Diretor de Investimentos
CPF: 844.755.521-68


Cicero Rafael Barros Dias
Diretor de Seguridade Substituto
CPF: 629.731.263-04


Marilene Ferrari Lucas Alves Filha
Diretora de Administração
CPF: 456.308.794-72


José Luiz Barros Júnior
Gerente de Contabilidade e Finanças
CPF: 745.294.719-34


Reginaldo Guedes da Silva
Coordenador de Contabilidade
CPF: 505.561.181-20
CRC/DF 8797-02

Anexo III – Parecer Atuarial – ExecPrev

**PARECER ATUARIAL****PLANO DE BENEFÍCIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS
DO PODER EXECUTIVO – Plano Executivo Federal****CNPB nº 2013.0003-83**

Parecer Atuarial referente à avaliação atuarial de encerramento do exercício social de 2016 do Plano Executivo Federal administrado pela Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – FUNPRESP-EXE

Atuário Responsável

Cícero Rafael Barros Dias
MIBA 1348

Março/2017



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. OBJETIVO.....	3
3. CARACTERÍSTICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS.....	3
4. REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTOS.....	4
5. HIPÓTESES ATUARIAIS.....	6
6. BASE CADASTRAL.....	8
7. EVOLUÇÃO DOS CUSTOS.....	8
8. RENTABILIDADE DO PLANO.....	10
9. RISCOS ATUARIAIS.....	10
10. PROVISÕES MATEMÁTICAS E FUNDOS PREVIDENCIAIS.....	11
11. PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO E RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	13
12. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	14

Página 2 de 14

Fundação de Previdência Complementar do Serviço Público Federal do Poder Executivo – Funpresp-Est



1. INTRODUÇÃO

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano Executivo Federal, aqui denominado ExecPrev, administrado pela Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – FUNPRESP-EXE, apresentamos o parecer sobre a situação atuarial do citado Plano.

2. OBJETIVO

Este Parecer Atuarial tem por objetivo apresentar os principais resultados da avaliação atuarial, dimensionar os compromissos do plano de benefícios e estabelecer o plano de custeio, bem como o montante das reservas matemáticas do ExecPrev com posição de 31/12/2016.

3. CARACTERÍSTICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

As características dos benefícios oferecidos pelo plano ExecPrev estão detalhadas no Quadro 1, com as respectivas modalidades, tipo (programado ou não) e nível.

Quadro 1: Características dos Benefícios

Benefícios	Tipo de Benefício	Modalidade do Benefício	Nível Básico do Benefício
Aposentadoria Normal	Programado	Contribuição Definida	Renda temporária por um prazo, em meses, correspondente à expectativa de sobrevivência do Participante na data da concessão do Benefício, obtida a partir da Tábua de Mortalidade Geral, segmentada por sexo, adotada para o Plano, calculada na data da concessão.
Aposentadoria por Invalidez	Risco	Benefício Definido (*)	Renda temporária pelo prazo, em meses, correspondente à expectativa de sobrevivência do Participante na data de concessão do benefício, obtida a partir da Tábua de Mortalidade de Invalídidos adotada para o Plano, calculada na data da concessão.
Pensão por Morte do Participante Ativo Normal e do Participante Autopatrocinado	Risco	Benefício Definido (*)	Renda temporária pelo prazo, em meses, correspondente à expectativa de sobrevivência do Participante Ativo ou do Participante Autopatrocinado na data de concessão do Benefício, obtida a partir da Tábua de Mortalidade Geral, segmentada por sexo, adotada para o Plano, calculada na data da concessão do Benefício.

(continuação)

Pensão por Morte do Participante Assistido	Risco	Benefício Definido (*)	Renda temporária, calculada na data da concessão do Benefício, cujo valor inicial será equivalente a 70% (setenta por cento) da renda mensal percebida pelo Participante Assistido na data do falecimento. O prazo, em meses, corresponde à expectativa de sobrevivência do Participante Assistido na data da concessão do Benefício, obtida, conforme o caso, a partir da Tábua de Mortalidade Geral e da Tábua de Mortalidade de Inválidos, segmentadas por sexo, adotadas para o Plano.
Benefício por Sobrevivência do Assistido	Risco	Benefício Definido	Renda vitalícia, baseada em parcela do FCBE ¹ , com valor inicial equivalente a 80% (oitenta por cento) da última prestação mensal percebida pelo Assistido relativa à respectiva Aposentadoria Normal, Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte do Participante Ativo Normal e do Participante Autopatrocinado, ou Pensão por Morte do Participante Assistido, conforme o caso.
Benefício Suplementar	Programado ou Risco	Contribuição Definida	Renda temporária, calculada na data da concessão, por prazo, em meses, a ser definido pelo Participante, de no mínimo 60 (sessenta) meses e no máximo a expectativa de sobrevivência no Plano do Participante na data de concessão do Benefício, obtida a partir da Tábua de Mortalidade Geral ou da Tábua de Mortalidade de Inválidos, segmentada por sexo, conforme o caso, adotada para o Plano.

(*) O benefício possui duas fases distintas: a primeira que corresponde ao período pago a partir da conta individual do Participante e, depois de esgotados os recursos da conta individual do Participante, uma segunda fase com pagamentos do benefício a partir de contas coletivas.

Fonte: Regulamento do Plano

Elaboração: FUNPRES-EXE

4. REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTOS

Os regimes financeiros de um plano previdenciário determinam a forma adotada para o financiamento dos benefícios, ou seja, como serão quantificadas as contribuições necessárias face aos fluxos de pagamento de benefícios e demais despesas previstas para o plano. O dimensionamento das reservas matemáticas e fundos previdenciais é função do regime adotado: repartição simples, repartição de capitais de cobertura ou capitalização.

¹ Fundo de Cobertura de Benefícios Extraordinários, de natureza coletiva, para cobertura dos benefícios não programados e dos aportes extraordinários, nos termos do Capítulo VI do Regulamento do Plano.



A escolha do regime financeiro estabelece a maneira pela qual serão obtidos os recursos para o pagamento dos benefícios previdenciais. Portanto, cada benefício do plano pode possuir um regime financeiro específico que seja mais adequado às características de riscos associados. No ExecPrev são adotados os regimes financeiros de capitalização e capital de cobertura, conforme demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2. Regimes Financeiros dos Benefícios do Plano

Benefícios	Regime Financeiro
Aposentadoria Normal	Capitalização
Aposentadoria por Invalidez	Repartição de Capital de Cobertura ^(*)
Pensão por Morte do Participante Ativo Normal e do Participante Autopatrocinado	Repartição de Capital de Cobertura ^(*)
Pensão por Morte do Participante Assistido	
Oriunda de Aposentado Normal	Capitalização
Oriunda de Aposentado por Invalidez	Repartição de Capital de Cobertura ^(*)
Benefício por Sobrevivência do Assistido	
Após a Aposentadoria Normal	Capitalização
Antes da Aposentadoria Normal	Repartição de Capital de Cobertura ^(*)
Benefício Suplementar	Capitalização

(*) O benefício possui duas fases distintas: a primeira capitalizada que corresponde ao período pago a partir da conta individual do participante e uma segunda fase, financiada pelo regime de repartição de capital de cobertura, depois de esgotados os recursos da conta individual do participante.

Fonte: Nota Técnica Atuarial

Elaboração: FUNPRES-EXE

No regime financeiro de repartição de capitais de cobertura há constituição de reservas ou provisões matemáticas apenas para os benefícios concedidos. Dessa forma, o custeio para o financiamento dos benefícios avaliados por este regime é determinado em função das reservas necessárias correspondentes aos benefícios iniciados em determinado ano, não havendo formação de reservas de benefícios a conceder.

Em outras palavras, as contribuições pagas por todos os participantes do plano, em um determinado período, deverão ser suficientes para constituir as provisões matemáticas de

Página 8 de 14

Fundação de Previdência Complementar do Serviço Público Federal do Poder Executivo – Funpresp-Exe



benefícios concedidos, decorrentes dos eventos ocorridos neste período. Sendo assim, a cobertura da parcela dos benefícios concedidos sob esse regime é realizada a partir da transferência de recursos de um fundo atuarial contido no Fundo de Cobertura de Benefícios Extraordinários – FCBE.

Por sua vez, o regime financeiro de capitalização pressupõe o financiamento gradual do custo dos benefícios futuros durante a vida laboral do participante, de forma individual ou agregada de acordo com o benefício. Portanto, havendo formação de provisões ou reservas matemáticas desde a adesão do participante no plano, constituindo-se reservas de benefícios concedidos e a conceder.

No regime financeiro de capitalização, o método de custeio ou de financiamento define a estratégia de capitalização do plano de benefícios, determinando a forma de distribuição, no tempo, do custo dos benefícios futuros. Os métodos de financiamento utilizados na alocação dos custos anuais dos benefícios futuros sob o regime de capitalização são apresentados no Quadro 3.

Quadro 3: Métodos de Financiamento utilizados do Plano ExecPrev

Benefícios	Método de Financiamento
Aposentadoria Normal	Capitalização Individual / Capitalização Agregada (*)
Pensão por Morte do Participante Assistido (aposentado normal)	Capitalização Agregada
Benefício por Sobrevida do Assistido (aposentado normal)	Capitalização Agregada
Benefício Suplementar	Capitalização Individual

(*) Parcela referente ao Aporte Extraordinário de Aposentadoria Normal - AEAN quando o participante fizer jus ao aporte.

Fonte: Nota Técnica Atuarial

Elaboração: FUNPRES-EXE

Por fim, os regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados para o custeio e avaliação atuarial do Plano Executivo Federal estão de acordo com as normas e práticas atuariais em vigor e são adequados às características do plano de benefícios.

5. HIPÓTESES ATUARIAIS

As hipóteses biométricas e econômicas adotadas nesta avaliação atuarial, descritas adiante no Quadro 4, foram formuladas através de estudos específicos onde se considerou a sua confirmação no longo prazo, de acordo com a legislação vigente.



Quadro 4: Hipóteses Atuariais

Hipótese	Valor
Taxa de Juros Real (FCBE-Benefício Definido) ²	4,41% a.a.
Tábuas de Mortalidade	RP2000 Geracional
Tábuas de Entrada em Invalidez	Funpresp-Exe segmentada por sexo construída a partir da experiência observada de entrada em invalidez dos Servidores Públicos Federais
Tábuas de Mortalidade de Inválidos	Experiência do Regime Geral de Previdência Social – RGPS segmentada por sexo, construída por Ribeiro (2006) ³

Fonte/Elaboração: FUNPRES-EXE

Salientamos que a curto prazo as premissas atuariais utilizadas podem não ser realizadas necessariamente. No entanto, com a finalidade de mitigação dos riscos atuariais oriundos de inadequação de alguma premissa, exclusivamente em relação ao FCBE, anualmente deve ser elaborado um estudo de adequação e convergência das hipóteses atuariais para que seja possível absorver tempestivamente eventuais discrepâncias entre os valores realizados e observados no fundo coletivo.

Todas as premissas atuariais são fundamentadas na boa prática atuarial e respeitando a legislação vigente sobre o tema, conforme descrito em estudo específico de justificativas de utilização das premissas atuariais, de acordo com o que determina a Resolução CGPC nº 18/2006.

Salientamos que a premissa de juros foi alterada para 4,41% ao ano, baseada no *Relatório de Fundamentação das Premissas Atuariais utilizadas na Avaliação Atuarial de 2016*, em virtude da aplicação dos limites determinados pela Portaria PREVIC nº 186/2016.

Cabe salientar que a referida portaria estabelece que a hipótese de juro real a ser adotada na avaliação atuarial de 2016 do ExecPrev, de acordo com a duração do passivo de 45 anos, deve estar no intervalo compreendido entre 4,41% (limite inferior) e 6,70% (limite superior).

A determinação do referido intervalo leva em conta a média dos últimos três anos das Estruturas a Termo de Taxa de Juros – ETTJ diárias baseadas nos títulos públicos federais indexados ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA.

Não obstante, de acordo com a Resolução CGPC nº 18/2006, a taxa de juros real anual, a ser utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de benefícios e contribuições de um plano de benefícios, corresponderá ao valor esperado da rentabilidade futura de seus investimentos, apesar do intervalo da Portaria nº 186/2016 considerar como referência a ETTJ média dos últimos três anos.

² Para a Reserva Acumulada do Participante – RAP e Reserva Acumulada Suplementar – RAS utiliza-se o índice de referência de juros reais de 4,00% a.a.

³ Ribeiro, A. J. F. Um estudo sobre a mortalidade dos aposentados por invalidez do RGPS. Tese – CEDEPLAR, UFMG, 2006.

6. BASE CADASTRAL

Nesta avaliação atuarial de final do exercício de 2016 foi utilizada a base cadastral do Plano Executivo Federal extraída do sistema previdenciário utilizado pela FUNPRESP-EXE, com o registro de participantes com adesão até 30/11/2016 e os respectivos saldos de contas projetados para 31/12/2016. Depois de submetidos a uma série de testes de consistência e críticas, os dados foram considerados satisfatórios e suficientes para a elaboração do estudo atuarial. Um resumo descritivo dos dados considerados nesta avaliação está apresentado na Tabela 1.

Tabela 1: Estatísticas Descritivas*

Estatísticas	Ativo Normal			Ativo Alternativo		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Nº de participantes	13.800	11.484	25.284	2.900	3.202	6.102
Salário de Participação (R\$)	3.934,47	3.518,57	3.750,53	3.279,42	3.060,08	3.162,39
Contribuição (R\$)	332,80	296,67	316,39	271,23	252,19	216,01
Idade (anos)	36,28	36,57	36,41	38,95	38,89	38,92
Tempo de plano (anos)	1,66	1,66	1,66	1,22	1,15	1,19
Tempo de serviço público (anos)	2,26	2,30	2,28	5,74	6,04	5,89
RAP	9.302,41	8.052,77	8.735,11	1.949,64	1.958,70	1.979,36
RAS	7.367,35	3.029,26	5.146,81	3.314,30	2.573,92	2.875,95

Fonte: Elaboração: FUNPRESP-EXE

(*) Com exceção do número de participantes, os números representam valores médios, cujos cálculos não consideram os valores nulos e vazios dos registros.

7. EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

De acordo com o Regulamento do Plano Executivo Federal e a Lei nº 12.618/2012, o plano de benefícios é estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), sendo o valor do benefício programado permanentemente ajustado ao saldo de conta do participante, inclusive na fase de percepção do benefício.

Nessa modalidade, os riscos são minimizados e a responsabilidade do patrocinador é limitada à contribuição prevista no Regulamento do plano. Além disso, o regulamento do ExecPrev estabelece ainda o FCBE para cobertura de benefícios não programados ou de risco, fundado por parcela da contribuição do participante e do patrocinador.

Em relação ao custeio do plano, a parcela destinada ao FCBE, de natureza coletiva e de custeio agregado, pode variar, principalmente, pelas características demográficas da população avaliada. Não obstante, o custo agregado do plano está limitado pela lei supracitada e pelo Regulamento em 17%, dependendo do percentual de contribuição definido pelo participante, que poderá ser de 7,5%, 8,0% e 8,5%, e a respectiva contribuição do patrocinador.

aw

PR



Não se utilizou neste estudo a premissa de novos entrados, adotando-se a real população vinculada ao plano de benefícios na data-base considerada. Nesta avaliação atuarial o plano de custeio determinado para 2017 se manteve inalterado, conforme demonstrado na Tabela 2.

As despesas administrativas são custeadas pela Taxa de Carregamento, incidente sobre a contribuição do participante, bem como por meio da contribuição devida pelo Assistido, denominada Contribuição Administrativa, no valor de 2,5% incidente sobre o valor do benefício.

Tabela 2: Taxas totais de custeio do FCBE para 2017
(Participante + Patrocinador)

Total	Contribuição 17%	100%
Fundo de Cobertura de Benefícios Extraordinários (FCBE)	3,66%	21,53%
Aporte Extraordinário de Aposentadoria Normal (AEAN)	0,69%	4,06%
Aporte Extraordinário de Aposentadoria por Invalidez (AEAI)	1,02%	6,00%
Aporte Extraordinário por Morte do Participante Ativo (AEMAQ)	0,54%	3,18%
Aporte Extraordinário por Morte do Participante Assistido (AEMAS)	0,06%	0,35%
Benefício por Sobrevivência do Assistido (BSA)	0,95%	5,59%
Oscilação de Risco (OR)	0,40%	2,35%
Taxa de Carregamento	1,19%	7,00%
Reserva Acumulada pelo Participante (RAP)	12,15%	71,47%
Total	Contribuição 16%	100%
FCBE	3,66%	22,88%
Taxa de Carregamento	1,12%	7,00%
Reserva Acumulada pelo Participante (RAP)	11,22%	70,12%
Total	Contribuição 15%	100%
FCBE	3,66%	24,40%
Taxa de Carregamento	1,05%	7,00%
Reserva Acumulada pelo Participante (RAP)	10,29%	68,60%

Fonte/Elaboração: FUNPRES-EXE

O custeio referente à Oscilação de Risco foi calculado a partir da diferença entre o custo obtido pela aplicação das taxas da seguradora sobre os capitais de morte e invalidez estimados e o custo obtido a partir das tábuas biométricas utilizadas pela Funpresp-Exe, garantindo dessa



forma a terceirização do risco, utilizando apenas as contribuições destinadas aos benefícios de invalidez e morte e oscilação de risco, não comprometendo a formação de reserva dos demais benefícios do FCBE.

Apesar do aumento do valor da premissa de taxa real de juros anual, o plano de custeio não está sendo alterado por prudência e conservadorismo, devido às incertezas de muito longo prazo a que o FCBE está exposto.

Apenas parte do fundo coletivo está sujeita à hipótese de taxa de juros reais para apuração dos compromissos e definição do plano de custeio. Essa parcela corresponde ao Benefício de Sobrevivência do Assistido, Pensão por Morte dos Assistidos e Aporte Extraordinário de Aposentadoria Normal - AEAN. Esses benefícios são de muito longo prazo, uma vez que são pagos posteriormente à concessão de outros benefícios de aposentadoria ou pensão, após findo prazo de pagamento ou após o total consumo de reservas correspondentes.

Portanto, os custos referentes à aposentaria por invalidez e pensão por morte dos participantes ativos, benefícios de mais curto prazo, não utilizam a premissa de juros na definição do seu plano de custeio por serem avaliados em regime de repartição de capital de cobertura.

Nesse contexto, a mudança de taxa não impactaria diretamente em alteração no custeio total do FCBE pela magnitude da alteração na hipótese de taxa de juros real de 4,00% para 4,41% ao ano.

8. RENTABILIDADE DO PLANO

Em 2016 a rentabilidade líquida do plano de benefícios atingiu 15,28%, valor relativo à variação das cotas correspondentes às cotas individuais e coletivas, enquanto que rentabilidade nominal anual de referência do plano até então (IPCA+4%) alcançou o valor de 10,54%, gerando impacto atuarial positivo correspondente à diferença de 4,29% entre o valor observado e o valor previsto. O referido ganho atuarial está relacionado especificamente ao FCBE, que adota a premissa de juros reais de 4% ao ano até então utilizada para apuração das Provisões Matemáticas e definição do plano de custeio anual.

9. RISCOS ATUARIAIS

Por se tratar de um Plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), as hipóteses atuariais não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de benefícios junto a seus Participantes, mas sim para o cálculo das rendas mensais, por equivalência atuarial, especificamente ao que for correspondente aos benefícios programados onde as cotas são de natureza individual.

Tais benefícios de prestação continuada têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios,



considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos. Dessa forma, esses benefícios apresentam proteção integral contra o surgimento de desequilíbrios atuariais.

Por outro lado, os benefícios de natureza coletiva pagos pelo FCBE poderão, eventualmente, apresentar desequilíbrios atuariais, caso as hipóteses biométricas, demográficas, financeiras e econômicas não se confirmem no longo prazo. Portanto, o FCBE é a única forma possível de desequilíbrio atuarial e, neste caso, o custeio dos benefícios não programados deverá ser alterado, modificando-se por consequência a parcela da contribuição destinada às contas individuais.

Em contraponto, a natureza coletiva do FCBE possibilita a compensação de eventuais discrepâncias em cada custeio específico dos benefícios pelo fundo cobertos, uma vez que alguns deles possuem correlações negativas entre si, como é o caso, por exemplo, do benefício de pensão por morte do participante ativo e o benefício por sobrevivência do assistido. Além disso, o custeio do FCBE foi definido considerando uma margem de segurança estatística (Fundo de Oscilação de Riscos), aumentando, portanto, a probabilidade de solvência do referido fundo coletivo.

Adicionalmente, com o fim de mitigar os riscos atuariais do fundo coletivo, a Fundação celebrou, em 13/06/2014, contrato de risco com uma seguradora, transferindo parte das obrigações do FCBE. Dessa forma, através de pagamento de prêmios oriundos deste fundo coletivo, a fundação transfere à seguradora parte da cobertura dos benefícios de riscos decorrentes da morte e invalidez dos participantes Ativos Normais, reduzindo a variabilidade das obrigações do plano através da limitação destes compromissos.

Por meio da transferência do risco, as obrigações decorrentes dos benefícios de invalidez e morte são compartilhadas igualmente entre o ExecPrev e a seguradora, até o valor de R\$ 700.000,00. A partir desse valor, o compromisso do plano fica limitado a R\$ 350.000,00, sendo o restante de responsabilidade da seguradora, em caso de ocorrência de morte ou invalidez do participante Ativo Normal.

10. PROVISÕES MATEMÁTICAS E FUNDOS PREVIDENCIAIS

Todas as provisões matemáticas foram apuradas considerando os saldos das contas individuais e as contas coletivas calculadas atuarialmente, de acordo com a Nota Técnica Atuarial – NTA do Plano.

As provisões específicas do FCBE são atualizadas mensalmente pelo método de recorrência e, anualmente, recalculadas de acordo com a metodologia descrita em NTA. Com o recálculo atuarial das Provisões Matemáticas correspondentes aos benefícios concedidos e a conceder avaliados pelo regime de capitalização, foi registrado o valor de R\$ 26.125.219,92 no

Fundo Previdencial, correspondente à parte do Patrimônio Social que excede o Patrimônio de Cobertura do Plano correspondentes ao FCBE.

Ainda conforme NTA, o Fundo Previdencial foi também constituído por recursos oriundos de contribuições para o FCBE destinados ao custeio dos benefícios avaliados em regime de capitais de cobertura, mais especificamente a Aposentadoria por Invalidez e a Pensão por Morte de Ativo.

Dessa forma, as contribuições anuais para a cobertura desses benefícios, em virtude de não ter havido os respectivos sinistros esperados, são destinados ao Fundo Previdencial, pois o fundamento técnico desse regime de capital de cobertura é que as contribuições para o ano são definidas com o objetivo de fundar a integralidade das reservas matemáticas dos benefícios iniciados naquele mesmo ano. Portanto, em caso de não ocorrer os sinistros previstos, as contribuições são destinadas ao fundo para cobertura de eventuais variabilidades.

Tabela 3: Provisões Matemáticas

Conta	2016	2015
Provisões Matemáticas	327.973.670,13	147.816.649,50
Benefícios Concedidos	2.084.022,71	151.148,96
Contribuição Definida	0,00	0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	0,00	0,00
Benefício Definido	2.084.022,71	151.148,96
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	0,00	0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	2.084.022,71	151.148,96
Benefício a Conceder	325.889.647,42	147.665.500,54
Contribuição Definida	289.775.251,16	125.092.937,35
Saldo de Contas – parcela Patrocinador	129.213.254,40	55.935.287,31
Saldo de Contas – parcela Participante	160.561.996,76	69.157.650,04
Benefício Definido Capitalização Programado	0,00	0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros	0,00	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	0,00	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	0,00	0,00
Benefício Definido Capitalização não Programado	36.114.396,26	22.572.563,19
Valor Atual dos Benefícios Futuros	36.114.396,26	22.572.563,19
Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	0,00	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	0,00	0,00
Fundos Previdenciais	26.125.219,92	6.519.009,51
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	624.591,89	314.166,70
Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	25.500.628,03	6.204.842,81

Fonte/Elaboração: FUNPRESP-EXE

dm

900



Além disso, toda a arrecadação correspondente à Oscilação de Risco e os recursos oriundos de pagamento de indenizações à Fundação, decorrentes do contrato de terceirização de riscos do FCBE, também são destinados ao referido fundo.

O Fundo Previdencial contém ainda o valor de R\$ 624.591,89 com recursos de contribuições não resgatadas de patrocinador, conforme prevê o artigo 33 do Regulamento do Plano, que condiciona o resgate desses recursos ao tempo de vinculação do participante ao Plano, após a cessação do vínculo funcional com o patrocinador.

Por fim, esclarecemos que os recursos do Fundo Previdencial não foram considerados nesta avaliação atuarial para fins de definição do plano de custeio, por entendermos ser mais conservador e prudente.

Consideramos que o plano ainda está em fase inicial de operação, dado o seu horizonte de longo prazo, que ainda precisamos registrar mais estatísticas de ocorrência de invalidez e morte e, portanto, estarmos sujeitos a uma menor variabilidade nos resultados, garantindo uma maior acurácia na definição do custeio do FCBE, além da garantia da terceirização dos riscos atuariais do plano.

11. PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO E RESULTADO DO EXERCÍCIO

A composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31/12/2016, está apresentada na Tabela 4 adiante, que corresponde ao conjunto de recursos previdenciários necessários à cobertura dos compromissos atuariais do plano, que são as Provisões Matemáticas.

Tabela 4: Patrimônio de Cobertura do Plano em 31/12/2016

Conta	Valor – R\$
Ativo Total	359.288.539,30
(-) Exigível Operacional	5.189.649,25
Patrimônio Social	354.098.890,05
(-) Fundo Administrativo	0,00
(-) Fundo Previdencial	26.125.219,92
(-) Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	624.591,89
(-) Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	25.500.628,03
Patrimônio de Cobertura do Plano	327.973.670,13

Fonte/Elaboração: FUNPRESP-EXE

Conforme demonstrado na Tabela 5, o resultado atuarial do plano é nulo. Portanto, o plano de benefícios ExecPrev se apresenta equilibrado atuarialmente ao final do exercício de 2016, uma vez que o valor das Provisões Matemáticas estão garantidas pelo Patrimônio de Cobertura do Plano, e ainda sem a necessidade de reversão do saldo do Fundo Previdencial.

oh

R



Tabela 5: Resultado Atuarial do Plano em 31/12/2016

Conta	Valor – R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	327.973.670,13
(-) Provisões Matemáticas	327.973.670,13
Benefícios Concedidos	2.084.022,71
Benefícios a Conceder	325.889.647,42
Resultado do Exercício	0,00

Fonte/Elaboração: FUNPRESP-EXE

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o exposto, concluímos que o Plano Executivo Federal se encontra equilibrado, tendo suas obrigações integralmente cobertas pelo ativo do plano, em conformidade com a legislação específica e com os princípios financeiros e atuariais geralmente aceitos, observando-se os resultados e indicações apurados nesta Avaliação Atuarial.

Brasília, 13 de março de 2017.


Cicero Rafael Barros Dias
Atuário MIBA nº 1348


Cristal David Mansur
Atuária MIBA nº 2064

Anexo IV – Parecer Atuarial - LegisPrev

PARECER ATUARIAL
PLANO DE BENEFÍCIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS
DO PODER LEGISLATIVO – Plano LegisPrev

CNPB nº 2013.0006-18

Parecer Atuarial referente à avaliação atuarial de encerramento do exercício social de 2016 do Plano LegisPrev administrado pela Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – FUNPRESP-EXE

Atuário Responsável

Cícero Rafael Barros Dias
MIBA 1348

Março/2017



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. OBJETIVO.....	3
3. CARACTERÍSTICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS	3
4. REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTOS.....	4
5. HIPÓTESES ATUARIAIS.....	6
6. BASE CADASTRAL.....	8
7. EVOLUÇÃO DOS CUSTOS.....	8
8. RENTABILIDADE DO PLANO.....	10
9. RISCOS ATUARIAIS.....	10
10. PROVISÕES MATEMÁTICAS E FUNDOS PREVIDENCIAIS.....	11
11. PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO E RESULTADO DO EXERCÍCIO	13
12. CONSIDERAÇÕES FINAIS	14

Página 2 de 14

Fundação de Previdência Complementar do Serviço Público Federal do Poder Executivo – Funpresp-Est



1. INTRODUÇÃO

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano LegisPrev, administrado pela Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – FUNPRESP-EXE, apresentamos o parecer sobre a situação atuarial do citado Plano.

2. OBJETIVO

Este Parecer Atuarial tem por objetivo apresentar os principais resultados da avaliação atuarial, dimensionar os compromissos do plano de benefícios e estabelecer o plano de custeio, bem como o montante das reservas matemáticas do LegisPrev com posição de 31/12/2016.

3. CARACTERÍSTICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

As características dos benefícios oferecidos pelo plano LegisPrev estão detalhadas no Quadro 1, com as respectivas modalidades, tipo (programado ou não) e nível.

Quadro 1: Características dos Benefícios

Benefícios	Tipo de Benefício	Modalidade do Benefício	Nível Básico do Benefício
Aposentadoria Normal	Programado	Contribuição Definida	Renda temporária por um prazo, em meses, correspondente à expectativa de sobrevida do Participante na data da concessão do Benefício, obtida a partir da Tábua de Mortalidade Geral, segmentada por sexo, adotada para o Plano, calculada na data da concessão.
Aposentadoria por Invalidez	Risco	Benefício Definido (*)	Renda temporária pelo prazo, em meses, correspondente à expectativa de sobrevida do Participante na data de concessão do benefício, obtida a partir da Tábua de Mortalidade de Inválidos adotada para o Plano, calculada na data da concessão.
Pensão por Morte do Participante Ativo Normal e do Participante Autopatrocinado	Risco	Benefício Definido (*)	Renda temporária pelo prazo, em meses, correspondente à expectativa de sobrevida do Participante Ativo ou do Participante Autopatrocinado na data de concessão do Benefício, obtida a partir da Tábua de Mortalidade Geral, segmentada por sexo, adotada para o Plano, calculada na data da concessão do Benefício.

an

PR

(continuação)

Pensão por Morte do Participante Assistido	Risco	Benefício Definido (*)	Renda temporária, calculada na data da concessão do Benefício, cujo valor inicial será equivalente a 70% (setenta por cento) da renda mensal percebida pelo Participante Assistido na data do falecimento. O prazo, em meses, corresponde à expectativa de sobrevivência do Participante Assistido na data da concessão do Benefício, obtida, conforme o caso, a partir da Tábua de Mortalidade Geral e da Tábua de Mortalidade de Inválidos, segmentadas por sexo, adotadas para o Plano.
Benefício por Sobrevivência do Assistido	Risco	Benefício Definido	Renda vitalícia, baseada em parcela do FCBE ¹ , com valor inicial equivalente a 80% (oitenta por cento) da última prestação mensal percebida pelo Assistido relativa à respectiva Aposentadoria Normal, Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte do Participante Ativo Normal e do Participante Autoprocureiro, ou Pensão por Morte do Participante Assistido, conforme o caso.
Benefício Suplementar	Programado ou Risco	Contribuição Definida	Renda temporária, calculada na data da concessão, por prazo, em meses, a ser definido pelo Participante, de no mínimo 60 (sessenta) meses e no máximo a expectativa de sobrevivência no Plano do Participante na data de concessão do Benefício, obtida a partir da Tábua de Mortalidade Geral ou da Tábua de Mortalidade de Inválidos, segmentada por sexo, conforme o caso, adotada para o Plano.

(*) O benefício possui duas fases distintas: a primeira que corresponde ao período pago a partir da conta individual do Participante e, depois de esgotados os recursos da conta individual do Participante, uma segunda fase com pagamentos do benefício a partir de contas coletivas.

Fonte: Regulamento do Plano

Elaboração: FUNPRESP-EXE

4. REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTOS

Os regimes financeiros de um plano previdenciário determinam a forma adotada para o financiamento dos benefícios, ou seja, como serão quantificadas as contribuições necessárias face aos fluxos de pagamento de benefícios e demais despesas previstas para o plano. O dimensionamento das reservas matemáticas e fundos previdenciais é função do regime adotado: repartição simples, repartição de capitais de cobertura ou capitalização.

¹ Fundo de Cobertura de Benefícios Extraordinários, de natureza coletiva, para cobertura dos benefícios não programados e dos aportes extraordinários, nos termos do Capítulo VI do Regulamento do Plano.






A escolha do regime financeiro estabelece a maneira pela qual serão obtidos os recursos para o pagamento dos benefícios previdenciais. Portanto, cada benefício do plano pode possuir um regime financeiro específico que seja mais adequado às características de riscos associados. No LegisPrev são adotados os regimes financeiros de capitalização e capital de cobertura, conforme demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2. Regimes Financeiros dos Benefícios do Plano

Benefícios	Regime Financeiro
Aposentadoria Normal	Capitalização
Aposentadoria por Invalidez	Repartição de Capital de Cobertura (*)
Pensão por Morte do Participante Ativo Normal e do Participante Autopatrocinado	Repartição de Capital de Cobertura (*)
Pensão por Morte do Participante Assistido	
Oriunda de Aposentado Normal	Capitalização
Oriunda de Aposentado por Invalidez	Repartição de Capital de Cobertura (*)
Benefício por Sobrevivência do Assistido	
Após a Aposentadoria Normal	Capitalização
Antes da Aposentadoria Normal	Repartição de Capital de Cobertura (*)
Benefício Suplementar	Capitalização

(*) O benefício possui duas fases distintas: a primeira capitalizada que corresponde ao período pago a partir da conta individual do participante e uma segunda fase, financiada pelo regime de repartição de capital de cobertura, depois de esgotados os recursos da conta individual do participante.

Fonte: Nota Técnica Atuarial

Elaboração: FUNPRESP-EXE

No regime financeiro de repartição de capitais de cobertura há constituição de reservas ou provisões matemáticas apenas para os benefícios concedidos. Dessa forma, o custeio para o financiamento dos benefícios avaliados por este regime é determinado em função das reservas necessárias correspondentes aos benefícios iniciados em determinado ano, não havendo formação de reservas de benefícios a conceder.

Em outras palavras, as contribuições pagas por todos os participantes do plano, em um determinado período, deverão ser suficientes para constituir as provisões matemáticas de



benefícios concedidos, decorrentes dos eventos ocorridos neste período. Sendo assim, a cobertura da parcela dos benefícios concedidos sob esse regime é realizada a partir da transferência de recursos de um fundo atuarial contido no Fundo de Cobertura de Benefícios Extraordinários – FCBE.

Por sua vez, o regime financeiro de capitalização pressupõe o financiamento gradual do custo dos benefícios futuros durante a vida laboral do participante, de forma individual ou agregada de acordo com o benefício. Portanto, havendo formação de provisões ou reservas matemáticas desde a adesão do participante no plano, constituindo-se reservas de benefícios concedidos e a conceder.

No regime financeiro de capitalização, o método de custeio ou de financiamento define a estratégia de capitalização do plano de benefícios, determinando a forma de distribuição, no tempo, do custo dos benefícios futuros. Os métodos de financiamento utilizados na alocação dos custos anuais dos benefícios futuros sob o regime de capitalização são apresentados no Quadro 3.

Quadro 3: Métodos de Financiamento utilizados do Plano LegisPrev

Benefícios	Método de Financiamento
Aposentadoria Normal	Capitalização Individual / Capitalização Agregada ^(*)
Pensão por Morte do Participante Assistido (aposentado normal)	Capitalização Agregada
Benefício por Sobrevivência do Assistido (aposentado normal)	Capitalização Agregada
Benefício Suplementar	Capitalização Individual

(*) Parcela referente ao Aporte Extraordinário de Aposentadoria Normal quando o participante fizer jus ao aporte.

Fonte: Nota Técnica Atuarial

Elaboração: FUNPRESP-EXE

Por fim, os regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados para o custeio e avaliação atuarial do Plano LegisPrev estão de acordo com as normas e práticas atuariais em vigor e são adequados às características do plano de benefícios.

5. HIPÓTESES ATUARIAIS

As hipóteses biométricas e econômicas adotadas nesta avaliação atuarial, descritas adiante no Quadro 4, foram formuladas através de estudos específicos onde se considerou a sua confirmação no longo prazo, de acordo com a legislação vigente.



Quadro 4: Hipóteses Atuariais

Hipótese	Valor
Taxa de Juros Real (FCBE-Benefício Definido) ²	4,41%
Tábuas de Mortalidade	RP2000 Geracional
Tábuas de Entrada em Invalidez	Funpresp-Exe segmentada por sexo construída a partir da experiência observada de entrada em invalidez dos Servidores Públicos Federais
Tábuas de Mortalidade de Inválidos	Experiência do Regime Geral de Previdência Social – RGPS segmentada por sexo, construída por Ribeiro (2006) ³

Fonte/Elaboração: FUNPRESP-EXE

Salientamos que a curto prazo as premissas atuariais utilizadas podem não ser realizadas necessariamente. No entanto, com a finalidade de mitigação dos riscos atuariais oriundos de inadequação de alguma premissa, exclusivamente em relação ao FCBE, anualmente deve ser elaborado um estudo de adequação e convergência das hipóteses atuariais para que seja possível absorver tempestivamente eventuais discrepâncias entre os valores realizados e observados no fundo coletivo.

Todas as premissas atuariais utilizadas são fundamentadas na boa prática atuarial e respeitando a legislação vigente sobre o tema, conforme descrito em estudo específico de justificativas de utilização das premissas atuariais, de acordo com o que determina a Resolução CGPC nº 18/2006.

Salientamos que a premissa de juros foi alterada para 4,41% ao ano, baseada no *Relatório de Fundamentação das Premissas Atuariais utilizadas na Avaliação Atuarial de 2016*, em virtude da aplicação dos limites determinados pela Portaria PREVIC nº 186/2016.

Cabe salientar que a referida portaria estabelece que a hipótese de juro real a ser adotada na avaliação atuarial de 2016 do ExecPrev, de acordo com a duração do passivo de 48 anos, deve estar no intervalo compreendido entre 4,41% (limite inferior) e 6,70% (limite superior).

A determinação do referido intervalo leva em conta a média dos últimos três anos das Estruturas a Termo de Taxa de Juros – ETTJ diárias baseadas nos títulos públicos federais indexados ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA.

Não obstante, de acordo com a Resolução CGPC nº 18/2006, a taxa de juros real anual, a ser utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de benefícios e contribuições de um plano de benefícios, corresponderá ao valor esperado da rentabilidade futura de seus investimentos, apesar do intervalo da Portaria 186/2016 considerar como referência a ETTJ média dos últimos três anos.

² Para a Reserva Acumulada do Participante – RAP e Reserva Acumulada Suplementar – RAS utiliza-se o índice de referência de juros reais de 4,00% a.a.

³ Ribeiro, A. J. F. Um estudo sobre a mortalidade dos aposentados por invalidez do RGPS. Tese – CEDEPLAR UFMG, 2006.

6. BASE CADASTRAL

Nesta avaliação atuarial de final do exercício de 2016 foi utilizada a base cadastral do Plano LegisPrev extraída do sistema previdenciário utilizado pela FUNPRESP-EXE, com o registro de participantes com adesão até 30/11/2016 e os respectivos saldos de contas projetados para 31/12/2016. Depois de submetidos a uma série de testes de consistência e críticas, os dados foram considerados satisfatórios e suficientes para a elaboração do estudo atuarial. Um resumo descritivo dos dados considerados nesta avaliação está apresentado na Tabela 1.

Tabela 1: Estatísticas Descritivas*

Estatísticas	Ativo Normal			Ativo Alternativo		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Nº de participantes	164	67	231	6	1	7
Salário de Participação (R\$)	14.569,42	15.331,26	14.790,39	4.267,02	1.233,20	3.761,38
Contribuição (R\$)	1.227,50	1.303,16	1.249,44	360,26	104,82	317,69
Idade (anos)	33,73	33,66	33,71	44,17	47,00	44,57
Tempo de plano (anos)	1,95	2,06	1,98	1,76	0,67	1,61
Tempo de serviço público(anos)	2,15	2,23	2,17	8,56	6,00	8,19
RAP	37.201,42	43.190,16	38.931,50	0	0	0
RAS	23.193,32	26.502,70	24.156,81	11.536,35	353,08	9.299,69

Fonte/Elaboração: FUNPRESP-EXE

(*) Com exceção do número de participantes, os números representam valores médios, cujos cálculos não consideram os valores nulos e vazios dos registros.

7. EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

De acordo com o Regulamento do Plano LegisPrev e a Lei nº 12.618/2012, o plano de benefícios é estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), sendo o valor do benefício programado permanentemente ajustado ao saldo de conta do participante, inclusive na fase de percepção do benefício.

Nessa modalidade, os riscos são minimizados e a responsabilidade do patrocinador é limitada à contribuição prevista no Regulamento do plano. Além disso, o regulamento do LegisPrev estabelece ainda o FCBE para cobertura de benefícios não programados ou de risco, fundado por parcela da contribuição do participante e do patrocinador.

Em relação ao custeio do plano, a parcela destinada ao FCBE, de natureza coletiva e de custeio agregado, pode variar, principalmente, pelas características demográficas da população avaliada. Não obstante, o custo agregado do plano está limitado pela lei supracitada e pelo Regulamento em 17%, dependendo do percentual de contribuição definido pelo participante, que poderá ser de 7,5%, 8,0% e 8,5%, e a respectiva contribuição do patrocinador.

OK

PR



Não se utilizou neste estudo a premissa de novos entrados, adotando-se a real população vinculada ao plano de benefícios na data-base considerada. Nesta avaliação atuarial o plano de custeio determinado para 2017 se manteve inalterado, conforme demonstrado no Tabela 2.

As despesas administrativas são custeadas pela Taxa de Carregamento, incidente sobre a contribuição do participante, bem como por meio da contribuição devida pelo Assistido, denominada Contribuição Administrativa, no valor de 2,5% incidente sobre o valor do benefício.

Tabela 2: Taxas totais de custeio do FCBE para 2017
(Participante + Patrocinador)

Total	Contribuição 17%	100%
Fundo de Cobertura de Benefícios Extraordinários (FCBE)	4,03%	23,71%
Aporte Extraordinário de Aposentadoria Normal (AEAN)	0,74%	4,35%
Aporte Extraordinário de Aposentadoria por Invalidez (AEAI)	0,78%	4,59%
Aporte Extraordinário por Morte do Participante Ativo (AEMAi)	0,78%	4,59%
Aporte Extraordinário por Morte do Participante Assistido (AEMAAss)	0,05%	0,29%
Benefício por Sobrevivência do Assistido (BSA)	0,99%	5,83%
Oscilação de Risco (OR)	0,69%	4,06%
Taxa de Carregamento	1,19%	7,00%
Reserva Acumulada pelo Participante (RAP)	11,78%	69,29%
Total	Contribuição 16%	100%
FCBE	4,03%	25,19%
Taxa de Carregamento	1,12%	7,00%
Reserva Acumulada pelo Participante (RAP)	10,85%	67,81%
Total	Contribuição 15%	100%
FCBE	4,03%	26,87%
Taxa de Carregamento	1,05%	7,00%
Reserva Acumulada pelo Participante (RAP)	9,92%	66,13%

Fonte/Elaboração: FUNPRES-EXE

O custeio referente à Oscilação de Risco foi calculado a partir da diferença entre o custo obtido pela aplicação das taxas da seguradora sobre os capitais de morte e invalidez estimados e o custo obtido a partir das tábuas biométricas utilizadas pela Funpresp-Exe, garantindo dessa

OK

PR



forma a terceirização do risco, utilizando apenas as contribuições destinadas aos benefícios de invalidez e morte e oscilação de risco, não comprometendo a formação de reserva dos demais benefícios do FCBE.

Apesar do aumento do valor da premissa de taxa real de juros anual, o plano de custeio não está sendo alterado por prudência e conservadorismo, devido às incertezas de muito longo prazo a que o FCBE está exposto.

Apenas parte do fundo coletivo está sujeita à hipótese de taxa de juros reais para apuração dos compromissos e definição do plano de custeio. Essa parcela corresponde ao Benefício de Sobrevivência do Assistido, Pensão por Morte dos Assistidos e Aporte Extraordinário de Aposentadoria Normal - AEAN. Esses benefícios são de muito longo prazo, uma vez que são pagos posteriormente à concessão de outros benefícios de aposentadoria ou pensão, após findo prazo de pagamento ou após o total consumo de reservas correspondentes.

Portanto, os custos referentes à aposentadoria por invalidez e pensão por morte dos participantes ativos, benefícios de mais curto prazo, não utilizam a premissa de juros na definição do seu plano de custeio por serem avaliados em regime de repartição de capital de cobertura.

Nesse contexto, a mudança de taxa não impactaria diretamente em alteração no custeio total do FCBE pela magnitude da alteração na hipótese de taxa de juros real de 4,00% para 4,41% ao ano.

8. RENTABILIDADE DO PLANO

Em 2016 a rentabilidade líquida do plano de benefícios atingiu 17,19%, valor relativo à variação das cotas correspondentes às contas individuais e coletivas, enquanto que rentabilidade nominal anual de referência do plano até então (IPCA+4%) alcançou o valor de 10,54%, gerando impacto atuarial positivo correspondente à diferença de 6,01% entre o valor observado e o valor previsto. O referido ganho atuarial está relacionado especificamente ao FCBE, que adota a premissa de juros reais de 4,00% ao ano até então para apuração das Provisões Matemáticas e definição do plano de custeio anual.

9. RISCOS ATUARIAIS

Por se tratar de um Plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), as hipóteses atuariais não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de benefícios junto a seus Participantes, mas sim para o cálculo das rendas mensais, por equivalência atuarial, especificamente ao que for correspondente aos benefícios programados onde as contas são de natureza individual.

Tais benefícios de prestação continuada têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios,



considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos. Dessa forma, esses benefícios apresentam proteção integral contra o surgimento de desequilíbrios atuariais.

Por outro lado, os benefícios de natureza coletiva pagos pelo FCBE poderão, eventualmente, apresentar desequilíbrios atuariais, caso as hipóteses biométricas, demográficas, financeiras e econômicas não se confirmem no longo prazo. Portanto, o FCBE é a única forma possível de desequilíbrio atuarial e, neste caso, o custeio dos benefícios não programados deverá ser alterado, modificando-se por consequência a parcela da contribuição destinada às contas individuais.

Em contraponto, a natureza coletiva do FCBE possibilita a compensação de eventuais discrepâncias em cada custeio específico dos benefícios pelo fundo cobertos, uma vez que alguns deles possuem correlações negativas entre si, como é o caso, por exemplo, do benefício de pensão por morte do participante ativo e o benefício por sobrevivência do assistido. Além disso, o custeio do FCBE foi definido considerando uma margem de segurança estatística (Fundo de Oscilação de Riscos), aumentando, portanto, a probabilidade de solvência do referido fundo coletivo.

Adicionalmente, com o fim de mitigar os riscos atuariais do fundo coletivo, a Fundação celebrou, em 13/06/2014, contrato de risco com uma seguradora, transferindo parte das obrigações do FCBE. Dessa forma, através de pagamento de prêmios oriundos deste fundo coletivo, a fundação transfere à seguradora parte da cobertura dos benefícios de riscos decorrentes da morte e invalidez dos participantes Ativos Normais, reduzindo a variabilidade das obrigações do plano através da limitação destes compromissos.

Por meio da transferência do risco, as obrigações decorrentes dos benefícios de invalidez e morte são compartilhadas igualmente entre o LegisPrev e a seguradora, até o valor de R\$ 700.000,00. A partir desse valor, o compromisso do plano fica limitado a R\$ 350.000,00, sendo o restante de responsabilidade da seguradora, em caso de ocorrência de morte ou invalidez do participante Ativo Normal.

10. PROVISÕES MATEMÁTICAS E FUNDOS PREVIDENCIAIS

Todas as provisões matemáticas foram apuradas considerando os saldos das contas individuais e as contas coletivas calculadas atuarialmente, de acordo com a Nota Técnica Atuarial – NTA do Plano.

As provisões específicas do FCBE são atualizadas mensalmente pelo método de recorrência e, anualmente, recalculadas de acordo com a metodologia descrita em NTA. Com o recálculo atuarial dessas Provisões Matemáticas correspondentes aos benefícios concedidos e a conceder avaliados pelo regime de capitalização, foi registrado o valor de R\$ 1.426.582,63



no Fundo Previdencial, correspondente à parte do Patrimônio Social que excede o Patrimônio de Cobertura do Plano correspondentes ao FCBE.

Ainda conforme NTA, o Fundo Previdencial foi também constituído por recursos oriundos de contribuições para o FCBE destinados ao custeio dos benefícios avaliados em regime de capitais de cobertura, mais especificamente a Aposentadoria por Invalidez e a Pensão por Morte de Ativo.

Dessa forma, as contribuições anuais para a cobertura desses benefícios, em virtude de não ter havido os respectivos sinistros esperados, são destinados ao Fundo Previdencial, pois o fundamento técnico desse regime de capital de cobertura é que as contribuições para o ano são definidas com o objetivo de fundar a integralidade das reservas matemáticas dos benefícios iniciados naquele mesmo ano. Portanto, em caso de não ocorrer os sinistros previstos, as contribuições são destinadas ao fundo para cobertura de eventuais variabilidades.

Tabela 3: Provisões Matemáticas

Conta	2016	2015
Provisões Matemáticas	12.166.524,19	5.971.873,21
Benefícios Concedidos	0,00	0,00
Contribuição Definida	0,00	0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	0,00	0,00
Benefício Definido	0,00	0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	0,00	0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	0,00	0,00
Benefício a Conceder	12.166.524,19	5.971.873,21
Contribuição Definida	10.915.480,97	5.007.386,72
Saldo de Contas – parcela Patrocinador	5.215.959,53	2.384.144,57
Saldo de Contas – parcela Participante	5.699.521,44	2.623.242,15
Benefício Definido Capitalização Programado	0,00	0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros	0,00	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	0,00	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	0,00	0,00
Benefício Definido Capitalização não Programado	1.251.043,22	964.486,49
Valor Atual dos Benefícios Futuros	1.251.043,22	964.486,49
Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	0,00	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	0,00	0,00
Fundos Previdenciais	1.426.582,63	334.351,52
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	0,00	0,00
Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	1.426.582,63	334.351,52

Fonte/Elaboração: FUNPRESP-EXE

00

PR



Além disso, toda a arrecadação correspondente à Oscilação de Risco e os recursos oriundos de pagamento de indenizações à Fundação, decorrentes do contrato de terceirização de riscos do FCBE, também são destinados ao referido fundo.

O Fundo Previdencial contém ainda eventuais recursos de contribuições não resgatadas de patrocinador, conforme prevê o artigo 33 do Regulamento do Plano, que condiciona o resgate desses recursos ao tempo de vinculação do participante ao Plano, após a cessação do vínculo funcional com o patrocinador.

Por fim, esclarecemos que os recursos do Fundo Previdencial não foram considerados nesta avaliação atuarial para fins de definição do plano de custeio, por entendermos ser mais conservador e prudente.

Consideramos que o plano ainda está em fase inicial de operação, dado o seu horizonte de longo prazo, que ainda precisamos registrar mais estatísticas de ocorrência de invalidez e morte e estarmos sujeitos a uma menor variabilidade nos resultados, garantindo uma maior acurácia na definição do custeio do FCBE, uma vez que o plano tem um baixo número de participantes, além da garantia da terceirização dos riscos atuariais do plano.

11. PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO E RESULTADO DO EXERCÍCIO

A composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31/12/2016, está apresentada na Tabela 4 adiante, que corresponde ao conjunto de recursos previdenciários necessários à cobertura dos compromissos atuariais do plano, que são as Provisões Matemáticas.

Tabela 4: Patrimônio de Cobertura do Plano em 31/12/2016

Conta	Valor
Ativo Total	13.704.021,22
(-) Exigível Operacional	110.914,40
Patrimônio Social	13.593.106,82
(-) Fundo Administrativo	0,00
(-) Fundo Previdencial	1.426.582,63
(-) Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	0,00
(-) Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	1.426.582,63
Patrimônio de Cobertura do Plano	12.166.524,19

Fonte/Elaboração: FUNPRESP-EXE

Conforme demonstrado na Tabela 5, o resultado atuarial do plano é nulo. Portanto, o plano de benefícios LegisPrev se apresenta equilibrado atuarialmente ao final do exercício de 2016, uma vez que o valor das Provisões Matemáticas estão garantidas pelo Patrimônio de Cobertura do Plano, e ainda sem a necessidade de reversão do saldo do Fundo Previdencial.



Tabela 5: Resultado Atuarial do Plano em 31/12/2016

Conta	Valor
Patrimônio de Cobertura do Plano	12.166.524,19
(-) Provisões Matemáticas	12.166.524,19
Benefícios Concedidos	0,00
Benefícios a Conceder	12.166.524,19
Resultado do Exercício	0,00

Fonte/Elaboração: FUNPRESP-EXE

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o exposto, concluímos que o Plano LegisPrev se encontra equilibrado, tendo suas obrigações integralmente cobertas pelo ativo do plano, em conformidade com a legislação específica e com os princípios financeiros e atuariais geralmente aceitos, observando-se os resultados e indicações apurados nesta Avaliação Atuarial.

Brasília, 13 de março de 2017.


Cicero Rafael Barros Dias
Atuário MIBA nº 1348


Cristóvão David Mansur
Atuária MIBA nº 2064

Anexo V – Premissas Atuariais



**RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO DAS
PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS NA
AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2016**

Março/2017



SUMÁRIO

1. OBJETIVO	3
2. JUSTIFICATIVAS	3
2.1. TAXA REAL ANUAL DE JUROS REAIS	4
2.2. TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL	6
2.3. TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS	8
2.4. TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ	8
2.5. CRESCIMENTO SALARIAL	9
3. CONCLUSÃO	9

12



1. Objetivo

Este relatório tem por objetivo fundamentar as premissas atuariais utilizadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2016 do Plano Executivo Federal – ExecPrev e LegisPrev, conforme determina a Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece os parâmetros técnicos atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC.

De acordo com a norma, se faz necessário justificar a adoção das hipóteses utilizadas nas avaliações atuariais dos planos, no intuito de atestar se as premissas biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, estão adequadas às características da sua massa de participantes e assistidos, e ao regulamento do plano de benefícios, de forma a manter o seu equilíbrio ao longo do tempo.

2. Justificativas

O objetivo principal da Avaliação Atuarial é dimensionar os compromissos do plano de benefícios, utilizando hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, a fim de estabelecer o plano de custeio necessário para manter o equilíbrio e a solvência atuarial do mesmo.

Os cálculos atuariais efetuados numa Avaliação Atuarial envolvem projeções acerca de parâmetros, tais como salários, benefícios, juros, inflação, mortalidade, invalidez, rotatividade, entrada em invalidez, dentre outros, dos quais deverá ser verificada a aderência ao perfil dos planos de benefícios.

Para a utilização de determinadas premissas numa avaliação atuarial, é preciso observar a sustentabilidade da hipótese considerando-se o longo prazo das projeções. No curto prazo elas podem não ser necessariamente realizadas. Portanto, é necessário um acompanhamento para confirmação ou alteração das premissas atuariais adotadas num cálculo atuarial para não comprometer o equilíbrio financeiro-atuarial dos planos de benefícios.

Adiante, seguem as justificativas atuariais utilizadas na avaliação atuarial de 2016 elaboradas pela FUNPRESP-EXE, aplicadas aos planos ExecPrev e Legisprev.

an

PR

3



2.1. Taxa real anual de juros reais

Conforme prevê a Nota Técnica Atuarial – NTA dos Planos, na avaliação atuarial a hipótese de taxa de juros é utilizada para determinar o custeio e as reservas correspondentes aos benefícios do Fundo de Cobertura dos Benefícios Extraordinários – FCBE, correspondentes ao Aporte Extraordinário de Aposentadoria Normal – AEAN, Pensão por Morte de Assistido e Benefício de Sobrevivência, bem como para o cálculo das rendas mensais, por equivalência atuarial, correspondentes aos benefícios programados nos quais as contas são de natureza individual e o plano é na modalidade de Contribuição Definida, em que não há garantia de rentabilidade dos recursos.

De acordo com a Resolução CGPC nº 18/2006 e alterações, a EFPC poderá adotar taxa de juros real anual limitada ao intervalo compreendido entre 70% (setenta por cento) da taxa de juros parâmetro e 0,4% (quatro décimos por cento) ao ano acima desta taxa de referência, que correspondente àquela cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média¹ for o mais próximo à duração do passivo dos planos.

A duração do passivo dos planos é calculada pela média ponderada dos fluxos de pagamentos de benefícios de cada plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios. Sendo assim, utilizamos a base cadastral de 25.284 Participantes Ativos Normais no plano ExecPrev e 230 no LegisPrev, posicionada em 30/11/2016 com os dados financeiros de saldos de contas individuais projetados para 31/12/2016, para fins de projeção dos fluxos dos benefícios dos planos.

De acordo com os fluxos de benefícios projetados, apuraram-se os valores de 45 e 48 anos para os planos ExecPrev e LegisPrev, respectivamente. Esses valores são justificados pois os benefícios considerados no cálculo são aqueles cujo nível ou valor são previamente estabelecidos em regulamento e o custeio determinado atuarialmente. Nesse contexto, consideraram-se apenas os fluxos dos Benefícios de Sobrevivência, Pensão por Morte de Assistido e Aporte Extraordinário de Aposentadoria Normal – AEAN.

¹ Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média: média de três anos das Estruturas a Termo de Taxa de Juros diárias baseadas nos títulos públicos federais indexados ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, publicada anualmente pela PREVIC, conforme Resolução MPS/CNPC nº 15, de 19/11/2014.



O Benefício de Sobrevivência é aquele concedido ao assistido que sobreviver além da expectativa média de vida calculada na data da concessão do benefício da Aposentadoria Normal, Aposentadoria por Invalidez e Pensão por Morte.

Dessa forma, o Benefício de Sobrevivência é apenas concedido após findos os benefícios de aposentadoria ou pensão do assistido, os quais são todos pagos por prazo determinado correspondente à expectativa de vida do participante calculada na data da concessão do respectivo benefício.

Já a Pensão por Morte do Assistido corresponde ao benefício pago aos beneficiários do participante que tenha se tornado assistido e, posteriormente, tenha falecido. Finalmente, o AEAN corresponde a um acréscimo na Reserva Acumulada do Participante – RAP, em decorrência da concessão da Aposentadoria Normal, para fins de cálculo do benefício. No entanto, o início da obrigação do plano com este AEAN se dá apenas ao final de todo o consumo da RAP do participante com o pagamento da Aposentadoria Normal.

Portanto, além de se tratar de um plano novo, todos os benefícios descritos acima são pagos posteriormente à concessão de outros benefícios de aposentadoria ou pensão, após findo o prazo de pagamento ou após o total consumo de reservas correspondentes. Portanto, verifica-se que a Duração do Passivo do plano é bastante longa. Alie-se a isso a tábua de mortalidade geral utilizada na avaliação atuarial do plano com escala geracional, prevendo aumento da longevidade à medida que se distanciam as projeções da data-base dos cálculos.

Pelos valores calculados, de acordo com a Portaria Previc nº 186, de 28 de abril de 2016, a taxa de juros parâmetro de ambos os planos é de 6,30% a.a. Dessa forma, a hipótese de juro real anual adotada na avaliação atuarial de 2016 deve estar dentro do intervalo compreendido entre 4,41% (limite inferior) e 6,70% (limite superior).

Cabe salientar que a determinação do referido intervalo leva em conta a média dos últimos três anos das Estruturas a Termo de Taxa de Juros – ETTJ diárias baseadas nos títulos públicos federais indexados ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, apesar da Resolução CGPC nº 18/2006 determinar que a taxa de juros real anual, a ser utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de benefícios e contribuições de um

5



plano de benefícios, deve corresponder ao valor esperado da rentabilidade futura de seus investimentos.

Uma vez que o horizonte dos cálculos realizados em uma avaliação atuarial é de longo prazo, deve ser observada nos próximos anos a sustentabilidade dessa premissa, conforme determina o normativo citado. Portanto, a taxa de juros admitida nas projeções atuariais dos planos de benefícios deverá corresponder ao valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos.

Pelo *Estudo de Convergência de Taxa de Juros*, a hipótese de juro real utilizada na avaliação atuarial de 2016 dos planos de benefícios administrados pela FUNPRESP-EXE foi de 4,41% a.a., valor mais próximo de 4,00% a.a. anteriormente utilizado, e em virtude da necessidade de se atender o intervalo previsto na Portaria nº 186/2016.

2.2. Tábua de Mortalidade Geral

De acordo com o que determina a Resolução CGPC nº 18, de 28/03/06, a tábua biométrica utilizada para projeção da longevidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios será sempre aquela mais adequada à respectiva massa, não se admitindo, exceto para a condição de inválidos, tábua biométrica que gere expectativas de vida completa inferiores às resultantes da aplicação da tábua AT83.

A FUNPRESP-EXE utiliza a tábua geracional RP2000², com aplicação da escala AA³ de redução das probabilidades de mortes futuras, visando incorporar no cálculo atuarial a tendência esperada de reduções futuras na mortalidade dos servidores. A tábua referida possui expectativas de vida superiores à tábua limite AT83, conforme demonstrado na Tabela 1, estando adequada a sua utilização com o que determina o normativo citado.

Tabela 1: Expectativas completas de vida ao nascer

RP2000- Masculino	RP2000- Feminino	AT83 - Masculino	AT83 - Feminino
86,03	86,36	78,69	84,28

Fonte/Elaboração: FUNPRESP-EXE/GEBEN

² Society of Actuaries. The RP-2000 Mortality Table Report. 2000.

³ Escala que prevê aumento das probabilidades de sobrevivência à medida que se distancia da data-base de construção da tábua de mortalidade.

ANEXO 1

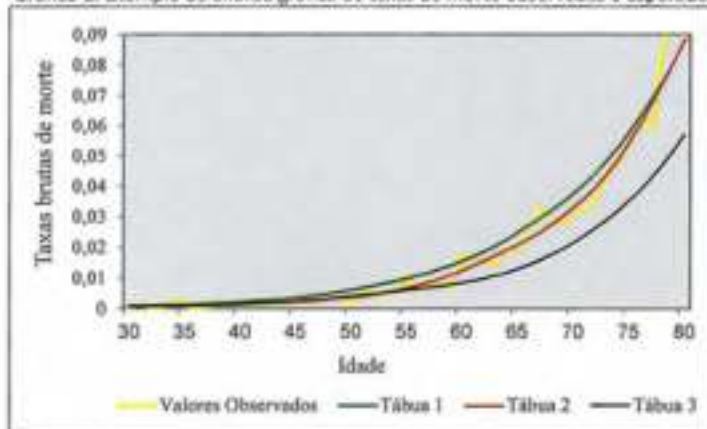


Adicionalmente, a Resolução nº 18/2006 determina que a utilização da tábua biométrica deverá ser atestada por meio de estudo específico, cujos resultados comprovem a aderência, nos três últimos exercícios, entre o comportamento demográfico da massa de participantes e assistidos vinculados ao plano e a respectiva tábua biométrica utilizada.

Adicionalmente, além de estabelecer orientações e procedimentos a serem adotados na realização dos estudos técnicos que visem atestar a adequação e aderência de hipóteses dos planos de benefícios, a norma determina que se constatada a impossibilidade da elaboração de tais demonstrações, deverão constar no estudo técnico as justificativas e resultados que tenham levado a essa conclusão.

Portanto, ainda não se tem estatísticas suficientes de morte dos participantes e assistidos vinculados aos planos para a realização do estudo de aderência. Ora, um estudo de aderência de tábua de mortalidade tem o objetivo de se verificar a qualidade do ajuste entre as taxas de morte por idade de uma determinada tábua e as taxas brutas de mortes verificadas numa população, conforme exemplificado no Gráfico 1.

Gráfico 1: Exemplo de análise gráfica de taxas de morte observadas e esperadas



Fonte/Elaboração: FUNPRES-EXE/GEBEN

pe

an

7



No exemplo acima temos a análise gráfica dos valores observados de taxas brutas de mortalidade de uma determinada população em comparação com três tábuas de mortalidade. O objetivo é escolher uma tábua que melhor se ajuste aos valores observados. Adicionalmente, testes estatísticos devem ser aplicados para se verificar qual curva ou tábua mais se adequa aos dados observados.

No caso da Funpresp-Exe, até o momento verificamos apenas 6 (seis) ocorrências de morte e apenas 1 (uma) invalidez no plano ExecPrev e nenhuma ocorrência no LegisPrev, sendo estatisticamente impossível a elaboração de um teste de aderência consistente com a atual população do plano.

Dessa forma, optou-se pela utilização da tábua *RP2000* geracional até que se tenham estatísticas suficientes para a realização do estudo de comprovação de aderência da tábua à população de participantes e assistidos deste plano, além de ser uma das tábuas mais longevas utilizadas no mercado previdenciário brasileiro.

2.3. Tábua de Mortalidade de Inválidos

Em relação à Tábua de Mortalidade de Inválidos, foi utilizada na avaliação atuarial a *Experiência do Regime Geral de Previdência Social*⁶ como proxy da mortalidade dos participantes inválidos dos planos da FUNPRESP-EXE. Da mesma forma, como a Tábua de Mortalidade Geral, ainda não se tem estatísticas suficientes para a elaboração de um estudo de aderência específico. Portanto, recomenda-se que esta experiência ora utilizada seja mantida até a possibilidade de realização do referido estudo.

2.4. Tábua de Entrada em Invalidez

A premissa de entrada em invalidez utilizada na avaliação atuarial foi construída a partir da recente experiência observada dos servidores públicos federais civis do Poder Executivo, cujo estudo foi elaborado em virtude da avaliação atuarial inicial do Plano ExecPrev. Tal experiência foi utilizada para ambos os planos, uma vez que não se tem ainda observações de invalidez tanto no ExecPrev quanto no LegisPrev. A premissa deve ser mantida até que se tenha histórico de

⁶ Ribeiro, A.J.F. Um estudo sobre mortalidade dos aposentados por invalidez do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Tese (Doutorado em Demografia), CEDEPLAR-UFMG, Belo Horizonte, 2006.



ocorrências de invalidez entre os participantes, para realização do estudo de aderência desta hipótese atuarial.

2.5. Crescimento salarial

A regulamentação determina que a EFPC deve solicitar manifestação por escrito sobre a fundamentação da utilização das hipóteses econômicas e financeiras que guardam relação com as atividades dos patrocinadores. Em geral, essas hipóteses se referem à taxa de rotatividade e ao crescimento real dos salários dos participantes. De forma conservadora, a hipótese de rotatividade foi mantida nula na presente avaliação atuarial, considerando que haverá compromissos dos planos para todos os atuais participantes, sem considerar eventuais saídas antes da concessão dos benefícios.

Em relação à evolução salarial, de acordo com a recomendação da última auditoria atuarial, não foi considerado crescimento real dos salários, uma vez que esta premissa é pouco relevante na avaliação dos planos, pois as provisões matemáticas correspondentes aos benefícios em Regime de Capitalização dependem dos atuais saldos de conta dos participantes e não da variável salarial. Além disso, para a definição do custeio desses benefícios para o ano seguinte, considera-se que o Salário de Participação terá crescimento real nulo, com o salário variando na mesma proporção do teto do RGPS.

Já os benefícios em Regime de Repartição de Capital de Cobertura, decorrentes de invalidez e morte, têm suas reservas fundadas ano a ano, em decorrência da ocorrência dos respectivos sinistros. Portanto, não sofrendo impacto significativo da variável de crescimento salarial.

3. Conclusão

O presente Relatório apresentou as justificativas quanto à adoção das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, utilizadas na Avaliação Atuarial de 2016 dos Planos ExecPrev e LegisPrev, em face dos normativos vigentes, em especial a Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e Resolução MPS/CGPC nº 13/2004.



Conclui-se que as premissas atuariais adotadas estão enquadradas na legislação vigente e atendem aos padrões das boas práticas atuariais, dadas as restrições apresentadas referentes ao curto prazo de funcionamento dos planos.

Por fim, salientamos que outras hipóteses não apresentadas nesse relatório não foram consideradas na avaliação atuarial de 2016 dos planos ExecPrev e LegisPrev.

Brasília, 13 de março de 2017



Cicero Rafael Barros Dias
Atuário MIBA 1348



Cristel David Mansur
Atuária MIBA 2064

Anexo VI – Parecer Auditoria Independente



Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos

Administradores, Conselheiros, Patrocinadoras e Participantes da
**Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do
 Poder Executivo - FUNPRESP - EXE**
Brasília - DF.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo - FUNPRESP - EXE (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo - FUNPRESP - EXE, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo - FUNPRESP - EXE e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil



exigências das entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelas outras normas internas que ela recomendar como necessárias para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções materiais, independentemente do causado por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, atuando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desses dados contábeis na elaboração das demonstrações contábeis. A não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa viável para obter o financiamento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nosso objetivo é obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção material, independentemente se causada por fraude ou erro, a partir do ponto de auditoria contida nessa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventos de distorção relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários que forem tomadas com base nas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e usamos o discernimento profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como adotamos procedimentos de auditoria apropriados e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar as melhores normas, contorno, falsificação, omissão ou representação falsa de uma transação.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação, ou não, pela administração, da base contábil da continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma base relevante para agir a respeito de eventos ou condições que possam levar a dívida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluímos que existe uma base relevante,



devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá - PR, 14 de março de 2017.

BEZ Auditores Independentes S/S
CRC PR 5.010/O-2

Marco Antônio Harger Lückmann
Marco Antônio Harger Lückmann
Contador
CRC PR 023.456/O - 6 - T - PR

Anexo VII - Políticas e Normas Internas

- » *Norma Assessoria à Diretoria Executiva;*
- » *Norma do Gerenciamento do Planejamento Estratégico Institucional;*
- » *Norma de Relacionamento e Atendimento aos Participantes e Assistidos;*
- » *Norma de Gestão da terceirização do risco (Ativo Normal);*
- » *Norma de Gestão da PAR;*
- » *Norma de arrecadação e cotização das contribuições;*
- » *Norma de Controle de Pessoas Politicamente Expostas e Prevenção a Crimes de Lavagem de Dinheiro;*
- » *Norma de Controle de Investimentos e Riscos Financeiros;*
- » *Norma de Gerenciamento do Investimento e Desinvestimento;*
- » *Norma de Regulamentação de Férias;*
- » *Norma de Procedimentos Administrativos para Apuração de Responsabilidade Disciplinar e Civil;*
- » *Norma de Avaliação de Desempenho em contrato de experiência;*
- » *Norma de Processo Seletivo Específico para ocupação de cargos comissionados da Funpresp;*
- » *Norma das atividades de consultoria e de assessoramento jurídicos;*
- » *Norma de Instrução, Autorização e Liquidação de Pagamentos;*
- » *Norma de Controle das Informações Custodiadas;*
- » *Norma de Gestão de Postos de Serviços Terceirizados;*

» *Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI);*

» *Política de Relacionamento com os Participantes, Assistidos e Patrocinadores;*

» *Política de Investimentos;*

» *Política de Alçadas;*

» *Código de Ética e de Conduta;*

» *Regimento Interno;*

» *Matriz de Competências;*

» *Regras e Procedimentos para a Contratação de Diretores;*

» *Critérios de Comprovação de Requisitos de Conselheiros e Comitês.*

Anexo VIII – Legislação Aplicada - Regime de Previdência Complementar do Servidor Público Federal

- » *Emenda Constitucional nº 20/1998: autoriza a instituição de regime de previdência complementar para servidores titulares de cargo efetivo;*
- » *Emenda Constitucional nº 41/2003: determina que o regime de previdência complementar do servidor público será instituído por lei de iniciativa do Poder Executivo;*
- » *Lei Complementar nº 108/2001: dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar;*
- » *Lei Complementar nº 109/2001: dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar;*
- » *Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012: institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo;*
- » *Decreto nº 7.808, de 20 de setembro de 2012: cria a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – Funpresp-Exe;*
- » *Ato da Mesa da Câmara dos Deputados nº 74 e 91, de 2013: que aprova o Regulamento do Plano de Benefícios LegisPrev (Diário CD nº 45, 21/03/2013);*
- » *Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 02 de 2013: que aprova o Convênio de Adesão ao Poder Legislativo Federal à Funpresp-Exe; e do Regulamento do Plano de Benefícios LegisPrev (BD nº 5153, de 01/02/2013);*
- » *Lei nº 12.697, de 30 de julho de 2012: abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor de órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor global de R\$ 100.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências;*
- » *Lei nº 13.183, de 4 de novembro de 2015: Altera a Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012 (Adesão automática);*
- » *Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014: Altera o art. 11, § 6º e 7º da Lei 9.532/97 sobre as deduções relativas as contribuições para entidades de previdência complementar;*
- » *Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995 e alterações: Altera a legislação do Imposto de Renda Pessoa Física e dá outras providências;*

- » *Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997 e alterações: Altera a legislação tributária federal e dá outras providências;*
- » *Instrução Normativa RFB nº 1500, de 29 de outubro de 2014: Dispõe sobre normas gerais de tributação relativas ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas;*
- » *Instrução Normativa RFB Nº 1558, de 31 de março de 2015: Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.500, de 29 de outubro de 2014, que dispõe sobre normas gerais de tributação relativas ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas;*
- » *Decreto s/nº, de 12 de março de 2015: nomeação dos Conselhos Deliberativo e Fiscal;*
- » *Portaria MPS/PREVIC nº 604, de 19 de Outubro de 2012 – publicada no D.O.U de 22/10/2012: aprova a constituição e autoriza o funcionamento da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo - Funpresp-Exe, como entidade fechada de previdência complementar e aprova o Estatuto da Fundação;*
- » *Portaria MPS/PREVIC nº 44, de 31 de janeiro de 2013 - publicada no D.O.U de 04/02/2013: aprova o Regulamento do Plano Executivo Federal;*
- » *Portaria MPS/PREVIC nº 239, de 6 de maio de 2013 – Publicada no D.O.U em 07/05/2013: aprova o Regulamento do Plano de Benefícios do Poder Legislativo Federal – LegisPrev;*
- » *Orientação Normativa Nº 02/2015 (SEGEP/MPOG) - Publicada no D.O.U em 17/04/2015: para órgãos do sistema SIPEC.*

Projetos de Interesse da Funpresp

- » *Projeto de Lei nº 6.088, de 2016;*
- » *Proposta de Emenda Constitucional nº 287, de 2016.*



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – Funpresp-Exe, no uso das atribuições conferidas pelo inciso II do art. 42 do Estatuto da Entidade, e tendo em vista as disposições da Resolução MPS/CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, anexo “C”, item 17 e Instrução Normativa MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, art. 4º, inciso III, na redação dada pela Instrução PREVIC nº 21, de 23 de março de 2015, examinou as Demonstrações Contábeis Consolidadas da Funpresp-Exe, dos Planos de Benefícios Individuais, do Plano de Gestão Administrativa e sobre as contas da Diretoria Executiva, as Premissas e Pareceres Atuariais e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Com base no exame desses documentos, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva, por técnicos da Funpresp-Exe e pela Auditoria Independente, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das demonstrações contábeis, atuariais, financeiras e de benefícios, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 – sendo que o Presidente, Sr. Marcelo Levy Perrucci, se absteve do voto por razões que estão em anexo – razão pela qual encaminha o presente Parecer favorável à aprovação pelo Conselho Deliberativo da Funpresp-Exe.

Brasília-DF, 24 de março de 2017.


MARCELLO LEVY PERRUCCI
Presidente do Conselho Fiscal


CARLOS ROBERTO CAIXETA
Conselheiro


GUSTAVO ALVES TILLMANN
Conselheiro


EDUARDO TOLEDO DA SILVA
Conselheiro

Anexo X – Manifestação do Conselho Deliberativo



MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – Funpresp-Exe, em cumprimento às disposições legais, regulamentares e estatutárias e com base no Parecer do Conselho Fiscal, de 24 de março de 2017, e no Parecer do Auditor Independente, de 14 de março de 2017, aprova as Demonstrações contábeis, atuariais, financeiras e de benefícios anuais, as contas da Diretoria-Executiva e o Relatório Anual de Atividades da Fundação, relativos ao exercício de 2016.

Brasília – DF, 31 de março de 2017.


Marcelo de Siqueira Freitas
 Presidente do Conselho Deliberativo


Manoel Augusto Alves Silva
 Conselheiro


José Henrique de Oliveira Varanda
 Conselheiro


Daniel Pulino
 Conselheiro


André Nunes
 Conselheiro


Thiago Ferao Freitas Araújo
 Conselheiro

Anexo XI – Relação de Patrocinadores

» Patrocinadores Plano LegisPrev

CÂMARA DOS DEPUTADOS
SENADO FEDERAL
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

» Patrocinadores Plano ExecPrev

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CÂMARA DOS DEPUTADOS
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA SENADO FEDERAL
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
AGÊNCIA NAC. PETRÓLEO GÁS NAT. BIOCOMBUSTÍVEIS
AGÊNCIA NAC. DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
AGÊNCIA NAC. DE TRANSPORTES TERRESTRES
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA
AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA
ASSESSORIA ESPECIAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA
AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA
BANCO CENTRAL
CAIXA DE CONSTRUÇÕES DE CASAS PARA O PESSOAL DA MARINHA
CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOB. AERONÁUTICA
CÂMARA DOS DEPUTADOS
CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. MINAS GERAIS
CENTRO FED. EDUC. TECNOL. CELSO S. FONSECA
COLÉGIO PEDRO II
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO DA MARINHA (PAGADORIA PESSOAL)
COMANDO DO EXÉRCITO

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
 CONSELHO ADMINIST.DE DEFESA ECONÔMICA
 CONSELHO NAC.DE DESEN.CIEN.E TECNOLÓGICO
 CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
 DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
 DEPARTAMENTO NAC. DE PRODUÇÃO MINERAL
 DEPARTAMENTO NAC.DE INFRAEST. DE TRANSP.
 DEPTO. NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
 FUND COORD APERF PESSOAL NÍVEL SUPERIOR
 FUND. INST. BRASIL. GEOG. E ESTATÍSTICA
 FUND. UNIV FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
 FUND. UNIVERSIDADE DE SAO JOÃO DEL REI
 FUND. UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
 FUND.JORGE DUPRAT FIG. SEG. MED.TRABALHO
 FUND.UNIV.FED.CIENC.SAÚDE D PORTO ALEGRE
 FUND.UNIV.FED.DO VALE DO SÃO FRANCISCO
 FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO
 FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL
 FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA
 FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
 FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA
 FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO
 FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
 FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES
 FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
 FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
 FUNDAÇÃO OSÓRIO
 FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
 FUNDAÇÃO UNIV. FEDERAL DE OURO PRETO
 FUNDAÇÃO UNIV. FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS
 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO MARANHÃO
 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FED. DO TOCANTINS

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
 FUNDO NACIONAL DE DESENVOLV. DA EDUCAÇÃO
 FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
 GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA
 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
 GABINETE PESSOAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA
 INST. BR. MEIO AMB. REC. NAT. RENOVÁVEIS
 INST.NAC.METROLOGIA,NORM.E QUAL.INDL.
 INST.NACIONAL DE EST.E PESQ.EDUCACIONAIS
 INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS
 INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO
 INSTITUTO CHICO MENDES CONSERV.BIODIVER.
 INSTITUTO DE PESQ. JARDIM BOTANICO DO RJ
 INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA
 INSTITUTO DO PATR.HIST.E ART. NACIONAL
 INSTITUTO FED. DO NORTE DE MINAS GERAIS
 INSTITUTO FED.DO SUDESTE DE MINAS GERAIS
 INSTITUTO FEDERAL BAIANO
 INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
 INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA
 INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA
 INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
 INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA
 INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS
 INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO
 INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
 INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS
 INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO
 INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA
 INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA
 INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA

INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO
INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
INSTITUTO FEDERAL DO ACRE
INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ
INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO
INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ
INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO
INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS
INSTITUTO FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO FEDERAL GOIANO
INSTITUTO FEDERAL SUL RIO-GRANDENSE
INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL
INSTITUTO NAC. DE COLONIZ E REF AGRÁRIA
INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL
MINIST.DA AGRICULTURA,PECUÁRIA E ABAST.
MINIST.DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
MINIST.DO DESENV.INDUST.E COMER.EXTERIOR
MINISTÉRIO DA CULTURA
MINISTÉRIO DA DEFESA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DA FAZENDA
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

MINISTÉRIO DA SAÚDE
MINISTÉRIO DAS CIDADES
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
MINISTÉRIO DE PESCA E AQUICULTURA
MINISTÉRIO DO DESENV SOCIAL E COMB FOME
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
MINISTÉRIO DO ESPORTE
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
MINISTÉRIO DO PLANEJ.,ORÇAMENTO E GESTÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
MINISTÉRIO DO TURISMO
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA
REPÚBLICA
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA
IGUALDADE RACIAL DA PRESIDÊNCIA DA
REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA
REPÚBLICA
SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SENADO FEDERAL
SUP.DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO OESTE
SUPERINT.NAC.DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENV. DA AMAZÔNIA
 SUPERINTENDÊNCIA DO DESENV. DO NORDESTE
 SUPERINTENDÊNCIA ZONA FRANCA DE MANAUS
 TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
 UN. INT.INTERN. LUSOFONIA AFROBRASILEIRA
 UNI.FED.VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
 UNIV. FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
 UNIV. FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
 UNIV. FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
 UNIV.FED. DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA
 UNIVERS. TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
 UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO
 UNIVERSIDADE FED. DO RIO GRANDE DO NORTE
 UNIVERSIDADE FED. DO RIO GRANDE DO SUL
 UNIVERSIDADE FED. RURAL DO SEMI-ÁRIDO
 UNIVERSIDADE FED.DO TRIÂNGULO MINEIRO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
 UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
 UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA
 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
 VICE-PRESIDENCIA DA REPÚBLICA

Expediente:

Relatório Anual de Informações da Funpresp-Exe 2016

Redação e Edição

Fátima Gomes de Lima – Gerente de Comunicação e Relacionamento

Leônia Vieira Gomes – Coordenadora de Comunicação e Marketing

Jane de Paula Carvalho Santos

Bárbara de Carvalho Vasconcelos

Camila Maria Torres Medeiros

Jéssica Raphaela de Oliveira Ribeiro

Sandisléia Beni Gutierrez

Projeto Gráfico e Diagramação: In Press Oficina

Capa: In Press Oficina

Impressão: Gráfica Ideal

Fotos: Arquivo Funpresp

Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do**Poder Executivo – Funpresp-Exe**

SCN Quadra 02, bloco A, 2º andar, salas 202/203/204

Ed. Corporate Financial Center – CEP: 70712-900 – Brasília-DF

Fone: (61) 2020-9700

funpresp.com.br

 /funprespe

 /funpresp

 0800 282 6794



FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA
COMPLEMENTAR DO
SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
DO PODER EXECUTIVO